

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (PPGPSI)
MESTRADO EM PSICOLOGIA

CHENYA VALENÇA COUTINHO

**Ecos do oco da fome: como pesquisar e produzir saúde mental
nas ruínas de um tempo?**

São Cristóvão/SE

2022

CHENYA VALENÇA COUTINHO

**Ecos do oco da fome: como pesquisar e produzir saúde mental
nas ruínas de um tempo?**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe para defesa de dissertação como requisito para obtenção do título de mestre, sob a orientação da Profa. Dra. Michele de Freitas Faria de Vasconcelos.

São Cristóvão/SE

2022

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe para defesa de dissertação como requisito para obtenção do título de mestre

BANCA AVALIADORA:

-

Profa. Dra. Michele de Freitas Faria de Vasconcelos (orientadora)

-

Prf. Dr. Marcelo de Almeida Ferreri (avaliador interno)

-

Dra. Ana Karenina de Melo Arraes Amorim (avaliadora externa/UFRN)

-

Dra. Yérsia Souza de Assis (avaliadora externa/ DHI/UFS)

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

C871e	Coutinho, Chenya Valença Ecos do oco da fome : como pesquisar e produzir saúde mental nas ruínas de um tempo ? / Chenya Valença Coutinho ; orientadora Michele de Freitas Faria de Vasconcelos. – São Cristóvão, SE, 2022. 90 f. il. Dissertação (mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2022. 1. Psicologia. 2. Saúde mental. 3. COVID-19 (Doença). 4. Fome. 5. Política social. I. Vasconcelos, Michele de Freitas Faria de, orient. II. Título. CDU 159.9:304:613.86
-------	--

Sumário

1.A FOME, O VÍRUS, A BRUTALIDADE BOÇAL - MIL TRAGÉDIAS POR AÍ COMO PESQUISAR NAS RUÍNAS DE UM TEMPO?	11
2.OH MUNDO TÃO DESIGUAL, TUDO É TÃO DESIGUAL	22
3.A GUERRA ENTRE O FELIZ POETA E O ESFOMEADO	33
4.DE UM LADO ESSE CARNAVAL, DO OUTRO A FOME TOTAL	38
5.GENTE QUER COMER, GENTE QUER SER FELIZ, GENTE QUER RESPIRAR O AR PELO NARIZ.....	44
5.1A mulher do fim do mundo no planeta fome	62
6.NÃO TE RENDAS.....	69
7."DO POR VIR, EU VOU "	77
REFERÊNCIAS	81

Lista de imagens

<u>Imagem 01</u>	22
<u>Imagem 02</u>	33
<u>Imagem 03:</u>	38
<u>Imagem 04:</u>	44
<u>Imagem 05:</u>	58
<u>Imagem 06:</u>	58
<u>Imagem 07:</u>	59
<u>Imagem 08:</u>	62
<u>Imagem 09:</u>	68
<u>Imagem 10:</u>	71
<u>Imagem 11:</u>	71
<u>Imagem 12:</u>	73
<u>Imagem 13:</u>	73
<u>Imagem 14:</u>	75
<u>Imagem 15:</u>	77

SAUDAR, "AGRADECER E ABRAÇAR"¹

Agradecer e louvar o ventre que me gerou, ao Orixá que me tomou, [...] o chão que me sustenta, agradecer às nuvens que logo são chuvas que serenizam os sentidos e ensinam a vida a reviver. Agradecer os amigos que fiz e que mantêm a coragem de gostar de mim, apesar de mim. Agradecer a alegria das crianças, [...], a cada folha, a toda raiz, as pedras majestosas, e também àquelas pequeninas, como eu em Aruanda. Agradecer ao sol que raia o dia e à lua que como o menino Deus espraia luz, e vira os meus sonhos de perna pro ar. Agradecer às marés altas e também àquelas que levam para outros costados todos os males. Agradecer a tudo que canta livre ao luar, dentro do mato, sobre o mato (...) Agradecer ter o que agradecer, louvar ²

Ao universo sempre generoso, ao sagrado que me conduz, aos Orixás, a Oxossi que me ensina a caminhar na mata escura com a coragem do silêncio e a ter fé para mirar naquilo que ainda não vejo. Ao povo das ruas, erês, marujos, caboclos, povo cigano, pretos velhos, jurema sagrada e todos os encantados que me guardam e impulsionam o caminhar.

À minha família sanguínea por me fazer quem sou - Dona Silvia, meu porto seguro, que me ensinou/ensina um amor vivo, em atos, um amor resiliente (maroto, sem melindres) que sempre encontra com o que se alegrar e sorrir; seu Alciberto pela disciplina, afeto e por acreditar que posso até voar, sua crença me deu asas. A Yuri, que me ensina cotidianamente a ser calma e assertividade, quando tudo em mim é tempestade; que durante todo período de mestrado apoiou, incentivou, alimentou e se fez presente de múltiplas formas no meu caminhar; sua presença me faz ser alguém melhor a cada dia. Aos irmãos amados (Guilherme, Warney e Alciberto), sobrinhas/os, cunhadas.

À minha família de escolha, Ruivo (André) e Laura, pela paciência, partilha, amor e apoio incondicional; a companhia de vocês deixa o caminho mais colorido, mais leve, mais amoroso. Às irmãs de vida, cúmplices, leitoras, comentadoras e apoiadoras incansáveis, Isis Rocha e Débora Andrade, vocês foram/são inspiração, colo e companhias que elevam minha média.

À minha família de axé - peço a benção - a Yá Martha Sales, a todos os meus mais velhos, iguais e mais novos, agradeço por todo suporte, apoio e compreensão. A todo coletivo Casa de Mar, pelo acolhimento e por ser recanto de acalanto. Às irmãs/irmãos Djina Torres, Cláudia Kathyuscia, Liliane Santana, Yersia Assis, Samuel Andrade, Kátia Aragão pelas conversas, por segurar a minha mão, pelas trocas, pelas leituras, conselhos, por todo axé e direcionamentos - o caminho ficou mais

¹ Livremente inspirado na música “Agradecer e abraçar”. Composição: Everaldo Calazans Filho, Geronimo Duarte. Interpretação Maria Bethânia. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=nxv_pESbgc0

² Autoria: Maria Bethânia, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TeCUgS7gPhA>

leve com a presença gentil de vocês.

A todo SUS Aracaju que me formou como profissional de saúde e me lapidou como ser humano. A todas que compõem e às que passaram pelo coletivo gestor, às trabalhadoras/es e usuárias/os da Rede de Atenção Psicossocial de Aracaju que me fizeram caminhar por quatro anos nesse chão que tanto me ensinou e transformou; já não sou mais a mesma que fui antes, pois levo um tanto de vocês comigo.

Às amigas de militância, de sonh/ação e de vida: Laís Almeida, Mairla Protázio, Ericka Henriques Guerra, Camilla Albuquerque, Jayane Trindade, Robert do Carmo, Denize Eduarda, Davina Goes, Alessandra Aragão, Camila Macedo, Matheus Barros, Murilo Andrade, Camille Arruda, Ana Régia Andrade, Sindaya Belfort - por toda partilha, por todas as conversas que reverberaram em histórias, textos, fotos, ideias que permeiam esta dissertação e pela companhia afetuosa. Estar com vocês enriquece meu caminho, exapande que eu sou.

À Michele Vasconcelos, por ser mar, por ser do mar, por ser fonte de bons afetos que povoaram todo o percurso; por ser uma mulher que reafirma em si a liberdade (de vida e acadêmica), por permitir-se e permitir-me outrar novas formas de encontros por dentro da academia, por dentro das redes de atenção à saúde e na vida.

Aos colegas de “grupelhos” e “ensaios escritos”; apesar da minha existência virtual, estar com vocês foi uma alegria e um lembrete para não esquecer que o caminho não precisa ser solitário.

À Yersia Assis, Marcelo Ferreri e Ana Karenina Amorim, o olhar de vocês melhorou o meu, as sugestões e indicações fizeram com que esta escrita-catar-se me transformasse a cada leitura e a cada palavra aqui colocada.

Incorrendo o risco de não citar a todes que fazem o meu caminho mais rico e diverso, saúdo, agradeço e abraço, a cada um e uma que se chega por aqui, o olhar de vocês seguirá dando vida e desdobramentos a essa dissertação.

RESUMO

Em tempos de pandemia da COVID-19, esta pesquisa toma a fome como analisadora dos movimentos reformistas brasileiros e do próprio Estado democrático de direito em suas interseções com o campo da saúde mental. Tomando-se a Reforma Psiquiátrica (RP) como um processo civilizador, de transmutação social-subjetiva, a pesquisa convoca o sentido “forte” dos movimentos reformistas para fabular uma saúde mental coletiva. Nessa direção, por meio do método qualitativo e da pesquisa de campo, apresenta-se a experiência de sentir/viver com fome, seus efeitos visíveis e invisíveis como problema de saúde-doença. Ensaia uma política-ética da narratividade através da articulação de dados socio-econômicos extraídos da base do Ministério da Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde de Aracaju-Sergipe e das histórias trazidas por trabalhadoras/es e usuárias/os dos serviços de saúde mental. Assim, ouvimos um ronco que sinaliza que as relações capitalistas (classistas, racializadas, generificadas) são produtoras e gestoras de sofrimento psíquico. Dessa forma, essa dissertação propõe-se a olhar no olho da fome e discutir sobre a revitalização dos modos de fazer política de de produzir saúde e subjetividade. Busca-se, então, apresentar e sugerir práticas de saúde que passem a pôr no centro da construção dos projetos terapêuticos e projetos de vida, análise das estruturas sociais que naturalizam marcadores como gênero, raça/etnia e classe, para, a partir daí, propor novos modos de acolhimento e cuidado em saúde mental.

Palavras-chave: Fome; COVID-19; Saúde Mental; Política; Subjetivação.

ABSTRACT

In times of COVID- 19 pandemic, this research takes hunger as an analyzer of brazilian reformist movements and the democratic state of law itself in its intersections with the field of mental health. Taking the Psychiatric Reform (PR) as a civilizing process of social-subjective transmutation, the research evokes the "strong" meaning of reformist movements to address a collective mental health. In this sense, through the qualitative method and field research, the experience of feeling/living hungry, its visible and invisible effects as a health-disease problem, is presented. It rehearses an ethical policy of narrativity through the articulation of socio-economic data extracted from the base of the Ministry of Health, the Municipal Health Department of Aracaju-Sergipe and the stories brought by workers/es and users of mental health services. Thus, we hear a snoring that signals that capitalist relations (classist, racialized, gendered) are producers and managers of psychic suffering. So, this dissertation proposes to look in the eye of hunger and discuss about the revitalization of the ways of making politics, of producing health and subjectivity. It seeks, then, to present and suggest health practices that start to put at the center of the therapeutic projects and life projects construction, analysis of social structures that naturalize markers such as gender, race/ethnicity and class, to, from there, propose new modes of reception and care in mental health.

Keywords: Hunger; COVID-19; Mental Health; Politics; Subjectivity.

1. A FOME, O VÍRUS, A BRUTALIDADE BOÇAL - MIL TRAGÉDIAS POR AÍ ³

COMO PESQUISAR NAS RUÍNAS DE UM TEMPO?

Esta escrita teve muitos começos, pois a visão embaçada ainda nos faz tropeçar em nossas angústias e embaralhar o canto que busca traduzir na tela em branco “vidas e vozes de corpos que se inscrevem e se celebram desde sempre nas frestas de um sistema que se constituiu monocultural e monorracional, marginalizador de estéticas e ontologias pluriversais, que comete epistemicídios de toda sorte” (PIMENTA et al. 2021, p. 252). Os múltiplos começos foram pausas-convites para escutar no sussurro do vento ecos de múltiplas vozes que vibram pelos cantos, pelos contos, pelos números que se acumulam para sinalizar que as experiências se coletivizam, inscrevendo singularidades em cada canto. Para seguir, foi preciso decantar as vozes que disputam entre o controle das narrativas e a invisibilização da sua própria existência. Este trabalho busca dar corpo a vozes delirantes que ousam afirmar uma vida nas frestas da gestão capital. Assim, ele é afeito a fabulações:

[...] A criação são os intercessores. [...]. Podem ser pessoas [...] mas também coisas, plantas, até animais. [...] A criação se faz em gargalos de estrangulamento. [...] Um criador é alguém que cria suas próprias impossibilidades, e o mesmo tempo cria um possível. [...] sem um conjunto de impossibilidades não se terá essa linha de fuga, essa saída que constitui a criação, essa potência do falso que constitui a verdade. É preciso escrever líquido ou gasoso, justamente porque a percepção e a opinião ordinárias são sólidas, geométricas. [...] Nada de abandonar a terra. Mas tornar-se tanto mais terrestre quanto se inventa leis do líquido e do gasoso de que a terra depende (DELEUZE, 1992, p. 167).

Parafraseando Deleuze (1992), me peguei – ou talvez me (desa)peguei - (con)fabulando, em flagrante delírio de ‘fabular’, captando os movimentos de um povo da saúde mental. “Então, se forma a dois ou em vários, um discurso de minoria [...]. Os povos não preexistem (p. 157)”. Da mesma maneira, a verdade não preexiste. Ela é algo a ser criada. “Tornar visível coisas que não seriam em outras condições” (p. 158). Assim, constituiu-se essa escrita ensaística que intenta não esquecer as correntes que nos aprisionam, mas olhar nos olhos delas e decantar as areias que turvam nossos olhos.

Ocupando papel de destaque nesse turvar dos olhos, encontramos no centro do palco as disputas de narrativas. Nesse momento histórico, em que enfrentamos uma pandemia, a ciência e a técnica (especialmente na esfera da saúde) se deparam em franco falseamento, onde há uma contraposição entre a função também (micro)política no desenvolvimento da ciência e da produção

³ Livremente inspirado na música "É". Composição: Gilberto Gil. Intérprete: Gilberto Gil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YpUvJ3phNJA>

de conhecimento *versus* uma produção de conhecimento supostamente neutra, universalista e objetiva, que nada teria a ver com a constituição e naturalização de modos de ver, sentir, (con)viver. E nós, problematizadoras de um modo tradicional tido como único e universal de pensar-fazer ciência, em tempos de terraplanismo, nos vimos encurraladas, tendo que afirmar com veemência a importância das “evidências científicas”, embora nossas evidências sejam afeitas a outras materialidades e afetos políticos, já que “a neutralidade e a objetividade desinserida e não situada geopoliticamente do conhecimento é um mito ocidental” (GROSFOGUEL, 2013, p. 383).

Da mesma maneira, os estudos de Donna Haraway (2005) ajudam a enxergar que os nossos conhecimentos são sempre situados. Na contramão desse mito ocidental europeu, gestam-se as epistemologias do sul: uma “proposta epistemológica subalterna, insurgente, resistente, alternativa contra um projeto de dominação capitalista, colonialista e patriarcal, centrada na ideia de que não há justiça global sem justiça cognitiva⁴” (SANTOS; ARAÚJO; BAUMGARTEN, 2016, p.18). Com Boaventura de Souza Santos (2002, p. 274) abrindo esse trabalho, desejamos germinar um cantar que vibra e evoca a reinvenção da experiência cotidiana, buscando “criar sentidos e direções [ainda que] precárias”, por meio da imaginação epistemológica e da imaginação democrática que possam traduzir um canto de um futuro melhor. Que as palavras peguem delírio e que possamos rachar as coisas a reinventar o presente da Reforma Psiquiátrica (RP) brasileira, mais especificamente, sergipana, aracajuana.

Para essa escrita que se compõe por muitas vozes, busco inspiração metodológica nas epistemologias do sul, associando-as à escrevivência proposta por Conceição Evaristo “para narrar uma ficção que é verdade” (PIMENTA, et al. 2021, p.254). O texto que se segue tem inspiração na escrevivência sem se pretender a ser, haja vista o reconhecimento do protagonismo da mulher negra nesse escrevinhar - resguardando este local para aquelas que trazem em seus corpos cicatrizes históricas de luta e (re)existência. Tal inspiração leva à busca por outros intercessores. Utiliza-se, assim, um “método delirante, que não busca as verdades prontas, mas se enreda nas perguntas que acionam um emaranhado de operadores conceituais e nos instrumentalizam para novas lógicas de ação’ (FONSECA, et al. 2010, p.172). Ao compor com diversas sonoridades, busco caminhar com Rita Segato (2021) para fazer vibrar uma psicologia que ao ser demandada por reflexões fabuladoras de mundos, “permite que a ‘ciência’ obtenha um lugar e uma razão no caminho do presente” (p.13). Isso pode fazer com que a demanda trazida pelo que seria o objeto do estudo desdobre em outros tipos de conhecimentos válidos, contribuindo para outro projeto histórico,

⁴ Boaventura de Souza Santos (2002) alicerça as epistemologias do sul a partir dos conceitos: sociologia das ausências, sociologia das emergências e tradução. Para saber mais, sugiro o texto: Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf

fazendo soar uma psicologia por demanda. “Onde eu for que o mal se esconda e não saia de onde está, porque eu tenho ogun de ronda no clarão no meu olhar [...] É de demanda, Ogun de ronda chegou”⁵. Mas, qual a demanda? Se não tem como sair desse projeto científico e civilizatório a não ser partindo e parindo-o por dentro, se não há para onde ir, a não ser revolver essa nossa terra demasiada humana, olhar as raízes que buscam nutrir-se onde não há luz. A demanda é por fabular a si e ao mundo: “fabular mundos é uma habilidade alentadora para enfrentarmos as ruínas do antropoceno”⁶ (TSING, 2022, p.10), de forma a fazer uma experimentação do real que não limita o campo social ao humano, expande o olhar para outros seres que compõem as paisagens, dando passagem às alteridades para além do humano.

Assim, o corpo-pesquisadora aqui, é composto pela posição política-ética-estética-afetiva proposta pelas epistemologias do sul e livremente inspirado pelo ritmo de uma escrita de si que se inspira na escrevivência para fabular contos que cantam outros possíveis e produzem cantinhos, mesmo que precários e temporários, agradáveis de habitar. O que se quer é uma “pesquisa que não se faça alheia ao mundo, nem ignore diante de quem escreve, [que possa ecoar] possibilidades de vida na ruína do capitalismo, fazendo ressoar a diversidade que insiste em brotar nas ruínas, como forma de fertilizar nossa imaginação para conceber devires” (TSING, 2021, p.7-8).

As políticas públicas brasileiras, a partir dos movimentos de redemocratização, nasceram de um país pautado no espólio e na construção, já normalizada, a partir dos escombros. Desde 2016, não que estivessem aí se iniciado, saltam os olhos pontos críticos na democracia brasileira, pontos que escancaram “uma nova e insuspeita aliança entre o neoliberalismo financeiro e as forças reativas conservadoras” (ROLNIK, 2018, p.13), regendo a desregulamentação paulatina do mercado econômico, com uma forte agenda de redução do Estado, que impacta diretamente no desmonte de políticas públicas e revogação de direitos constitucionais. Suely Rolnik (2018, p.13), em composição com Guattari e Deleuze, nomina essa conjuntura como “uma terrível e insólita encarnação do ‘facismo democrático’”.

Ao longo dos últimos anos foi se intensificando tal racionalidade e modo de funcionamento neoliberal e neoconservador. Nesse cenário brasileiro, em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) elevou a então contaminação do Coronavírus (COVID-19) ao status de pandemia. Em 26 de fevereiro de 2020, foi confirmado o primeiro diagnóstico de COVID-19 no Brasil e, em 14 de março de 2020, detectou-se o primeiro caso confirmado num canto do “país”

⁵ Composição de Roque Ferreira, no CD Tem Samba no Mar, de 2004.

⁶ Antropoceno aqui entendido “como fundamento filosófico de esfacelamento da oposição entre natureza e cultura [...] uma ‘antropologia para além do humano’, ou ‘uma etnografia multiespécie’, caracterizada justamente por um descentramento do humano nas análises sociais”(Tsing, 2021, p.10-11).

chamado de Sergipe⁷ e em sua capital, Aracaju, a situação de saúde pública foi declarada em 16 de março de 2020. Desde então, todos os setores da sociedade utilizam a experiência acumulada pelo atravessamento de diversos momentos históricos, sociais e de saúde coletiva para atenuar os impactos de ordens múltiplas trazidos com a chegada da pandemia. Repercussões de ordem biológica, do corpo adoecido, desdobraram-se em inúmeros impactos: econômicos, políticos, sociais, psicológicos e culturais. Ou seria melhor dizer: impactos econômicos, políticos, sociais, culturais, psicológicos desdobram-se em efeitos biológicos. A pandemia agudiza o sinalizado por Giorgio Agamben (2009): não podemos nos esquivar às exigências de compartilhamento da existência. E o que seria a saúde se não o efeito de condições coletivas de existência, já não aprendemos isso?

Boaventura de Souza Santos (2020) sopra uma pista quando afirma que a pandemia do coronavírus por si só não instaura uma situação de crise social, ela impõe mudanças drásticas nos modos de viver dominantes (trabalho, consumo, lazer, convivência) e é esta ruptura que deflagra uma crise que se contrapõe a uma situação de normalidade imposta pelo capitalismo como a versão dominante. Para ele, a pandemia exacerba as crises a que a população mundial vem sendo sujeitada, especialmente desde a década de 80 e o avanço do neoliberalismo. A COVID-19 chega adensando as desigualdades sociais, escancarando a escandalosa concentração de riqueza e distribuição de recursos.

No decorrer da tessitura deste manuscrito, vivemos a experiência pandêmica da COVID-19 em seus diversos estágios e seus inúmeros desafios: desde a sua chegada em 2020, com as divergências entre níveis de governo sobre as condutas para controle da infecção; em 2021, vivemos um ápice no número de óbitos relacionados a sintomas respiratórios e o início da vacinação em massa da população brasileira, a chegada de novas variantes do SARS-Cov-2. Tudo isso e um pouco mais de *fake News*, de ataques aos saberes e práticas da saúde coletiva, de precarização e subfinanciamento das políticas públicas e de desvalorização da história, da força e da grandeza do Sistema Único de Saúde brasileiro colocava em xeque a eficácia da vacina; chegou 2022, onde já se anunciava um estágio de “controle”, especialmente, em decorrência do avanço da vacinação da população brasileira, com esquema vacinal completo e doses de reforço, dando espaço para descobertas dos efeitos de médio prazo da infecção, denominados por alguns autores de pós-covid ou ainda covid longa.

Bispo Júnior e Santos (2021) avaliam que a abordagem das intervenções escolhidas pela

⁷ Sergipe é o menor dos estados brasileiros, situado no nordeste brasileiro (entre os estados da Bahia e Alagoas), está dividido em 75 municípios e tem como capital a cidade de Aracaju. A capital do estado é uma cidade litorânea que tem população total de 672.641 habitantes (IBGE, 2021) e conta com 43 Unidades de Saúde da Família, dois hospitais municipais de pequeno porte e demais serviços de saúde que compõem as redes de atenção à saúde.

maioria dos governos e acadêmicos (interromper as linhas de transmissão para controlar a propagação do vírus) mostraram-se restritas e inadequadas para o combate a pandemia COVID-19, pois tomavam como base um modelo de epidemias já conhecidas pela ciência. Assim, os autores fiam-se em Richard Horton para reafirmar o que este já sinalizava em 2020: considerando as dimensões da infecção causada pelo SARS-Cov-2, o manejo da crise sanitária mundial não poderia se dar como uma pandemia, sendo mais adequado utilizar o modelo conceitual de sindemia para explicar a disseminação e as repercussões da epidemia do novo coronavírus. Para Horton (2020), a interação do SARS-Cov-2 com uma gama de doenças crônicas não transmissíveis, outras epidemias de vírus emergentes e reemergentes, doenças tropicais negligenciadas, associadas ao mesmo tempo com os contextos sociais e ambientais, causaram a exacerbação do impacto dessas doenças. Essas interações simultâneas caracterizariam a sindemia⁸. Já não podemos falar apenas do impacto de uma doença, mas de uma sinergia intensa que recai especialmente nos recantos onde já preexistem vulnerabilidades socio-ambientais, desaguando em uma sindemia de proporções ainda não mensuráveis a médio e longo prazo.

Outras pandemias anunciam-se nos jornais⁹, estudos sinalizam para as repercussões biofisiológicas que não são integralmente conhecidas, destacando-se o acometimento das pessoas que contraíram o vírus, com problemas tardios relacionados a problemas respiratórios, neurológicos, osteomusculares e relacionados à saúde mental (BISPO JÚNIOR; SANTOS, 2021). Assim, passamos a conviver com quadros de pós-covid ou covid longa, que ainda não são totalmente conhecidos, mas são caracterizados pela cronificação de comorbidades pré-existentes (como hipertensão e diabetes), destacando-se o aumento de diagnósticos relacionados à saúde mental, como, perda de memória, alteração prejudicial nos processos cognitivos, processos demenciais entre outros.

Diante dos olhos, desenha-se uma crise, uma crise que reverbera não só no campo da saúde pública, mas nos campos sociais, econômicos, culturais, subjetivos. Esta crise, portanto, é civilizatória, é o próprio modo de governo instaurado pelo neoliberalismo, no seu projeto mais avançado de dominação e controle da civilização (COMITÊ INVISÍVEL, 2016). A crise não nasce a partir do cenário pandêmico, ela tem suas origens nas promessas feitas por um ideário de

⁸ Singer (1994, 2003) conceituou sindemia ao pesquisar o uso de drogas em comunidades de baixa renda dos Estados Unidos, traduzindo-a como uma interação de duas ou mais doenças, facilitada e potencializada pelas condições sociais e ambientais, de forma que, a partir dessa interação, os danos causados seriam maiores que a mera soma das duas doenças, resultando em populações e grupos mais vulneráveis ao impacto da sindemia.

⁹ Para saber mais: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/55563>;
<https://g1.globo.com/bemestar/podcast/noticia/2022/07/20/bem-estar-152-brasil-vive-outra-pandemia-depressao-e-ansiedade-atingem-milhares-de-pessoas.ghtml>

modernidade¹⁰ que, em nome do ideal desenvolvimentista do progresso, de um suposto progresso econômico, científico e tecnológico, provocam diversos desequilíbrios aos sistemas naturais, acarretando consequências imprevisíveis ao planeta, à sociedade, ao corpo e ainda ao modo de vida hegemônico (PORTO; ROCHA; FASANELLO, 2021). Nos discursos neoliberais, a crise se desenha como “destruição criadora” entre o obsoleto e o moderno, ao mesmo tempo que se desenha enquanto método político de gestão das populações (COMITÊ INVISÍVEL, 2016), sendo a crise tão velha quanto os discursos neoliberais que se reeditam para estar sempre o lado do “moderno”.

No campo da saúde, apesar dos avanços nos diálogos interdisciplinares, ocorridos ao longo das últimas décadas - que passaram a incorporar os componentes políticos, sociais e ambientais às discussões sobre o processo saúde-doença-cuidado - ainda se verifica que as visões biomédicas reducionistas atuam fortemente como visão hegemônica do binômio saúde-doença. Avanços de entendimentos e atendimentos ao processo saúde-doença estão sob franco ataque, retrocedendo rapidamente pela ascensão do neoliberalismo, do fascismo social, do negacionismo que acirram as “disputas ontológicas - especialmente sobre os sentidos existenciais da vida que subjazem qualquer utopia ou projeto civilizatório” (PORTO; ROCHA; FASANELLO, 2021, p. 30).

Considerando a ascensão de uma crise civilizatória, para pensar, parece ser importante habitar encruzilhadas, fissuras e paradoxos. Num momento crítico, imaginar caminhos críticos para fazer uma travessia; em crise, no meio da crise, escavar uma política, uma pesquisa, um olhar, uma escuta.

[...] nunca poderemos dizer: não há nada para ver, não há mais nada para ver. Para saber desconfiar do que vemos, devemos saber mais, ver, apesar de tudo. Apesar da destruição, da supressão de todas as coisas. Convém saber olhar como um arqueólogo. E é através de um olhar desse tipo – de uma interrogação desse tipo – que vemos que as coisas começam a nos olhar a partir de seus espaços soterrados e tempos esboroados. (DIDI-HUBERMAN, 2017, p. 127)

A guiança: cultivar um olhar, uma escuta, uma política, uma pesquisa, uma vida com memórias da caminhada na Rede de Atenção Psicossocial de Aracaju-Sergipe, entre 2018 e 2022, fazer com a escrita uma outra “uma caminhada em direção daquilo que no presente não podemos ver” (Scramim; Honesko, 2009, p. 18). Assim, uma possibilidade de resistência se anuncia:

[...] sua resolução está em nós mesmos, na concepção de progresso da modernidade eurocêntrica e nos próprios limites dos sonhos de emancipação forjados nos últimos séculos que nos levaram tão longe tecnológica e socialmente, porém, paradoxalmente, também para perto dos precipícios que nos encontramos; a resolução perpassa uma transformação da concepção de humanidade, de conhecimento, de economia, de natureza, e também de saúde, vida e morte. (PORTO; ROCHA; FASANELLO, 2021, p.22)

¹⁰ Ideário eurocêntrico, consolidado sobretudo pelo Iluminismo, que desenha uma concepção de humanidade dicotômica, ditando o que é inferior e superior, irracional e racional, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos (SANTOS; MENESES, 2009).

Nesse nosso tempo, a resistência significa forçar um mínimo deslocamento das coisas, ensaiar “uma nova ação e uma nova política humana para além das dimensões consensuais-democráticas” (SCRAMIM; HONESKO, 2009, p. 10), ou seja, tatear meios de fazer ranger a máquina governamental que parece ter transtornado toda a política (pública). No fio da navalha desses tempos, é possível fazer política (pública)? Com essa incerteza, a intenção é a de habitar as ruínas desses nossos tempos, os escombros das políticas públicas por meio de outra experiência do tempo, abrir espaço para uma nova política (subjativa). Não é mais a marcha do progresso que dá ritmo aos passos, não se trata de caminhar para frente, mas de falsear, bambear, dar passos em suspenso. “O voltar-se para trás, suspender o passo, ver o escuro na luz, entrever um limiar inapreensível entre um ainda não e um não mais” (SCRAMIM; HONESKO, 2009, p. 20), repensando o presente. Essa recusa à afirmação de uma vida una, no presente, essa busca pela invenção de outros possíveis, uma vida “que ‘escapa’ à modulação biopolítica, [...] pensada em sua virtualidade, apta, portanto a atualizar-se em formas de vida diversas, justamente por não estar presa a uma forma de vida” (PELBART, 2019, p.18-19), passa inelutavelmente por repensarmo-nos.

“É preciso produzir outros corpos, outros afetos, sonhar outros sonhos para que isso que estamos vivenciando hoje não seja apenas uma crise, mas uma esperança fantástica e promissora” (KRENAK, 2020, p. 47). Buscando pistas em outras cronologias e cosmologias, com Ailton Krenak (2020), vem a convocação para deslocar o olhar e o imaginar, imaginação como campo de fabulação de outros modos de viver e de fazer política, um germinar de um vir a ser que nasce no solo árido do presente. No olho do furacão do presente, no desassossego, parir outros nascimentos:

[...] Um dos sintomas da inquietude poderia se chamar de: nostalgia dos espaços abertos. Quando isso ocorre, a pergunta essencial não é a inofensiva e narcisista “quem sou?”, e sim a perturbadora e perigosa “o que faço aqui?”. Por isso aqui, no limbo, o principal não é interrogar o que somos, e sim onde estamos. E isso para partir imediatamente. (LARROSA, 2014, p. 104)

Nesse ponto, parece ser preciso situar duas coordenadas, em dois cantos: um as que (me) constituem como sujeito, mesmo que a tentativa seja a de forjar também para mim mesma, outros pontos de insurgência: do cotidiano de uma mulher não branca, nordestina, mãe, mulher de axé, enfermeira, trabalhadora do Sistema Único de Saúde do município de Aracaju/SE. No momento em que escrevo essas linhas, completei 12 anos como trabalhadora do SUS Aracaju; desses, cinco anos foram dedicados a fabular outras formas de produzir saúde, por meio da intercessão arte, saúde e cultura¹¹ - marcando a pele, transformando o fazer trabalhadora de saúde que virou também

¹¹ Para saber mais: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/216088/001120157.pdf?sequence=1>

contadora de histórias musicadas ao longo desse fazer. Nesses 12 anos, os últimos quatro anos (2018-2022) foram dedicados à atuação como gestora da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), fazendo a travessia dos movimentos da sindemia da COVID-19 em pequenos gestos emocionados¹². Emoção, um gesto, “um meio sem finalidade, ele se basta, como na dança [...] ele abre a esfera da ética [...] na conjunção impossível entre o moribundo e o embrionário (PELBART, 2003, p. 69). Pequenos gestos emocionados que caminham no fazer gestão, (me) estranhando e (me) reconhecendo (n)esse lugar, afinal “o que pode fazer [*a mulher*] comum nesse [...] presente, se não sangrar, tentar inaugurar uma vida comovida, inteiramente livre e triunfante”¹³. Assim, constituo-me como uma nativa relativa nestas linhas, pois, ao passo que pesquiso e escrevo, habito o SUS Aracaju em suas dores e delícias, sendo uma pesquisadora que também é uma gestora, e uma gestora que também é usuária (CASTRO, 2022).

A outra coordenada-canto é a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) em Aracaju, fruto da luta histórica da Reforma Psiquiátrica Brasileira, porém, ainda exalando ares e fragilidades pueris, nasce em Aracaju no ano 2000 com a implantação do CAPS Arthur Bispo do Rosário, avançando na implantação e manutenção de outros serviços e projetos de saúde mental por mais de uma década, estruturando-se como uma rede de atenção à saúde que se destaca nacionalmente pela proporção de serviços por 100.000 habitantes. Atualmente, a RAPS Aracaju está configurada com os seguintes serviços: cinco Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) tipo III; um CAPS infanto-juvenil tipo II; Serviço Hospitalar de Urgência Mental; Serviço de Retaguarda Hospitalar; Projeto de Redução de Danos; quatro módulos de serviço residencial terapêutico; serviços de atendimento psicossocial ambulatorial; um serviço de plantão psicológico remoto e ainda uma equipe de Consultório na Rua que, apesar de ser um dispositivo da atenção básica, em Aracaju é cogerido pela RAPS.

Essa rede com ares joviais, apesar dos desafios que carrega desde o seu nascimento, fez valer o entendimento de ser composta por serviços essenciais. Assim, todos os serviços da RAPS Aracaju mantiveram-se em funcionamento durante o período pandêmico, adaptando-se para dar continuidade aos cuidados e manter as portas abertas, reafirmando a imprescindibilidade do cuidado em saúde mental. As adaptações perpassaram suspensão temporária das oficinas terapêuticas e grupos, revisão dos projetos terapêuticos singulares (PTS), acompanhamento e matriciamentos por

¹² “A emoção é um gesto ao mesmo tempo exterior e interior, pois, quando a emoção nos atravessa, nossa alma se move, 11 treme, se agita, e o nosso corpo faz uma série de coisas que nem sequer imaginamos” (Didi-Huberman, 2016, p. 26). Emoção, um gesto, “um meio sem finalidade, ele se basta, como na dança [...] ele abre a esfera da ética [...] na conjunção impossível entre o moribundo e o embrionário (Pelbart, 2003, p. 69).

¹³ Conheço o Meu Lugar. Composta e interpretada por Belchior. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TelPgCNwj8>

telefone, fornecimento de quentinhas para usuários em situação de rua fora dos dias do PTS, criação do serviço de apoio psicológico remoto, suporte no monitoramento das pessoas que eram positivadas para COVID-19 e que estavam nas suas casas, monitoramento e suporte para os abrigos assistências para casos suspeitos e confirmados destinados a pessoas em situação de rua, realização de atividades de educação em saúde e psicoeducação nos abrigos assistenciais temporários e permanentes. A RAPS precisou adaptar-se e resistir para manter as portas abertas, uma resistência que no seu entremeio era habitado pelo medo da exposição ao vírus, medo de tudo que poderia ser contaminado ou ser vetor dentro dos serviços, pela tristeza dos óbitos crescentes (usuários, familiares), medo e tristeza que ataçavam fagulhas nas sombras que habitam os manicômios que carregamos dentro de nós.

O caminho para o arranjo da pesquisa: encontrar um canto que ajude a guiar o olhar sobre os espantos, nesse tempo triste, de paixões tristes, escapar - nem que seja em lapsos de tempo, cultivando uma distração, uma atenção flutuante (KASTRUP, 2007) para não entristecer demais. O cuidado em saúde mental, mais do que nunca, parece ter a ver com o escavar diário de espaços abertos para transmutações nas miudezas das coisas. Uma pesquisa-dispositivo para marinar o olhar crivado pelas políticas públicas, pelas ideias de democracia e emancipação; pesquisar para revolver nossas terras apequenadas pelo regime neoliberal, buscando gaguejar ao menos uma afirmação miudinha, pequenina, de outros modos de ver, de conhecer, de viver, de experienciar o tempo, “tal qual uma invenção de mundos estranhos e abertos a fluxos nômades” (FONSECA, et al., 2010, p.180), capazes de expandir nossa imaginação com transmutações no pacto social-civilizatório (RAUTER, 2000): mas afinal, em que mundos queremos nos inserir, queremos viver?

Assim, caminho em uma pesquisa que busca reativar a encantaria, desejando fazer vibrar aquilo que os olhos esbarram pelos cantos, nos recantos das ruas, nos recantos da cidade e nos cantos dos serviços de saúde. Por meio do cultivo desse olhar de pesquisadora, melhorar o meu olhar (ANTUNES, 1995)¹⁴, poder ouvir melhor as ondas sonoras silenciadas, abafadas nesses cantos, dar amplitude à frequência daquilo que foi instituído e normalizado pelas práticas naturalizadas como modernas, centradas em um saber biomédico que segrega e silencia e ambigualmente dar passagem aos ecos das vozes silenciadas.

Em um cenário de recrudescimento, de exasperação das desigualdades sociais, de sucateamento e de retrocesso das políticas sociais, uma memória-eco que metaformosea-se em pequenos contos, desejantes de guiar essa escrita, tal qual uma imagem nos olhava de frente, como caçando um jeito de afetar/mobilizar nossos corpos paralisados, identificados como cidadãos,

¹⁴ O seu olhar. Composição: Arnaldo Antunes e Paulo Rubens Talit. Interpretação: Arnaldo Antunes. Disponível em: [https:// 13 www.youtube.com/watch?v=YOFyJ82zrX0](https://www.youtube.com/watch?v=YOFyJ82zrX0)

trabalhadoras e pesquisadoras do campo da saúde mental coletiva; um jeito de re/existir, tomando como resistência tal qual proposto por Nobre et al. (2018, p.3), sendo um *continuum* das relações de poder que pode agenciar insurgências capazes de criar composições inéditas de forças, capazes de inventar perguntas “de não submissão completa ao poder [e ao saber] que pretende gerir a vida”.

Assim, o convite é embarcar em um voo junto com Ìretí, um ser alado, encantado, verde, Esperança, que por “não saber dizer, nada por dizer, então escuta”¹⁵ junto com as suas próprias memórias, outras vozes que se misturam por encantaria: falas de Stela do Patrocínio, Maria José, Luciano Santos, Ednalva Monteiro, Dimes dos Santos, Maria Luisa Santos, Laís Almeida, Cleverton dos Santos, Rosineide Souza Leite, Ericka Henriques, José Valadares Gomes, Girlan Paes, Roselita Santos, Jayane Trindade, Luisa Edna Farias, Valmira, Erimá Santos, Camilla Albuquerque e tantas outras vozes que ecoam nas histórias de cuidado em saúde mental no Brasil e mais especificamente no município de Aracaju/SE. Quem são essas pessoas? De que lugar falam? Não importa? Importa a mestiçagem dessas vozes (a alquimia entre elas, o eco que produzem) poetizando um cuidado em saúde mental que se faz pela ousadia de delineamento de outros pactos civilizatórios. Tempo e espaço se inter cruzam na jornada de Ìretí, seguindo um fio não linear, atemporal, no tempo do tempo, para fazer vibrar as vozes destes que por tantas vezes foram invisibilizadas/silenciadas, ressoando assim outros tempos e outras possibilidades de encontros e mundos. “Uma autêntica revolução não visa apenas a mudar o mundo, mas antes, mudar a experiência do tempo [...] constante interrupção da cronologia por um tempo outro” (SCRAMIM; HONESKO, 2009, p. 9-10).

Ìretí pousou suavemente no ombro de dona Rosa, no exato momento em que ela perguntava: Você não vai entrar, Robert?. Dona Rosa, usuária do serviço de saúde, queria ali saber se Robert, profissional de saúde que a acompanhava, entraria na sala do consultório enquanto ela era atendida. Ele então questiona: você quer que eu entre? E ela retrucou tanto faz. Robert sorriu e entrou. Foi também com Dona Rosa, em outros momentos Robert havia a encontrado pelas ruas, que Ìretí viu em um desses momentos ele em pé, ela sentada “mangueando” alguns “trocados”, dona Rosa sinalizou: “Robert, se abaixe!” (CARMO, 2021, p. 19). Assim como Robert, como o pouso da atenção cartográfica de Kastrup (2007), Ìretí também é convidado a pousar, se abaixar para ouvir os sussurros do vento e dos cantos daqueles que habitam os cantos da cidade, os cantos dos serviços públicos, nos cantos das ruas. Levado pelo vento, Ìretí seguiu deixando os sentidos lhe guiarem para junto daqueles que se abaixam para ouvir aqueles que passam à margem dos olhos e dos ouvidos, a margem, muitas vezes, de direitos como alimentação, saúde, moradia. (Trechos de contos bricolados de autoria própria, 2022).

Cidadania, inclusão, autonomia, saúde.. Estamos transpassados de palavras mofadas (LARROSA, 2014), de palavras inúteis (DELEUZE, 1992, p. 162), “de uma quantidade demente de falas e imagens. A besteira nunca é muda nem cega. De modo que o problema não é mais fazer com

¹⁵ Fala. Intérprete: Ney Matogrosso. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M0WnpzKM-Ik>

que as pessoas se expressem, mas arranjar-lhes vacúolos de solidão e silêncio, a partir dos quais elas teriam, enfim, algo a dizer”. Ouvir as histórias narradas por Ìretí, leva ao encontro dos silêncios da exclusão, da falta de acesso generalizada (alimentos, saúde, habitação, educação, cultura), dos silêncios de “uma fome universal sempre querendo tudo”¹⁶, dos silenciamentos que tentam impedir vibrar os corpos, apagando suas cores, produzindo corpos amarelados pelo tempo de esquecimento à margem dos acessos e com fome de tudo. E para ouvir esses corpos amarElos¹⁷, é preciso se abaixar, chegar junto à margem, se deixar “*ser* um com o mundo até ver o ponto de emancipação”¹⁸.

Os contos-memória-escuta de Ìretí trazem pequenos gestos que fazem um convite a refletir com os ecos e um oco: como fazer-pensar um cuidado em saúde mental quando se tem fome? O sofrimento mental seria um dos efeitos da fome? Seria efeito de uma tessitura social que criminaliza a pobreza de múltiplos modos, também por meio da articulação entre pobreza e doença mental, da classificação pessoa (pobre) com transtorno mental? Pode o cuidado em saúde mental sobreviver à fome? Nesse cenário em que muitos brasileiros e brasileiras morrem não só de COVID, mas dos males da falta de dignidade, de condições mínimas de sobrevivência, morrem de fome, como se produzir um cuidado em saúde mental? Pode-se produzir um cuidado em saúde mental que se furte a olhar no olho da fome, que se esquive de pensar como se desvencilhar do patrocínio do mercado neoliberal, este que se alimenta de nossa força vital, produz (des)cuidado em saúde mental dependente de remédios, de medicalização em sua faceta farmacológica para a vida empreendedora feliz, desejando a matança de quem não tem como contribuir e seguir sorrindo? Afinal, temos fome de quê?

¹⁶ Fome de tudo. Composição: Jorge du Peixe, Lúcio Maia, Pupilo. Intérprete: Nação Zumbi. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3I2UrKLSM9Y>

¹⁷ AmarElo. Composição: Felipe Vassao, Emicida, Dj Duh. Intérpretes: Majur, Pablo Vitar, Emicida. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=91bikd4bWOs>

¹⁸ Principia. Composição: Leandro Roque de Oliveira, Vinícius Leonard Moreira. Intérpretes: Emicida, Fabiana Cozza, Pastor Henrique Vieira e Pastoras do Rosário. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=h8gotN_Na28

2.OH MUNDO TÃO DESIGUAL, TUDO É TÃO DESIGUAL¹⁹

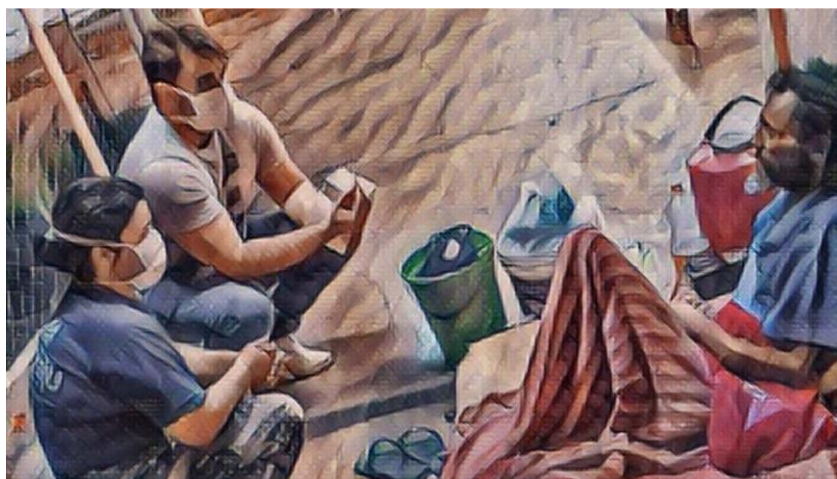


Imagem 01. Fonte: Arquivo CnR/Aju. Gestos pelas ruas de Ará (2021)²⁰

As medidas de controle da infecção da COVID-19 assumidas pelos governos, atreladas às repercussões econômicas e sociais, em interação sindêmica provocaram repercussões e agravamento das condições de saúde e saúde mental da população (BISPO JÚNIOR; SANTOS, 2021). Assim, para pensarmos sobre o recorte da saúde mental em tempos de crise político-sanitária, devemos considerar, além dos fatores óbvios articulados diretamente ao cuidado em saúde, outros tantos fatores que somaram a esse tempo histórico, como: mudanças radicais no âmbito trabalhista, com ampliação do trabalho remoto, desemprego massivo, precarização dos vínculos trabalhistas a partir das desregulamentações, perda de direitos trabalhistas e uberização dos serviços (VASCONCELOS, 2021). Essas desregulamentações se legitimam a partir de uma narrativa de suposta modernização nas relações trabalhistas, que, obedecendo uma cartilha neoliberal, ‘permitiria’ ao trabalhador negociar diretamente com o empregador. Como consequência de rezarmos essa cartilha, assistimos a precarização dos vínculos, anulando direitos resguardados até então pelas leis trabalhistas: “tal precarização somada a uma suposta autonomia deixa as subjetividades mais traumatizadas e impossibilitadas de agir. É quando elas se tornam mais vulneráveis ao abuso, na ilusão de que esta lhes trará de volta um contorno e um lugar” (ROLNIK, 2018, p.87). Com o avanço da agenda neoliberal de redução do Estado, somam-se ao cenário pandêmico, as consequências do avanço inflacionário, o fim da política de valorização do salário mínimo, com efeito imediato na redução da renda e do poder de compra da população, bem como a ampliação nas dificuldades de acesso à

¹⁹ A novidade. Composição: Bi Ribeiro, Gilberto Gil, Herbert Viana, João Barone. Interpretação: Gilberto Gil. Disponível em: 19 <https://www.youtube.com/watch?v=LP6KshtmbYE>

²⁰ Fonte: acervo pessoal equipe consultório na Rua (CnR) Aracaju - gentilmente cedida e autorizada pela equipe CnR/Aju.

educação e assistência social. Esse somatório de forças nocivas afeta mais fortemente mulheres e crianças - em especial as negras - diretamente impactadas pelo crescimento das desigualdades e da pobreza (CAMPELO; BORTOLETTO, 2022).

Passado pouco mais de um ano de deflagrada a pandemia COVID-19, no segundo trimestre de 2021, a taxa de desemprego no país chegou a 14,7% da população ativa²¹. No mesmo período Sergipe chegou a alcançar o índice de 19,3% da população ativa do Estado desempregada²², o equivalente a 209 mil pessoas desempregadas no estado. Tal cenário trouxe como resultado direto, em 2022, no Brasil, foram identificadas mais de 33 milhões de pessoas passam fome e mais de 125 milhões convivem com algum grau de insegurança alimentar²³.

Somando-se para formar o cenário sindêmico no Brasil, além de ainda enfrentar os efeitos da COVID-19, o desemprego, a escassez de renda e fome, aprofundam-se as questões relativas às doenças crônicas não transmissíveis. Em 2022, o Ministério da Saúde lançou o relatório de vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico - VIGITEL 2021²⁴. Nesse relatório, pela primeira vez, sinaliza-se a ampliação dos quadros depressivos, superando o quantitativo de diagnósticos de *diabetes mellitus*, inferindo-se o crescimento nos quadros de sofrimento mental relacionados direta ou indiretamente ao cenário sindêmico. No conjunto das 27 capitais pesquisadas, a frequência média de diagnóstico autoreferido para diabetes é de 9,1%. Já em Aracaju, 9,5% dos entrevistados com 18 anos ou mais referiram ter diagnóstico questionado. Na mesma pesquisa, a frequência média para diagnósticos de depressão é de 11,3%, no conjunto das 27 capitais pesquisadas, a frequência do diagnóstico médico de depressão foi de 11,3%, sendo maior entre as mulheres (14,7%) do que entre os homens (7,3%). Destaca-se que entre os homens, a frequência tendeu a crescer com o aumento da escolaridade; já com as mulheres, a faixa com menor escolaridade possuiu maior porcentagem de frequência. Aracaju aparece com 10,9% dos entrevistados com 18 anos ou mais referindo ter recebido diagnóstico de depressão. Após a divulgação da pesquisa, multiplicam-se então matérias jornalísticas e estudos científicos sinalizando outra epidemia, silenciosa e subestimada - a depressão (e não somente, inclui-se junto a ela, transtornos mentais comuns, transtorno de estresse pós-traumático relacionado a covid-19 ou ao

²¹ Fonte: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=31478&t=destaques>

²² Fonte: <http://docs.observatorio.se.gov.br/wl/?id=y9kYZkIcpvebAN5uqKaL2rxcxDwxP5qQ>

²³ Dados do II VIGISAN - Inquérito sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia COVID-19 no Brasil. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>

²⁴ A pesquisa foi realizada pelo Ministério da Saúde, as entrevistas foram realizadas por telefone, no período que compreende setembro de 2021 e fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-svs/vigitel/vigitel-brasil-2021-estimativas-sobre-frequencia-e-distribuicao-sociodemografica-de-fatores-de-risco-e-protecao-para-doencas-cronicas/view>

aprofundamento das situações de violência e cronificação das desigualdades sociais). Como pensar o cuidado a doenças crônicas não transmissíveis sem levar em consideração sua articulação com os determinantes sociais, já tão conhecidos e falados? Como pensar um cuidado que não perpassasse uma política pública de valorização e investimentos no SUS e, em especial, na Atenção Básica e Estratégia de Saúde da Família?

As doenças cardiovasculares associadas à hipertensão arterial e ao *diabetes mellitus*, por muitos anos, foram uma das principais causas de morbimortalidade na população brasileira, sendo consideradas doenças crônicas que têm relação direta com os hábitos alimentares. Como caminho para enfrentamento destas doenças, em 2001, o Ministério da Saúde fez um investimento massivo no Programa de Saúde da Família com implantação do Programa Hiper/DIA. O programa rendeu bons frutos, percebendo-se a melhora na vinculação e acesso a serviços e insumos no que tange essas patologias. Contudo, com a ascensão dos governos de perfil neoliberais, cada vez mais, vemos a redução nos investimentos e no financiamento do SUS, vemos o desmonte das políticas públicas gradual, as vezes silencioso e com ares de “modernização”.

Aos dados, um fragmento de memória saltou ao texto: numa roda de trabalhadoras num CAPS III da cidade, roda de devolutiva das ações e problematizações de residentes de saúde mental que estavam finalizando sua estada no serviço, um dos trabalhadores, afirmando ter sido formado em São Paulo, alega que as diretrizes e o modo de fazer da residência está equivocado, pois, se alicerça na Atenção Básica e o CAPS é um serviço de atenção especializada. O que autoriza uma fala “especialista” como esta feita no ano de 2021? Ora, saúde mental é assunto somente de CAPS? Nesse cenário, imerso a uma forte cultura de especialismos, como pensar em um programa que tome como inspiração o programa Hiper/DIA para pensar de forma transversal a promoção e prevenção para os transtornos mentais comuns, a exemplo da depressão? Como ignorar os dados crescentes e alarmantes de casos de sofrimento e transtornos mentais? Para onde irão esses casos, numerados na pesquisa da VIGITEL, com nome e história singular? A Atenção Básica está preparada e com capacidade instalada para acolhê-los? A rede de serviços especializados e CAPS consegue dar suporte ao fazer no cuidado em saúde mental produzido em outras redes de saúde? Conseguirá dar suporte ao cuidado em saúde mental produzido por outras redes, como assistência e educação? Não podemos deixar de ouvir os ecos que a hipertensão arterial, *diabetes mellitus* e depressão trazem em comum, fatores de risco que incluem baixa escolaridade, renda e, em especial, a alimentação inadequada. Perpassando o cuidado nas três patologias, ressalta-se a necessidade de provimento de adequado suporte nutricional. Mas como se dá esse suporte?

Em meio ao eco de tantas perguntas, uma memória salta ao texto: uma marisqueira corpulenta, com problemas de varizes, dificuldade de andar, hipertensão, vai à nutricionista por

orientação médica. Esta, agenciada com a saúde moral da vida ativa, individualiza a problemática. Numa intervenção classista, prescreve margarina becel e granola. Em roda do Movimento das Marisqueiras de Sergipe, as mulheres debocham da prescrição falando do alto preço desses itens e de que os mesmos não têm nada a ver com seus hábitos e modos de vida. Outra memória: num acolhimento coletivo, numa unidade básica de saúde, com facilitação de um profissional de medicina e um de educação física, senhoras diabéticas relembram cantigas de infância e adolescência, falam de seus hábitos e pequenas alegrias da vida adulta. Uma delas, diabética, ama comer farinha. Qual a prescrição pactuada entre ela e o médico: no dia em que comer, capinar o pátio. Sem colocarmos em análise que nossas prescrições de saúde muitas vezes articulam-se com morais de gênero, de faixa etária, de raça e de classe; sem problematizarmos a tendência de individualização e biologização de questões amplas. O cuidado em saúde será como uma vela em meio ao vendaval, como paliativos que não trarão os melhores resultados, pois o que é basilar está sendo negligenciado.

O avanço das políticas neoliberais, a perda de direitos trabalhistas e o crescente quantitativo de pessoas desempregadas, que arrastam junto a si, a ameaça da insegurança quanto a itens básicos como alimentação, seguridade social e moradia, impactando diretamente na ampliação de sofrimentos psíquicos. O neoliberalismo, enquanto regime vigente capitalístico²⁵, “se nutre da ameaça imaginária gerada na subjetividade por sua separação da condição de vivente e, ao mesmo tempo, nutre o fantasma dessa ameaça, mantendo a subjetividade cativa” (ROLNIK, 2018, p. 87), assim “o sofrimento psíquico não só é produzido, como também gerido pelo neoliberalismo” (SAFATLE; NELSON JÚNIOR; DUNKER, 2021, p. 3), seria, então, a fome uma estratégia de gestão neoliberal dos corpos e condutas? Seria a fome, nos trópicos do neoliberalismo, uma estratégia de gestão necropolítica de um segmento populacional dispensável para a vida capital? Ecos dessas perguntas, ressoam associando-se aos ecos das teorias neomalthusianas de controle populacional a partir do controle sobre a oferta de alimentos, principalmente em regiões onde a fome se faz presente em maior intensidade (CONTRERAS; GARCIA, 2011) e onde “instaura-se uma organização necessária ao poder em um mundo em que a morte avança implacavelmente sobre a vida” (ALMEIDA, 2019, p. 77).

A fome produz outros ecos que saltam à frente nos ajudando a olhar: por aqui pelos

²⁵ Capitalístico aqui entendido através de Suely Rolink (2018, p.103) como uma variação/inclusão do sufixo -ístico a capitalista, para sinalizar a sobrecodificação dos valores de troca do regime capitalista e os modos de subjetivação, sendo capaz de sinergicamente produzir a interrupção de devires, bem como bloqueio de transmutação da realidade e da transvaloração dos valores que tais processos tenderiam a produzir, assim “a essa sobrecodificação, uma das operações micropolíticas medulares desse regime, a qual incide sobre todos os domínios da existência humana”.

trópicos, a face *tanhatos* do biopoder nunca foi efeito colateral. Aqui na periferia da América, quando a vida se torna capital por excelência, quando nossa força vital se torna ração do capital, o poder sobre a vida sempre foi poder de morte, matança, expropriação, desconexão. A geopolítica da fome é exacerbada em países marcados pela exploração. O SUS também reverbera os ecoa: sob esse cenário de ameaça genocida governamental que desenvolveu uma operação estratégica institucional militarizada de propagação do vírus (ASANO et al., 2020²⁶), mais um jeito de gerir para a morte segmentos populacionais, temos um Sistema Único de Saúde público, que apesar dos cortes orçamentários e sucateamento do seu aparato técnico-científico, ainda ousa produzir movimentos coletivos e práticas de resistência, mostrando-se de fundamental importância para o avanço da vacinação em larga escala e redução no quantitativo de quadros com desfechos fatais. Este “controle” é a evidência da necessidade de seguirmos apostando num SUS que pode dar certo, para e cogido por todos e cada uma brasileiras e brasileiros. No Brasil, até agosto de 2022, mais de 682 mil pessoas faleceram, e outras inumeráveis sofrem de forma direta ou indireta os impactos de uma crise político-sanitária-econômico e civilizatória agravada pela sindemia do coronavírus SARS-Cov-2. Certamente, sem o SUS, sem atendimento público universal de qualidade e sem cobertura vacinal em massa, em detrimento dos estratagemas e boicotes do governo federal, esses números seriam muito maiores - a estratégia suicidária de Estado teria tido sucesso ainda maior.

Durante o curso da sindemia, de maneira sorrateira, na surdina, na calada da noite, vimos reiterados ataques às políticas públicas. Não bastassem os ataques da mídia e as práticas já conhecidas de subfinanciamento do SUS, agora saíam reorientações normativas que atacavam e retiravam direitos já conquistados. Com falta de ar, avistando um tempo que já se anunciava e enunciava, assistimos boquiabertas promessas de privatização das políticas incluindo as de saúde; observávamos espantadas retrocessos e reorientações de caráter asilar e neoconservador nas políticas nacionais de Saúde Mental, em 2017, e de Drogas, em 2019. Na Saúde Mental, destaca-se a portaria nº 3.588 que reintroduz os hospitais psiquiátricos na rede de cuidados (FERREIRA; FEITOSA; AMORIM, 2020). Nas políticas de drogas, o decreto nº 9761/2019 e a “nova” Lei de Drogas, 13.840/2019, retira/condena a estratégia clínico-política da Redução de Danos, reafirmando a lógica da abstinência como único modo de manejo do cuidado. Também ocorre nesse cenário o embrutecimento das estratégias proibicionistas de guerra anti-drogas como fios condutores das políticas de Estado. Como se não bastasse, as comunidades terapêuticas e a rede privada passam

²⁶ A pesquisa do Boletim Direitos na Pandemia aponta que tal estratégia se deu por meio de publicação de normativas e 26 vetos presidenciais; obstrução às respostas dos governos estaduais e municipais à pandemia; veiculação de notícias falsas e informações técnicas sem comprovação científica; descrédito reiterado das autoridades sanitárias; e promoção de ativismo político contra as medidas sanitárias necessárias à contenção da propagação do vírus (ASANO, et al. 2020).

não só a fazer parte, como também a receber ainda mais financiamento que outrora se voltava para os (outros) pontos das redes de atenção psicossocial (FERREIRA et al., 2021), evidencia-se uma disputa de narrativas que se fiam entre as áreas da saúde, justiça e segurança pública, que reafirmam a presunção de periculosidade da loucura e uma política higienista.

O reordenamento das políticas públicas de saúde mental materializa-se desde a ampliação em 62% no valor das diárias para os leitos de internação hospitalar, bem como a ampliação no valor das diárias em internações hospitalares com duração superior a 90 dias, com promessas que esperavam ampliar a taxa de ocupação de leitos de 20% para 80%, até as ausências de reequilíbrio financeiro dos recursos federais (desde 2011 sem correção do valor fixo de custeio), de repasses estaduais (em diversos estados, incluindo Sergipe) para implantação e custeio dos CAPS, somadas aos limites estabelecidos no teto orçamentário municipal (NUNES, et al., 2019). Quase em silêncio, “podres poderes”²⁷ ministeriais disputam a condução da política nacional de atenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas, dessa luta do rochedo com o mar, o Ministério da Saúde perde espaço e a condução no cuidado em saúde passa a ser direcionado a partir de Comissão Interministerial entre os Ministérios da Justiça, Saúde, Trabalho, Desenvolvimento Social e Agrário. Esta comissão está organizacionalmente vinculada ao Ministério da Justiça e dela se originam boa parte dos crescentes recursos e editais destinados ao fomento e ampliação das Comunidades Terapêuticas.

Na disputa de narrativas, afirma-se que não se estaria retirando recursos dos CAPS ou da saúde, uma vez que os recursos destinados às Comunidades Terapêuticas são oriundos de outros Ministérios. Contudo, na prática, são recursos novos que estão sendo destinados a serviços que oferecem um cuidado em saúde questionável, com registros de violações de direitos humanos²⁸, pautados na reafirmação da exclusão da sociedade, ou seja, manicomiais, por caminho único da abstinência, e, em muitas vezes, com forte apelo religioso. Os novos recursos estão sendo destinados a esses serviços, em vez de fortalecimento dos serviços de base territorial já implantados, mais especificamente os CAPS Ad e Unidades de Acolhimento que são frutos das lutas reformistas. Para ilustrar essa afirmação, evidenciamos aqui o crescimento, somente no ano de 2019, de R\$153,7 milhões de reais destinados somente para CT, havendo uma ampliação de 496 instituições, ao par e passo em 2017, foi contabilizado o crescimento de apenas 406 CAPS Ad no Brasil (NUNES, et al, 2019). Essa materialidade brutal faz com que o sucateamento dos serviços de saúde mental de base comunitária aconteça de forma gradual, insidiosa e quase naturalizada nas narrativas da mídia e da população.

²⁷ Podres Poderes. Composição e interpretação: Caetano Veloso. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MyCmneajBZo>

²⁸ Conselho Federal de Psicologia. Relatório de Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas, 2018. Para saber mais: <https://site.cfp.org.br/publicacao/relatorio-da-inspecao-nacional-em-comunidades-terapeuticas/>

No Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o desmonte também passa pelo sucateamento dos serviços e programas, especialmente a partir do desfinanciamento federal, seja pelo congelamento dos gastos (Emenda Constitucional nº 95) por 20 anos, seja pelos recursos que deixaram de ser encaminhados aos entes estaduais e municipais. Santos (2020) aponta que, entre os anos de 2016 a 2019, mais de 2,2 bilhões de recursos deixaram de ser repassados, o que produz um maior contingente de pessoas que ficarão desamparadas pelo Estado. Essa drástica redução no financiamento impacta diretamente nos serviços socioassistenciais como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS).

No bojo do desfinanciamento, ações assistenciais já possuem uma raiz histórica na filantropia e assistencialismo. Como política pública, tem recebido baixo nível de recursos financeiros para executar serviços e ações, assim uma parte da população não é assistida a contento de suas vulnerabilidades (MIRANDA; SANTOS, 2022). O avanço das políticas neoliberais direciona a desconstrução dos sentidos de política pública; verifica-se ainda mais o esvaziamento das ações sociais e de seguridade social como uma política estrutural na sociedade brasileira, haja vista a discrepância da distribuição de renda em nível nacional vemos a redução drástica nos valores de benefícios de seguridade social, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) - benefício recebido por muitos usuários dos serviços de saúde mental - e do Programa Bolsa Família, que foi extinto e substituído pelo Auxílio Brasil²⁹, em 2021. A redução do financiamento e no quantitativo de pessoas atendidas pelos programas e benefícios tem gerado gargalos no acesso, causando filas de espera e redução permanente nos números de beneficiários (SANTOS, 2020).

Com o congelamento e/ou redução dos repasses federais e estaduais, em nível municipal verificou-se a dificuldade na manutenção dos serviços assistenciais (CRAS, CREAS, Centro Pop, casas lares, abrigos³⁰), que corporificou a impossibilidade de ampliação da oferta na medida em que a pandemia ampliava seus efeitos. Mesmo com a criação de leitos em abrigos assistenciais

²⁹ Em linhas gerais, a substituição pelo novo programa não trouxe grandes mudanças. Os indicadores de acompanhamento permaneceram quase todos inalterados. Houve alteração nos valores pagos, contudo destaca-se uma redução esperada no número de famílias atendidas pelo benefício. Até final de 2021 eram 17 milhões de famílias; a expectativa era de que com as mudanças do “novo” programa, este passasse a atender 14,6 milhões de famílias.

³⁰ A assistência social enquanto política pública atua através de alguns serviços e programas sociais a exemplo dos Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) são responsáveis pela organização e oferta dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos territórios no município, é o responsável por prestar serviços e atendimentos de Proteção Integral à Família (PAIF); os Centros de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS) são responsáveis pela oferta de orientação e apoio especializados e continuados a indivíduos e famílias com seus direitos violados; e ainda o Centro de Referência Especializado para pessoas em situação de rua (Centro POP) são responsáveis pelo atendimento especializado à população em situação de rua, devendo ofertar, obrigatoriamente, atendimentos individuais e coletivos, oficinas e atividades de convívio e socialização, além de ações que incentivem o protagonismo e a participação social das pessoas em situação de rua.

temporários, ainda havia filas de espera para ter acesso aos leitos, a alimentação, a banho, acesso para atender a fome de tudo que batia nos peitos dos sujeitos que esperavam nas filas. Tão logo o avanço da vacinação reverberou em redução no número de casos de COVID-19, os abrigos temporários foram sendo fechados, não por falta de demanda, mas por falta de recursos financeiros para mantê-los abertos. Os fechamentos escancaram um afastamento das ações entre saúde e assistência social, bem como entre demanda e oferta, produzindo como efeito “desvios nos fluxos dos modelos de atenção (...), que claramente não se desenham a partir das necessidades das pessoas (...) em condições de vulnerabilidade” (AMORIM, et al., 2019, p. 147). Amorim et al. (2019), em diálogo com Venturini, apontam a existência de círculos perversos de exclusão, que reafirmam a “contradição das barreiras de acessos às políticas públicas (...) além da própria fragilidade e desarticulação”(p.150) entre as políticas públicas que deveriam atender de forma integral a população.

O corte nos recursos do SUAS acarretou, em nível municipal, um centro pop com oferta de acolhimento e alimentação incompatível com o momento pandêmico. Em meados do último trimestre de 2021, a oferta do Centro Pop de Aracaju/SE era de apenas 100 quentinhas/almoço por dia³¹. Em contrapartida, a população em situação de rua atendida em pelo menos um serviço que compunha a RAPS Aracaju, no mesmo período, era de 386 pessoas³², entre adultos e crianças. Segundo dados do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua³³, em 2021, haviam 643 pessoas registradas no CADÚnico como em situação de rua apenas em Aracaju. O relatório Incontáveis³⁴ (2021) sinaliza que 70,88% das pessoas em situação de rua no município de Aracaju estão com os registros no CADÚnico atualizados e 94,36% dessa população se encontra em condições de extrema pobreza e pobreza.

Segundo dados das bases locais da Secretaria Municipal da Família e Assistência Social de Aracaju, no primeiro trimestre de 2021, haviam aproximadamente 23.927 pessoas, equivalentes a aproximadamente 30 mil famílias em situação de extrema pobreza, destas, 3 mil famílias eram identificadas como famílias que não recebiam nenhum tipo de benefício social/auxílio governamental³⁵. Esses dados são alarmantes, pois traduzem a impossibilidade no acesso a

³¹ Dado não oficial, contabilizado em reunião entre gestores dos serviços da assistência social e saúde mental de Aracaju em meados do segundo semestre de 2021. Dados do cotidiano, registrados no caderno de campo da pesquisadora.

³² Dados contabilizados pela Equipe Consultório na Rua Aracaju e lançados no sistema do Programa Nacional de Imunização (SIS-PNI) em 2021.

³³ Para saber mais: https://obpoprua.direito.ufmg.br/moradia_pop_rua.html

³⁴ Para saber mais: <https://polos.direito.ufmg.br/wp-content/uploads/2021/07/Relatorio-Incontaveis-2021.pdf>

³⁵ Dados não publicados, citados em reunião do planejamento estratégico da Prefeitura Municipal de Aracaju, em março de 2021, como dados extraídos da base local da Secretaria Municipal de Família e Assistência Social de Aracaju. Registradas no caderno/diário de campo da pesquisadora.

alimentos, a insegurança alimentar instalada, indicando que suas mazelas se instalam em 3 mil lares, além dos 94,36% da população em situação de rua no município de Aracaju. Aqui ecoa, mais uma vez, o questionamento: quem não sabe quando será sua próxima refeição pode não ter nenhum tipo de agrura que lhe produza sofrimentos mentais mais severos?

De algumas formas, o excedente das pessoas que não tinham acesso à alimentação no centro pop ou restaurante popular e que já eram acompanhados pelos serviços da RAPS acabava por desaguar a demanda básica por alimentos nos serviços CAPS. O alimentar-se nos CAPS passa a ter um valor concreto, seco e áspero, a mais para o cuidado em saúde - o serviço de saúde nesse contexto não deveria se ater demoradamente aos efeitos biológicos da alimentação com manutenção de consumo adequado de calorias, ou as representações e implicações simbólicas e afetivas atreladas ao ato do comer ou pior no receio de produção de dependência ao serviço ou no indicativo moral de que muitos usuários do serviço só o frequentam para comer ou não podem comer porque estão em dias que não foram pactuados no seu projeto terapêutico - é a urgência de quem tem fome e não sabe quando será sua próxima refeição que se apresenta na porta do CAPS, é a necessidade social (básica, orgânica, de manutenção da vida ao menos naquela refeição) que grita mais alto. “As noções de importância, de necessidade, de interesse são mil vezes mais importantes que a noção de verdade”, atrelada à moral científica moderna (DELEUZE, 1992, p. 162).

Ao assimilar a lacuna nutricional excedente de outras redes e serviços, observa-se um efeito secundário positivo: o fortalecimento do vínculo entre usuários e serviços de saúde mental, contudo, não há de se deixar de observar linhas limítrofes entre a produção de autonomia e garantia de acesso versus a dependência e enCAPSulamento dos sujeitos. Absorver a demanda alimentar de forma quase integral acaba implicando em onerar os serviços de saúde, que sem a retaguarda da assistência acaba fragilizando o cuidado em saúde, mantendo paliativos prolongados e serviços gradualmente sobrecarregados pela clínica e cuidado nas atividades da vida diária, sendo acrescido pelas demandas socioassistenciais gerais.

Em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) infantil de Aracaju, Iretí escuta a equipe de saúde discutindo sobre o caso de uma criança, que estava há um tempo apresentando melhora quando em acolhimento noturno. Mas, quando retornava para casa, a crise voltava à fase de agudização. Alguns verbalizaram com desesperança: responsabilidade seria da mãe que não se comprometia com o tratamento da criança? Ou havia algo que não estava à mostra? Ao investigar as possíveis causas da oscilação do quadro de crise, uma das profissionais buscou ouvir um pouco mais sobre a rotina familiar de cuidado à criança. Ao interpelar a mãe, descobriu que o tratamento medicamentoso era descontinuado em casa devido aos efeitos adversos que a criança sentia quando tomava a medicação sem comer: “só dou o remédio a ela quando tenho comida para dar. Quando não tenho, acho melhor não dar o remédio porque a bichinha passa mal”. Sem ar, o espanto ganhou ecos no vazio das barrigas e dos espaços. Nesses tempos - no mesmo momento em que alguns Centros de Atenção Psicossocial estavam discutindo e reordenando alguns projetos terapêuticos singulares para que usuários só tenham acesso às “quentinhas” de almoço e lanche quando nos dias e horários indicados, seguindo estritamente o normatizado nas

portarias ministeriais, - somente se vierem nos horários combinados, não podendo atrasar pois a empresa que fornece a alimentação tem horário limite para recebimento dos pedidos - Ìretí ouviu no sussurro do vento perguntas que ecoavam nos corações de 13 mulheres: "nossos usuários estão comendo? Comendo o quê? Em que condições?" A experiência daquela criança fez eco pelos cantos da cidade, agenciou-se com os ecos de Stela do Patrocínio: "O remédio que eu tomo me faz passar mal e eu não gosto de remédio pra ficar passando mal" (PATROCÍNIO³⁶, 2011, p. 54). (Trechos de contos bricolados de autoria própria, 2022).

O avanço neoliberal reafirma o discurso de Estado mínimo, galgando reduções nos investimentos em políticas públicas e sociais que acarretam, silenciosamente, a normalização do amarelamento e invisibilização dos sujeitos que estão à margem. O desafio da equipe do CAPS que Ìretí visitou foi olhar para as correntes do discurso neoliberal, que num primeiro momento levaria à individualização da questão: culpabilizar aquela mãe pelo descuido com sua filha. Então, cientes das correntes que amarram o pensar, reduziram o ruído que impedia de agir solidariamente junto àquela mãe que tinha fome e que também sofria em silêncio, mesmo estando ali, dentro de um serviço de saúde mental. Como pensar em uma saúde que não se faz cega aos ruídos produzidos pelas questões macropolíticas, econômicas e sociais?

Diante do crescimento escalar das relações de exploração aprimoradas e alimentadas pelo neoliberalismo, a feitiçaria capitalística vai produzindo um apagamento dos sofrimentos - silenciosos, apesar de numerosos - que vão sendo naturalizados ou individualizados: a culpa é de quem não tem o mérito de viver da cartilha da moral capital. É preciso não se paralisar com o rugir do sistema, encontrar um canto na encantaria ancestral para dar cor às vidas e práticas que brotam nas fissuras, nas práticas e saberes que não se reduzem ao império do capital e que insistem em não se deixar domesticar (TSING, 2022).

Os sofrimentos apagados, silenciados no oco das ausências devem se fazer constituintes e fundantes na construção do Projeto Terapêutico Singular (PTS), de forma que o diagnóstico não se prenda somente ao que salta aos olhos, nem em uma avaliação orgânica mecanizada pelos saberes biologizantes. O PTS como prática singularizante opera vezes como dispositivo, vezes como arranjo da clínica, vezes como estratégia na reorganização do trabalho interdisciplinar, devendo produzir novos possíveis no cuidado em saúde. O PTS deveria funcionar como eco coletivo e metamorfose de sofrimentos efeitos da estrutura social classista, racista e machista em que vivemos. Em vez disso, muitas vezes, eles seguem silenciados, naturalizados, patologizados. Projetos Terapêuticos, muitas vezes, funcionam como projetos pedagógicos, prescrevem modos de

³⁶ Stela do Patrocínio foi interna do Centro Psiquiátrico Pedro II (Engenho de Dentro/RJ). Vivente das mazelas dos 36 manicômios, passou 30 anos em privação de liberdade, vindo a falecer nas dependências da Colônia Juliano Moreira em 1992. Mas, ela sobrevive por meio de suas falas e escritos, que foram registrados por trabalhadoras e estagiárias do serviço. Stela virou exposição, peça de teatro e livro, seguindo viva na força de suas palavras-encantos.

vida pré-fabricados e em pleno acordo com a estrutura social que provoca tais acometimentos (VASCONCELOS; SEFFNER, 2015). Os PTS deveriam provocar mudanças não só nos sujeitos, mas nos contextos que operam no espaço micropolítico, carregando em si dispositivos geradores de mudança no instituído (OLIVEIRA, 2007). Assim, faz-se aqui uma ressalva importante: apesar de operar prioritariamente na esfera micropolítica, ao construir o PTS, é importante levar em consideração, também, “as durezas e dificuldades que são efeitos de estruturas macrosociais reprodutoras de forma de exclusão social, que [apesar de] não poderem ser facilmente dissolvidas”(AMORIM, et al., 2019, p.143), devem ser consideradas e enfrentadas, olhando de frente para os mecanismos de exclusão social que instauram guerras silenciosas.

3.A GUERRA ENTRE O FELIZ POETA E O ESFOMEADO³⁷

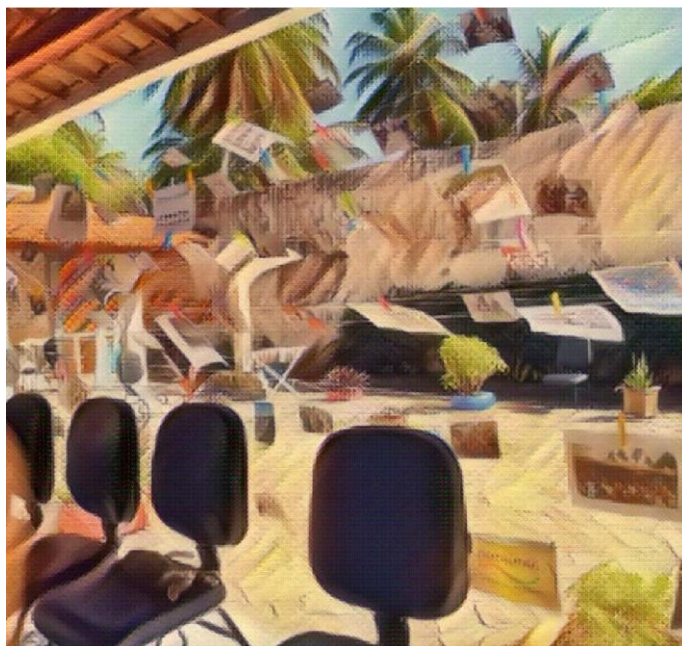


Imagem 02. Fonte: registro pessoal da pesquisadora. Um pátio na Primvara, 2020

No bojo da inquietude com o contexto epidemiológico, político e econômico do país, urgiam articulações para contornarmos o medo, o desespero e a sensação de desamparo e, desde o lugar de gestão e atenção em saúde mental, pensar e imaginar outras formas de atuação em um momento de guerra (ao vírus, ao fascismo, ao desmonte silencioso das políticas públicas, a fome), o desafio posto “consistia em pensar alguém ou além da própria guerra, recusando o tabuleiro que ela nos impõe” (PELBART, 2019, p. 20).

Assim, imaginamos um projeto de geração de renda alinhavado com as oficinas terapêuticas, que pudesse ser semeado por dentro da gestão da Rede de Atenção Psicossocial de Aracaju e florescer pelos caminhos da cidade. As oficinas terapêuticas são importantes tecnologias de produção de cuidado, tendo como pilares a humanização e a inserção cultural, a abertura do cuidado para questões produtoras de saúde, de vida e subjetividade, como, por exemplo, o trabalho. Uma ressalva utópica: como já dito acima, o trabalho aqui é entendido como vetor de existencialização, de ampliação da vida, e não como meio *sine qua non* de manter uma sobrevivência capital alienada (RAUTER, 2000). Assim, ao terem como resultado material do processo produtos que podem assumir a forma de bens e serviços, as oficinas geram produtos com valor de uso e troca, produzindo, assim, valor social, gerando uma produção material da vida (YASUI, 2006). “O trabalho é miúdo, constante, longo, de enfrentamento e aprendizado. A ideia de resistir [já] não é

³⁷ A novidade. Composição: Bi Ribeiro, Gilberto Gil, Herbert Viana, João Barone. Interpretação: Gilberto Gil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LP6KshtmbYE>

mais suficiente” (SIMAS; RUFINO, 2020, posição 125), é preciso habitar as encruzilhadas, “abrir novas contradições e brechas para atuarmos” (VASCONCELOS, 2021, p.35), fazer vibrar não mais um desenvolvimento alternativo a lógica capitalística, como um furo no muro que permita o “escape à modulação biopolítica e, eventualmente, à tanatopolítica que lhe é correlata” (PELBART, 2019, p. 18), para então vibrar alternativas de desenvolvimento com reconhecimento e valorização de outros saberes e práticas, capazes de imaginar “uma nova racionalidade social, política, econômica e cultural indispensável para a transformação” (ACOSTA, 2016, p. 233).

İretí foi levado pelo vento, até que algo o fez parar. Ali naquele pátio, como em uma encruzilhada onde guerreavam sons e desejos, ouviu a TV ligada, já sem ninguém mais a percebendo: “É preciso fingir. Quem é que não finge neste mundo, quem? É preciso dizer que está bem disposto, que não tá com fome..., é preciso dizer que não está com dor de dente, que não está com medo..., senão não dá, não dá. Nenhum médico jamais me disse que a fome e a pobreza podem levar ao distúrbio mental. Mas quem não come fica nervoso, quem não come e vê seus parentes sem comer pode chegar à loucura. Um desgosto pode levar à loucura, uma morte da família, o abandono de um grande amor. A gente até precisa fingir que é louco sendo louco..., fingir que é poeta sendo poeta”³⁸. İretí pôs-se a pensar no contexto pandêmico, ali, ele, ser alado e encantado, lhe saltava aos olhos as ausências, pelos cantos das ruas, assim como pelos cantos dos serviços de saúde mental de Aracaju. Pouco a pouco via o brilho dos serviços ser ainda mais amarelado pelas ausências. Assim como ele, com seus olhos encantados, via amarelar as forças daquelas que assumiram a tarefa de operar políticas públicas de saúde em tempos tão perversos. No pátio-encruzilhada, İretí via linhas que convergiam sons, um minúsculo vórtice se formava a partir dos sons que os sonhos, de treze mulheres, emanavam ao se fundir. Os sonhos nem sempre eram tranquilos, pois não poderiam fingir que o chão dos serviços não estava permeado pelas disputas coletivas e muitas vezes individualizadas, não poderiam fingir que as questões sociais, em especial a fome, estavam empurrando os sujeitos para as filas de consultas especializadas ou para o acolhimento nos serviços, não poderiam fingir que as frágeis ações de inclusão e intersectorialidade articuladas com os CAPS estavam cada vez mais minguando, não poderiam fingir que as oficinas terapêuticas - sem material específico e com restrições devido ao distanciamento social - também minguavam, amarelando-se. A inquietação sacudia aquele sonhar, perguntas ecovam. İretí observava, ali, naquele pátio-encruzilhada, os ecos que fazia vibrar o mesmo sonhar em 13 mulheres espalhadas pela cidade, em sonho gestando outros possíveis para essa rede de saúde, sonhos inquietos que permeavam as 13 mulheres que compunham, naquele momento, o coletivo gestor da RAPS Aracaju, sonhos inquietos, ecos das perguntas que não as deixavam dormir³⁹: Gente foi feita pra brilhar, pra comer do pão, da arte, do saber. Gente foi feita para andar livre e habitar a cidade em suas praias, calçadas, morro e mangues. O que fazer? Por onde caminhar quando o chão vai ruindo? Como imaginar um outro caminho durante o caminhar? Como se fazer poesia em tempos tão duros? (Trechos de contos bricolados de autoria própria, 2022).

Imaginar com os pés no chão e a cabeça nas nuvens, assim a sonh/ação aconteceu; para

³⁸ Fala extraída do filme Bicho de sete cabeças.

³⁹ Saúde e reverencio as 13 mulheres, que assim como 13 luas, passaram pelo chão dos serviços e pela composição do coletivo gestor da RAPS Aracaju em 2021: Mairla Protázio, Láis Suellen Almeida, Davina Gois, Luciana Fernandes, Daniele Ribeiro Alves, Camilla Albuquerque, Ericka Henriques Guerra, Elberlene Arimateia, Cláudia Oliveira, Joana Santos, Jayane Trindade, Alessandra Aragão. Assim como tantas outras que passaram abrindo caminhos para as que vieram depois e deixando rastros dos seus sonhos para nortear os seguintes: Camille Arruda Aragão, Karina Cunha, Simone Barbosa.

corazonar⁴⁰, havia de se (re)conhecer e criar pontos de convergência dos sujeitos que utilizam os serviços CAPS. Como um dos primeiros passos, foi necessário traçar o perfil socioeconômico dos usuários/as dos CAPS de Aracaju, a fim de posteriormente estruturar um projeto de geração de renda, de maneira que este fosse efetivamente voltado ao perfil acompanhado na Rede de Atenção Psicossocial de Aracaju, bem como articular estratégias intersetoriais, considerando as especificidades e singularidades dessa parcela da população. Deu-se então uma pesquisa de caráter institucional no sentido de que foi formulada e tocada pela Secretaria Municipal de Saúde, mais especificamente pela RAPS. Pesquisa exploratória, cuja concepção foi provocada a partir da necessidade de dados que fundamentassem a tomada de decisão da gestão da rede para realização de ações visando o protagonismo dos usuários da RAPS, com enfoque em ações de geração de renda e reinserção social⁴¹. Para tal, foi produzido um questionário para realização de entrevistas guiadas, que aconteceram durante o período compreendido entre 17/05/2021 e 30/07/2021.

As entrevistas foram realizadas por profissionais de três CAPS tipo III e um CAPS Infanto-juvenil⁴², com auxílio das equipes do Projeto de Redução de Danos e Unidade de Acolhimento Adulto, bem como discentes da Residência multiprofissional em Saúde Mental da Universidade Federal de Sergipe. Assim, foram entrevistados 558 usuários/as dos CAPS que atendem o público adulto e 53 familiares dos CAPS que atendem ao público infanto-juvenil, totalizando uma amostra de 611 formulários respondidos por usuários e/ou familiares. As fichas com as respostas das entrevistas se encontram sinalizadas e armazenadas na Rede de Atenção Psicossocial da Secretaria Municipal de Saúde de Aracaju. Os/as usuários/as e familiares participantes da pesquisa foram informados/as sobre o objetivo da pesquisa, sobre a voluntariedade e sigilo da participação, concordando em participar.

A pesquisa foi realizada por meio de instrumento estruturado composto por 14 questões, agrupadas em: *dados pessoais* (idade, gênero, cor/etnia, escolaridade formal, filhos(as) e estado civil) e *dados socioeconômicos* (bairro, tipo de moradia, nº de pessoas por moradia, exercício de atividade remunerada, renda mensal, recebimento de auxílio governamental e/ou não governamental e situação de alimentação). Os dados foram trabalhados através do *Statistical Package for the Social Sciences* (IBM SPSS Statistics, versão 22) a partir da divisão em dois bancos de dados, sendo

⁴⁰ Conceito utilizado em aula online da disciplina Saúde Coletiva em Diálogos com as Epistemologias do Sul (ENSP/FIOCRUZ, 2021), por Marina Tornowski Fasanello, do autor Patrício Guerrero Arias, fazendo referência ao saber do coração, a religião da afetividade não só à racionalidade, como também a religião entre as diferentes dimensões que compõem o humano. Corazonar enquanto uma prática que visa a decolinialidade dos saberes.

⁴¹ Por ter sido uma pesquisa realizada para atender a necessidade de fundamentar a tomada de decisões da gestão da 41 RAPS, não teve seus dados publicados anteriormente. O documento embasou projetos intersetoriais para geração de renda, facilitação de cursos voltados ao trabalho e ao sistema de educação e arte-cultura, que até maio de 2022, tramitavam nos setores de algumas secretarias do município de Aracaju.

⁴² A saber: CAPS III David Capistrano, CAPS IJ Dona Ivone Lara, CAPS III Jael Patrício de Lima, CAPS III Liberdade.

um para os dados dos/as usuários/as, produzidos nos CAPS Adulto, e outro para os dados de familiares, coletados nos CAPS Infantil.

Busco aqui discorrer sobre os corpos que povoaram a pesquisa, corpos que são histórias, pois “não há quem goste de ser número, gente merece ser prosa”⁴³, *contos e (en)cantos*. Corpos-cantos constituídos por marcadores sociais (de gênero; de raça/cor; de classe e, com ela, de escolarização e de moradia), sempre do lado feito inferior das hierarquias produzidas tomando-se como referência esses mesmos marcadores. Estes corpos-cantos que habitam os (en)cantos de Ará (Aracaju/SE), que transitam pelos CAPS da cidade e que habitam do lado dos subalternos, criminalizados; dos corpos que são oprimidos, adoecidos, matáveis, explorados e excluídos, “corpos vivos expostos ao esgotamento físico e a todo risco biológico, por vezes invisível” (MBEMBE, 2021, p.3).

Mas, discorrer sobre esses corpos-(en)cantos parece não bastar. Com o peito apertado, peço passagem para as forças e emoções em trânsito, peço que algum gesto se expresse, gesto que materialize de algum modo a aposta ética da luta antimanicomial; gesto que articule gente; gesto que brote do chão dos serviços de saúde mental aracajuanos, mas não implodam ali enCAPSulados; gesto com força para gestar corpos e comunidades temporárias, modos de subjetivação e convivência inusitados. Nessas comunidades/territórios temporários, gestar “sinergias coletivas, provedoras de acolhimento recíproco que favorece os processos de experimentação de modos de existência distintos dos hegemônicos, valorizando e legitimando sua ousadia” (ROLNIK, 2018, p. 141). Ainda podemos ensaiar gestos que ensejem outros começos para a RP; para nós, trabalhadoras, gestoras da rede de saúde pública deste país; para nós, usuárias do SUS inteiramente marcadas por um social que naturaliza hierarquias. Afinal, em que social queremos nos inserir, que corpo queremos habitar?

[...] o genealogista parte em busca dos começos – dos começos inumeráveis [...] dissociar o Eu e fazer pulular nos lugares e recantos de uma síntese vazia, mil acontecimentos agora perdidos. [...] Sua tarefa não é manter a de mostrar que o passado ainda está lá, bem vivo no presente [...] ao contrário, manter o que se passou na dispersão que lhe é própria: demarcar os acidentes. [...] na raiz daquilo que nós conhecemos e que nós somos – não existe a verdade e o ser – mas a exterioridade do acidente. Eis porque, sem dúvida, toda a origem da moral, a partir do momento em que ela não é venerável [...] é crítica. A pesquisa da proveniência não funda [...] ela agita o que se percebia imóvel, fragmenta o que se pensava unido; ela mostra a heterogeneidade do que se imaginava em conformidade consigo mesmo. [...] Enfim, a proveniência diz respeito ao corpo. Ela se inscreve no sistema nervoso, no humor, no aparelho digestivo. [...] O corpo - e tudo que diz respeito ao corpo, a alimentação,

⁴³ Citação extraída do manifesto/memorial Inumeráveis, em homenagem às pessoas que vieram a óbito em decorrência da 43 COVID-19. Inumeráveis é uma obra do artista Edson Pavoni em colaboração com Rogério Oliveira, Rogério Zé, Alana Rizzo, Guilherme Bullejos, Gabriela Veiga, Giovana Madalosso, Rayane Urani, Jonathan Querubina e os jornalistas e voluntários que continuamente adicionam histórias a este memorial. Disponível em: <https://inumeraveis.com.br/>

o clima, o solo [...]: sobre o corpo que se encontra o estigma dos acontecimentos passados do mesmo modo que deles nascem os desejos, os desfalecimentos e os erros; nele também eles se atam e de repente se exprimem, mas nele também eles se desatam, entram em luta. [...] O corpo: superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto que a linguagem os marca e as ideias os dissolvem), lugar de dissociação do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização. A genealogia, como análise da proveniência está, portanto, no ponto de articulação entre o corpo e a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo. (FOUCAULT, 2001, p. 21)

A pesquisa feita e conduzida pela RAPS Aracaju transpôs em números os pequenos assombros do cotidiano, produzindo “dados que são relançados às suas virtualidades, num tempo que se reinventa e se torna nova dobra do mundo” (FONSECA et al., 2010, p. 182). Assombros-sintoma de encontrar cotidianamente corpos-(en)cantos que, sem acesso ao mínimo, àquilo que seriam necessidades humanas básicas que condicionam a saúde, se desencantam, amarelam com uma fome total: fome de seguridade social, fome de arte, fome de renda, fome de educação, fome de alegrias, fome universal, fome de trabalho digno, fome de vitalidade. Numa cadeia de tantos elos de ausências, não há de se mapear tudo de que se tem fome. Cultivando uma atitude genealógica, resta se ater ao percurso dela, sua geografia, seus impactos nefastos que produzem o corpo-canto dessa pesquisa que “não vê a hora de comer já salivando, o estômago fazendo festa em alto volume, daqui da fome da pra ver o que acontece”⁴⁴. Corpos que são excluídos da sociedade no sentido de garantia de direitos, mas não só. Corpos excluídos porque para, ter direitos, têm o dever de performar a métrica capital, corpos “inseridos perversamente no sistema capitalístico pela insuficiência e privações” (SAWAIA, 1999, p.8), corpos entendidos como deficientes, faltosos, doentes, que passam a estar sob os controles públicos, objetificados, com pulsão de vida reduzida ao ditado pela cartilha neoliberal, “sem acesso a novas e mais dignas condições de vida, perpetuando suas vidas nessa condição de exclusão” (AMORIM et al., 2019, p. 150).

Dados com nome, cadastro de pessoa física (CPF), histórias, afetos, desejos, desejos despedaçados pelas insuficiências deixam rastros pelos caminhos da cidade, pequenos pedaços de suas histórias pedem passagem nesse texto, outros pedaços seguem aguardando o momento de ser inteiro, de ser inserido pelo direito constituído, clamando pelo rompimento do silenciamento e invisibilidade - um clamor que se faz eco, às vezes aos gritos, às vezes pelos cantos, mas ali, se fazendo ver; “assim, corpo, verbo, [e ecos] fazem dobra, e convocam o delírio a transbordar os limites da linguagem e a atormentar os infinitivos com novas ideias e proliferações” (FONSECA, et al., 2010, p.182).

⁴⁴ Fome de tudo. Composição: Jorge du Peixe, Lúcio Maia, Pupilo. Intérprete: Nação Zumbi. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3I2UrKLSM9Y>

4.DE UM LADO ESSE CARNAVAL, DO OUTRO A FOME TOTAL⁴⁵



Imagem 03. Fonte: arquivo CAPS Ivone Lara. Hora do lanche, 2019

Josué de Castro (1984) questiona, ao passo que afirma, que a fome é um problema tão velho quanto a própria vida. Mas, seria a fome, assim como a morte, inerente à própria vida? Ou uma praga social forjada pelo próprio homem (*que come*)? As mazelas da escassez de alimentos já não são novidade, contudo continuam figurando no centro das disputas de narrativas (*agro é Tech, agro é pop*), sendo uma praga permanente na nossa sociedade. O ato de comer carrega consigo não só o suprir o corpo de calorias como uma necessidade vital, carrega junto uma gama de significados sociais e subjetivos (ALMEIDA et al., 2020); o comer agencia sociabilidade, cultura, ancestralidade, pois o alimento chega à boca carregando a energia de quem o preparou, carrega o comer junto, celebrações, festas ou, o inverso, as ausências e seus impactos subjetivos.

O comer e seus sentidos se desdobram, evidenciando que não estamos falando apenas do aprofundamento das desigualdades econômicas. Não podemos reduzir a análise da insegurança alimentar apenas à noção de precariedade de renda, mas, tatear as linhas para uma análise ampla de uma precariedade de vida, que se relaciona e faz dobra com vários tipos de desigualdades como raça, gênero, idade, etnia, classe, participação (CAMPELO; BORTOLETTO, 2022). Josué de Castro (1984) traz imbricações entre a fome e o meio ambiente, produzindo um ensaio ecológico das populações em insegurança alimentar que também traz um cunho de inquérito econômico-

⁴⁵ A novidade. Composição: Bi Ribeiro, Gilberto Gil, Herbert Viana, João Barone. Interpretação: Gilberto Gil. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LP6KshtmbYE>

social, situando, assim, espacialmente as regiões de fome endêmica e/ou epidêmica⁴⁶, apontando sua ligação com regiões de exploração por uma economia “selvagem”, que destrói não só a vida dos humanos, mas também a vida de não humanos, produzindo flagelos naturais.

A fome no Brasil é uma produção histórica, com distintos significados, tanto em um contexto ampliado social quanto na singularidade das pessoas atingidas (Freitas, 2003). Assim, parece ser preciso dar nome e não apenas conceituar a fome (Furtuoso; Viana, 2021), fazer da experiência um caminho de resistência para conceitos teóricos, as teorias conformistas ou as produções colonialistas daqueles que comem, ecoando a voz de Carolina Maria de Jesus⁴⁷, ao afirmar que quem inventou a fome são os que comem, uma vez que o colonialismo/capitalismo inventam e gerem a fome, pois lucram com ela. Reafirmando a assertiva da autora, pesquisas e revistas revelam o surgimento de um novo bilionário no mundo a cada 26 horas, enquanto a desigualdade contribui para a morte de uma pessoa a cada quatro segundos⁴⁸.

Desde quando a pandemia foi declarada no Brasil, o país ganhou 40 novos bilionários, em 2022 a Forbes contabilizou 290 bilionários no país⁴⁹, destes os 20 maiores têm mais riqueza (US\$ 121 bilhões) do que 128 milhões de brasileiros (60% da população)⁵⁰. Ainda segundo o relatório Oxfam, a “desigualdade mata”; o aumento da riqueza dos bilionários durante a pandemia foi de 30% (US\$ 39,6 bilhões), enquanto 90% da população teve uma redução de 0,2% entre 2019 e 2021. Enquanto os mais ricos acumulam, os montantes vultuosos acumulados por estes poucos, poderiam a título de ilustração, “pagar um benefício de R\$ 600,00 mensais por seis anos e meio para 40 milhões de famílias” (CAMPELO; BORTOLETTO, 2022, p. 108). “a associação entre fome e acesso - ou não - aos alimentos já produz deslocamentos importantes (...) [mas] é preciso compreender os efeitos do sistema econômico vigente” (FURTUOSO; VIANA, 2021, p.4) desta

⁴⁶ Josué de Castro (1984) afirma que a fome poderia ser expressa de diferentes maneiras: individual ou coletiva, endêmica [manifestação coletiva e crônica, com efeitos perenes] ou epidêmica [intermitente], parcial/oculto [falta de nutrientes de qualidade e constância na alimentação] ou total [atinge grupos em quase inanição, em áreas de extrema miséria].

⁴⁷ A escritora brasileira Carolina Maria de Jesus, mulher, negra, periférica, teve seus livros traduzidos para 14 línguas e vendidos em mais de 40 países. Seu livro mais vendido, Quarto de despejo: diário de uma favelada, em sua primeira tiragem, de dez mil exemplares foi vendida em menos de uma semana, alcançando posteriormente a marca de mais de um milhão de cópias comercializadas antes da globalização. Nascida na cidade de Sacramento/MG, em 1914, filha de pais analfabetos, frequentou a escola apenas por dois anos, foi presa injustamente duas vezes. Após a prisão, “foi escorraçada da cidade natal, seguindo viagem a pé para São Paulo, tendo a fome como fiel e ingrata companheira e como tema de seu fazer literário” (Belchior; Moreira, 2022). Seu desejo de escrever a leva a fabular um devir-escritora, escrevendo em restos de cadernos, folhas soltas, papelão que recolhia do lixo, assumindo uma atitude de atrevimento contra a instituição literária vigente, que pressupunha, até ali, uma linguagem erudita (Evaristo, 2009). Para saber mais: <https://www.youtube.com/watch?v=W5ONEzm7wI>

⁴⁸ Relatório Oxfam, A desigualdade mata. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/a-desigualdade-mata/>

⁴⁹ Forbes, setembro, 2022. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2022/09/lista-da-forbes-os-10-maiores-bilionarios-49-do-brasil/>

⁵⁰ Relatório Oxfam, A desigualdade mata. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/a-desigualdade-mata/>

forma, reafirmamos que “o problema da fome é difícil (...), já não podemos silenciar sobre o assunto. É preciso, pelo contrário, atacá-lo com coragem, no interesse de todos” (CASTRO, 1984, p.s/n).

Ainda na primeira edição do emblemático *A geografia da fome*, já era atribuída à fome uma influência na duração e qualidade da vida, na capacidade de inserção no trabalho e no estado psicológico das populações (CASTRO, 1984). A fome é capaz de produzir efeitos amplos em redes visíveis ou não visíveis, essas redes contribuem para uma série de consequências diretas na vida da pessoa em situação de fome e ainda consequências indiretas e sistêmicas (FURTUOSO; VIANA, 2021).

Ïretí voltou à praça, lá ficou olhando o movimento das pessoas, o ir e vir pelas ruas, o balançar das árvores que estavam ali, até que seus olhos firmaram em duas mulheres que conversavam, sentadas no meio fio do jardim. Ïretí se abaixou, pousou ali seus ouvidos e atenção: - Eita Tânia⁵¹, você lembra da primeira vez que me aproximei de você, pouco depois da chegada da COVID 19, naquele momento em que todas as pessoas necessitavam usar máscaras, mas você não usava e estava à vontade com isso (risos envergonhados). Lembro que perguntei se poderia me sentar próximo e conversar, você disse que sim. Sentei, mas ainda mantendo certa distância, pela necessidade de ficar distante pelo risco de pegar esse doença, mas também confesso que seu jeito me intimidou um pouco. Você afastou uma sacola grande com algumas roupas, lençóis e outros objetos pessoais, e uma garrafa de aguardente. Lembra que você me falou que conversava com as garrafas? As mulheres gargalharam, assentiram com as cabeças, riam ao falar sobre a garrafa de aguardente que estava ali, ao lado de uma delas. - Você sabe que as garrafas acabam sendo uma parceira para quem tá morando na rua, né Nalva? A gente acabou ficando ainda mais só depois dessa doença chegar, as garrafas que seguem fazendo companhia para quem está na rua assim como eu, as garrafas são companhia e ajudam a esquecer da fome que bate... “[...] A tontura da fome é pior do que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago. Comecei sentir a boca amarga. Pensei: já não basta as amarguras da vida? Parece que quando eu nasci o destino, marcou-me para passar fome”⁵². (Trechos de contos bricolados de autoria própria, 2022).

Olhar para quem sente fome, implica olhar para um oco repleto de sentidos, “busca entender quem são essas pessoas, o que pensam, como agem, o que sentem e quais as suas estratégias de sobrevivência” (CAMPELO; BORTOLETTO, 2022, p. 111). Buscar outros olhares sobre as mudanças nos hábitos alimentares de quem não tem acesso a alimentos, desde o consumo calórico insuficiente, até uma mudança de hábitos alimentares oriundos de um processo desordenados de urbanização e trabalhos precarizados. Quem tem fome e não tem acesso a alimentos, vai buscar pequenos prazeres “que lhes devolvam o apetite de viver que o insensato mundo lhes roubou” (COSTA, 1996, p.s/n) e, assim como Tânia, buscar refúgio onde lhe dê abrigo - de alimentos ultraprocessados de baixo valor nutricional e de baixo custo financeiro, até o uso abusivo de álcool

⁵¹ Inspirado em carta da Redutora de Danos Ednalva Monteiro, para uma usuária. Projeto inconcluso escrever flores/contar histórias.

⁵² Inspirado em Carolina Maria de Jesus, extraído do livro Quarto de despejo, 2014, p.38.

e outras drogas, para adormecer o paladar e o apetite. Afinal, “a gente não quer só comer, a gente quer prazer para aliviar a dor”⁵³. Transpondo a experiência de Tânia em uma experiência múltipla, “*A geografia da fome*”, traz o eco de regimes alimentares em regiões periféricas do norte do país:

O que um homem come durante um dia inteiro não daria para uma só refeição de [outros homens em condições diferentes]. No entanto, esse homem parece satisfeito pela sorte, conseguindo um pouco de farinha e café com um gole de cachaça a matar o gosto da fome. Mas a verdade é que se trata de populações com apetite embotado, em estado de anorexia crônica (...) habitual - diferente de culturas orientais que comem pouco, porém com regularidade - nosso caboclo, que é capaz de comer despropositalmente, em geral come pouco e irregularmente, jejuando por dias e semanas. (...) Não é o único caso de grupos de humanos que acabam por perder a força do seu instinto alimentar, por ter seu apetite quase apagado. Para comer qualquer coisa é preciso manter o apetite esquivo com aperitivos, com pimenta, com estimulantes de toda ordem. (Castro, 1984, p. s/n)

Partindo dessa complexidade da fome e seus impactos imediatos, tardios, culturais e ambientais, em 2006, foi instituída a Lei de Segurança Alimentar e Nutricional⁵⁴, e em seu artigo 3º conceitua a segurança alimentar como a garantia de direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. O IBGE passou a conceituar a segurança alimentar por meio da análise de três aspectos: plenitude e regularidade do acesso à alimentação, quantidade suficiente e comprometimento ao acesso de outras necessidades individuais e familiares. A partir destes aspectos, estrutura a classificação da insegurança alimentar em três níveis: *insegurança alimentar leve*, quando a incerteza sobre o acesso aos alimentos compromete a qualidade adequada da alimentação; *insegurança alimentar moderada*, quando a quantidade da alimentação é afetada e existe a mudança e/ou ruptura dos padrões de alimentação; *insegurança alimentar grave*, quando a redução da quantidade de alimentos implica na privação no acesso e consumo de alimentos, atingindo também crianças, o que leva a presumir uma situação de fome compartilhada por todos os membros familiares.

Dando continuidade às ações do Estado para enfrentamento da fome, o governo brasileiro realizou ações e ajustes nas legislações, a exemplo da Emenda Constitucional nº 64⁵⁵, de fevereiro 2010, que altera o art. 6º da Constituição, introduzindo a alimentação como direito social, junto à

⁵³ Comida. Composição: Marcelo Fromer, Arnaldo Augusto Nora Antunes Filho, Sergio De Britto Alvares Affonso. Interpretação: Titãs. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hOyt4cwjVns>

⁵⁴ Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2011.346%2C%20DE%2015,quada%20e%20d%C3%A1%20outras%20prov%20id%C3%A1ncias>.

⁵⁵ Para saber mais: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm

educação, saúde e outros. Assim, após um somatório de ações governamentais e populares, em 2014 o Brasil deixou de figurar no mapa mundial da fome, de acordo com o relatório global da Organização das Nações Unidas para a Agricultura (FAO/ONU) o Brasil passou a ter menos de 5% da população estaria na condição de subalimentados ou em insegurança alimentar grave⁵⁶.

No atual desgoverno, seguindo desde 2016, agendas de múltiplos retrocessos, as garantias de direitos sociais impressos nas legislações são encolhidas continuamente de várias formas, provocando o desmonte gradual das políticas públicas e seus espaços institucionais. Dentre tantos ataques, destacam-se as sucessivas fragilizações das políticas e instâncias de trabalho para o desenvolvimento social no país, que vão desde a extinção do Ministério do Desenvolvimento Social em 2019⁵⁷, até a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) que se constituía como um importante órgão de formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), bem como de Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAAS)⁵⁸.

A extinção desses órgãos abre espaço para que mais alimentos de baixa qualidade nutricional e ultraprocessados cheguem, com maior facilidade, aos mercados brasileiros. Assim, a fome passa a coexistir lado a lado com o consumo desses tipos de alimentos, produzidos a partir de refugos da indústria e endereçado às populações com baixo acesso a renda e, conseqüentemente, sem acesso a alimentos variados. Passam a ser geradas mercadorias que “retiram o sentido alimentar do ato de comer, transformando os alimentos em itens avaliados pelo preço, à revelia de sua qualidade nutricional” (FONSECA, 2021, p. 4).

Fome e família vinculam-se na origem de suas expressões fundantes: servidão, escravidão e pobreza. A geopolítica da fome é exacerbada em países marcados pela exploração e dominação de mercados externos. Assim, o Brasil repete o padrão de outras sociedades em que a fome se concentra em pessoas que desde a mais tenra idade vivem a incerteza de sobreviver, cabendo à mulher somente a menor porção ou mesmo a sobra da alimentação dos filhos (FREITAS, 2003). A fome alastra-se ganhando mais cantos, em tantos lugares, em tantos lares, em tantas esquinas,

⁵⁶ Para saber mais: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmgs/noticias/arquivos/files/SOFI4_10_09-2.pdf

⁵⁷ O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) foi criado em 2004, sendo responsável pelas políticas nacionais de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de assistência social e de renda e cidadania; fazendo a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Programa Nacional de Serviço Social e do Fundo Nacional de Assistência Social; executando ainda o Programa Fome Zero e o Programa Bolsa Família, dentre outras atribuições. Em 2019, o MDS foi incorporado ao Ministério da Cidadania, juntamente com os Ministérios da Cultura e Esporte.

⁵⁸ A expressão “Direito Humano à Alimentação Adequada” tem origem no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC). Em 2002, o Relator Especial da ONU para o direito à alimentação definiu o Direito Humano à Alimentação Adequada como um direito humano inerente a todas as pessoas, ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garantem uma vida livre de medo, digna e plena das dimensões física e mental, individual e coletiva” Para saber mais: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/319.pdf>

também caminha pelos serviços de saúde desde a fundação dos leprosários e até os hospitais, vagueia atualmente pelos cantos das escolas, das ruas, das periferias, dos CAPS, referendando a memória dos manicômios com pessoas, reeditando muitos desafios da reforma psiquiátrica brasileira.

Ao questionar os/as usuários/as dos CAPS adulto, “se nos últimos 3 meses, os alimentos acabaram antes que os moradores do domicílio tivessem dinheiro para comprar mais alimentos”⁵⁹ verificou-se que, em 49,64% dos domicílios, os alimentos acabaram antes que os moradores pudessem ter dinheiro para comprar mais comida; em 46,42%, tal situação não foi observada e 3,94% não informaram. Já familiares de crianças acompanhadas nos CAPS infantis, em 60,38% dos casos relativos a familiares e/ou responsáveis pelos/as usuários/as acompanhados/as nos CAPS infanto-juvenis, os alimentos acabaram antes de ser possível comprar mais. Em 39,62% dos casos, isto não ocorreu. Assim, traduziu-se em números um canto de corpos-(en)des/encanto que não acessam alimentos e que passam fome. Fome que enlouquece e se faz presente muitos cantos da cidade, que se fez visível nos cantos dos CAPS pesquisados; números que se situam na encruzilhada entre a fome que enlouquece e a loucura que traz consigo a exclusão e às inúmeras faltas de acesso e talvez a maior delas - a fome.

⁵⁹ Questão elaborada de acordo com o formulário IBGE, Pesquisa de Orçamentos Domiciliares 2017-2018.

5.GENTE QUER COMER, GENTE QUER SER FELIZ, GENTE QUER RESPIRAR O AR PELO NARIZ⁶⁰



Imagem 04. Fonte: arquivo equipe CnR Aracaju, 2021.

A renda escassa ou mesmo a ausência de renda atrelada à ausência de atividade remunerada, pode transformar os sentidos em ausências que ganham outros nomes, transcritos como nervoso ou desgosto da vida; derivando dessas ausências conjuga-se a fome: ela “está no horizonte como uma possibilidade que se encontra a frente, cuja projeção temporal não se esgota em uma refeição, mas persiste porque está dentro da sua biografia, por isso não omite a vivência” (FREITAS, 2003, posição 2667).

Samuel Lima (2021, p.4) sinaliza que “ter fome, ou saber dela, é viver em um contexto de guerra não declarada, onde o inimigo combatido é o próprio ser humano”, o humano combatido tal e qual o Estado suicidário, dessa forma o/a brasileiro/a ignora a fome como um inimigo da humanidade, pois a fome tem cor e raça, o que nesse caso torna incompatível a relação entre fome e humanidade; uma incompatibilidade que reverbera o eco das ausências no oco, “dos que se alimentam de medo/ ferramenta que nos consome/ é que os moleque tão de quebrada virando louco de fome”⁶¹.

Ëretí encontrou aquele homem sentado na praça, olhar vago, disperso. Seguiu acompanhando os olhos daquele homem, até que eles pousarem nos moleques que jogavam pipoca uns nos outros enquanto corriam sorrindo. Com voz de quem pensa alto falou: Minha infância toda passei amarrado. Cheguei a passar muita fome, vivi

⁶⁰ Gente. Composição e interpretação: Caetano Veloso. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nrzYbc3rWzc>

⁶¹ Música Sétimo Templário. Autoria: Criolo e Tropkillaz. Interpretado por: Criolo feat. Tropkillaz. Álbum: Sobre Viver (2021). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=al_Zbuq-owg

como trombadinha, meu pai abandonou minha mãe quando eu era muito novo, tinha cinco anos. Cresci e ganhei as ruas, agora vem essa história de ficar em casa! Que casa? A fome é quem me acompanha até hoje, segue aqui pelas ruas! Ìretí seguiu olhando a praça, olhando aquele homem que bebia um gole de cachaça enquanto pensava, depois de mais um gole, jogou um pouco de cachaça pro santo e um pouco em uma ferida na sua perna. Minutos depois, algumas outras pessoas desceram de uma van e aproximaram-se, sentaram-se ao lado daquele homem. Ìretí ficou curioso e se abaixou para ouvir... aquelas pessoas estavam ali para fazer um curativo naquela ferida, combinaram de voltar no outro dia para acompanhar o homem para levá-lo a um serviço de saúde e depois ao CAPS. Ìretí deixou-se levar pela memória para rememorar Stela ali, sentada no chão, rabiscando um papelão enquanto falava: “[...] Eu sei que estou passando mal de boca, passando muita fome comendo mal, e passando mal de boca, me alimentando mal comendo mal passando muita fome sofrendo da cabeça sofrendo como doente mental” (Patrocínio, 2001, p. 97)⁶². (Trechos de contos bricolados de autoria própria, 2022)

Ao serem questionados/as se ‘algum/a morador/a, de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida’⁶³ - 61,47% dos/as usuários/as dos CAPS Adulto informaram que não sentiram fome e não deixaram de comer por falta de dinheiro; já 31,72% dos entrevistados dos CAPS Adulto afirmaram ter sentido fome e não se alimentado por falta de dinheiro para comprar alimentos nos últimos três meses⁶⁴.

Quanto aos familiares/responsáveis pelos usuários/as dos CAPS infanto-juvenis, ao serem questionados se ‘algum morador com menos de 18 anos, alguma vez sentiu fome mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida’⁶⁵ - 54,72% dos familiares e/ou responsáveis dos usuários atendidos nos CAPS infantil afirmaram que tal situação não ocorreu; embora relatem a falta de alimentação devido à escassez de recursos financeiros. A taxa de familiares e/ou responsáveis que afirmaram sentir fome e não se alimentaram devido à falta de dinheiro foi de 45,28%.

A COVID-19 agrava antigas problemáticas, reeditando-as e compondo velhas novas fotografias “do corpo, do lugar de angústia, das depressões, do luto, da dor, da força, da doença, do gozo pela vida tanto quanto pela morte, da fome, do racismo” (LIMA, 2021, s/p.). A atualização e crescimento de quadros, já velhos conhecidos dos brasileiros, como alta na inflação e preço dos alimentos, acentua as desigualdades, ampliando os grupos sociais atingidos pelas múltiplas faltas de acessos, reeditando os quadros de miséria que ecoa especialmente em crianças, mulheres e população negra do norte e nordeste; e assim, evidenciando que o contexto neoliberal reedita e aperfeiçoa os mecanismos de destruição das vidas negras (ALMEIDA, 2019).

⁶² Inspirado na coletânea de textos Saúde Mental e Inserção Social (volume I). Organizado por Jamille Figueiredo. Autores: Luciano Santos, Dimes dos Santos, Maria Luisa Santos, Cleverton dos Santos, Rosineide Souza Leite, José Valadares Gomes, Girlan Paes, Roselita Santos, Luisa Edna Farias. 2015.

⁶³ Questão elaborada de acordo com o formulário IBGE, Pesquisa de Orçamentos Domiciliares 2017-2018

⁶⁴ 6,81% dos entrevistados não responderam a este item.

⁶⁵ Questão elaborada de acordo com o formulário IBGE, Pesquisa de Orçamentos Domiciliares 2017-2018

A pesquisa realizada em 2021 e coordenada pelo Grupo de Pesquisa Alimento para Justiça intitulada *Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia*, da *Freie Universität Berlin* (Alemanha), em parceria com pesquisadoras/es da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade de Brasília (UnB)⁶⁶, analisou dados produzidos entre novembro e dezembro de 2020, por meio de contatos telefônicos, sobre a situação de insegurança alimentar dos brasileiros. Esta pesquisa demonstra que 12,7% da população estudada apresentou insegurança alimentar moderada, 15% apresentou insegurança alimentar grave e 31,7% insegurança alimentar leve. Ressalta, ainda, que marcadores sociais como cor, gênero, renda e características territoriais interferem diretamente na suscetibilidade dos domicílios à insegurança alimentar. Em relação à renda, a pesquisa estabelece associação inversamente proporcional entre renda e insegurança alimentar. Expressando por faixa de renda, a população com renda na faixa de até R\$ 500,00 apresenta 71,4% de insegurança alimentar; a faixa de R\$ 501,00 a R\$ 1.000,00 apresenta 43,9 % de insegurança alimentar; e a faixa acima de R\$ 1.000,00 apresenta 26,5% de insegurança alimentar (Galindo, et al, 2021).

É possível inferir que a insegurança alimentar, a renda e a possibilidade de exercício de atividade remunerada foram impactadas diretamente pelas instabilidades econômicas e sociais derivadas da pandemia, mas, há muito conhecidas e vividas pela população vulnerável, da qual os usuários do campo de saúde mental fazem parte. A COVID-19 expõe a conjuntura dos corpos famintos, que aumentam a lista de raça, étnicos, de gênero, classe, de quem pode ser, ou deve, ser faminto (LIMA, 2021). O mesmo autor sinaliza que a pandemia COVID-19 tem se firmado como a maior crise sobre a questão colonial e do proletariado do século XXI, descortinando a desigualdade e a exclusão que sugam o mundo arrastando os estragos coloniais, que construíram o “Brasil da fome, do desempregado/a, sem esperança, desesperado/a pelo assalariamento e outras explorações cotidianas do capitalismo subalterno, que criminaliza a educação, a ciência, o humano”. Caminho com os ecos de “seu” Mateus Aleluia soprando doce em meus ouvidos que os que trazem na tez a história viva de quem “veio de outras terras, tratando das feridas trazidas de uma vida aflita, com traumas que nem Freud explica”⁶⁷ para inferir que o sofrimento é geracional, é histórico e está situado nos corpos periféricos que pouco tem acesso a renda, pouco conseguem mobilidade social, que têm a urgência de quem tem a incerteza da refeição seguinte, que passam invisibilizados nas ruas, nas mídias.

A pesquisa Olhar para Fome (VIGISAN, 2022) reforça que, para a fome desaparecer, é

⁶⁶ Disponível em: <https://www.lai.fu-berlin.de/pt/forschung/food-for-justice/index.html>

⁶⁷ Fogueira doce. Composição e interprete: Mateus Aleluia. Disponível: <https://www.youtube.com/66watch?v=JfJlZlQewI>

preciso fazer a renda brotar - em 67% dos domicílios com renda maior que um salário-mínimo por pessoa, o acesso a alimentos é pleno, configurando-se pessoas em situação de segurança alimentar. Na pesquisa realizada nos CAPS de Aracaju, ecoam de forma cruzada os dados sobre a faixa de renda mensal e recebimento de auxílio governamental ou não governamental, os dados de frequência sobre exercício de atividade remunerada formal ou informal e o impacto da situação socioeconômica sobre situação alimentar, nos últimos três meses, de usuários/as e familiares.

Segundo pesquisa realizada pela Fiocruz Brasília (MATTA, *et al.* 2021) sobre o impacto social da COVID-19 no Brasil, os marcadores sociais de diferença (entendida aqui como naturalização de uma desigualdade maquinada e reificada) - raça/cor, classe social, sexualidade e gênero - associados à dinâmica econômica e às características territoriais, traçam um panorama das populações mais afetadas pela pandemia. Destacam-se alguns indicadores como moradia, acesso à água tratada e saneamento básico, situação de alimentação individual/familiar e nível de segurança financeira, que apresentam relação inversamente proporcional tanto com a exposição e quanto a susceptibilidade à Covid-19. Pode-se afirmar, portanto, que apesar da variação dos indicadores citados incidirem na população em geral, é na população já em situação de maior vulnerabilidade social, que se observa a maior possibilidade de agravamento dos quadros de COVID-19, com consequências de formas mais severas, sejam imediatas e diretas, sejam tardias ou indiretas.

O panorama agravado pela situação pandêmica, devido ao caráter emergencial da rápida propagação e contaminação, trouxe a necessidade de priorizar e fortalecer ações de saúde coletiva (preventiva e curativa), com ênfase na intersetorialidade⁶⁸. Assim, se faz urgente o investimento em estratégias articuladas e resolutivas, que atravessem todos os setores e ajudem a fomentar a potencialidade de segmentos da população em situação de vulnerabilidade, diminuindo os danos sociais associados à pandemia.

Ao cenário de uma população já vulnerável, com desafios constantes de acesso à educação de qualidade, à saúde, à possibilidade de emprego e alimentação adequada, sobrepõe-se dificuldade maior das pessoas com vulnerabilidades sobrepostas, muitas delas em sofrimento mental ou com algum tipo de transtorno mental, esbarrando no público ao qual o cuidado na Rede de Atenção Psicossocial se endereça com maior frequência. Mais do que reabilitação psicossocial para o sujeito, é necessária uma mudança para que se reabilite o contexto em que este circula, ampliando as possibilidades de existências, de vidas e de acesso. De uma vez por todas é preciso retomar o sentido forte da Reforma Psiquiátrica e de seu dispositivo CAPS que é o de delirar um outro pacto

⁶⁸ Intersetorialidade aqui compreendida como ações nas quais o setor de saúde e os demais setores sociais - tais como: assistência social, educação, agricultura, indústria, obras públicas, segurança e meio ambiente - colaboram para o alcance de uma meta comum, mediante uma estreita coordenação de suas contribuições. (Fonte: DeCS - Descritores em ciências da saúde / <https://decs.bvsalud.org/>).

civilizatório, outra tábua de valores, em que a loucura não seja sinônimo de periculosidade e isenção de direitos, em que as pessoas não queiram ser tão amarelas e razoáveis. O que intentamos é uma transmutação social, e isso coloca em questão as ideias de reinserção e reabilitação social, ainda mais quando ela se limita aos muros dos serviços de saúde mental.

O II VIGISAN aponta que a qualidade das relações de trabalho se relaciona diretamente com o padrão de acesso das famílias aos alimentos. Ecoando aos quatro cantos que é possível verificar a importância do trabalho formal dos chefes das famílias como fator de garantia da Segurança Alimentar, por conferir mais estabilidade financeira decorrente do emprego. Já quando o/a chefe da família está desempregado/a ou em situação de informalidade, a presença de insegurança alimentar (moderada e grave) é superior a 60%, em Sergipe, esse grupo ultrapassa os 72%. Esses dados fazem vibrar a memória de Josué de Castro (1984) quando este afirma que a renda escassa, a quase ausência de recursos alimentares conduzem fatalmente as populações a um regime deficitário, que resulta em um nível sanitário baixíssimo, que conduz a miséria física e a miséria moral. Criam-se zonas de fome, fomentadas por um sistema colonialista/racista/patriarcal que se retroalimentam a partir de empreendedorismo nefasto, que em “uma espécie de pacto mefistofélico vai impondo: em troca do empoderamento de uns, sacrifica-se a vida de outros (PELBART, 2019, p.14).

A sociedade capitalista historicamente segue utilizando a aptidão ou inaptidão para o trabalho como elemento constitutivo da definição de “normalidade”, de forma que, na atualidade, as organizações de trabalho passaram a ditar posturas, condutas, ritmos, normatizando/normalizando o controle do tempo, dos corpos e das mentes dos trabalhadores, deixando assim pouco espaço para variações e singularidades na situação de trabalho (SANTIAGO; YASUI, 2011). A inserção no mercado de trabalho pode favorecer a ampliação do poder de contratualidade dos sujeitos, impactando diretamente nos processos de reabilitação psicossocial, assim, Lussi (2009) compondo com de Saraceno (2001), relaciona o trabalho com a produção de sentidos múltiplos nas esferas econômica, social e psicológica. Nesse sentido, é importante reiterar a aposta em um sentido específico de trabalho: com a função de inserção no mundo da coletividade e como instrumento que provoca pequenas fissuras no isolamento, no empobrecimento das relações, na dissociação entre a produção de vida material da produção de vida geral (RAUTER, 2000).

As dimensões subjetivas da inserção no mercado de trabalho, bem como a subsistência a partir de uma fonte de geração de renda, faz com que o “desemprego [seja apontado] como fator de risco para a saúde mental, sobretudo quando a condução econômica da família é precária, o que se traduz em sérias dificuldades financeiras” (ZANELLO; SILVA, 2012, p. 276), essa sinalização é reafirmada por estudos transversais de coorte que sinalizam a associação entre desigualdades de renda e dificuldades financeiras no comprometimento da saúde mental, com a relação direta entre

esta associação, ou seja, pessoas com maiores dificuldades financeiras e com maiores desigualdades de renda, estando mais suscetíveis a sofrimento e transtornos mentais (LUDERMIR, 2008).

Ìretí parou em um jardim de uma casa, ficou ouvindo os carros que passagem pela rua e reparando bem no homem sentado a sua frente, era como se ouvisse seus pensamentos, abaixou-se para ouvir melhor: Quando eu era mais novo trabalhei muito, aí deu a crise e não trabalhei mais. Eu trabalhava de sete da manhã até às oito e meia da noite, fazia de tudo um pouco. De certo tempo para cá , peguei uma doença chamada bursite, tendinite e vivia entrando e saindo do INSS por causa da doença. Depois disso eu era humilhado e discriminado pelos colegas do trabalho e coordenação. Depois disso, fiz uma cirurgia no ombro esquerdo, entrei em depressão e vim parar aqui no CAPS. No CAPS tenho amigos... mas em outros lugares da cidade ainda sofro preconceito, não consigo mais ser empregado, por isso faço da minha arte um remédio, uma fonte de renda, uma alegria. Aqui faço minha arte-manifesto, me orgulho, trabalho, posso vender lá na praça, ganhar uns trocados, procuro caminhos para não sentir fome de novo ... (Trechos de contos bricolados de autoria própria, 2022).

A crise, o comprometimento mental e o diagnóstico, em muitos casos, marcam uma cisão com as esferas de trabalho e envolvimento com a sociedade. A entrada nos serviços de saúde mental, por vezes, fazem com que as experiências nos âmbitos do trabalho e cultural - enquanto atividade social e relacional - se dê a partir de um verbo conjugado no tempo passado, pintado cenas com cores de discriminação e outras formas de violências e assim favorecendo, mais uma vez, o isolamento e a exclusão social. As dificuldades trazidas pelo adoecimento, atrelada às outras dificuldades que favorecem o adoecer, produzem um rompimento com a vida na cidade, o trabalho, as atividades de lazer - não só pela condição de saúde, mas pelo agravamento das condições econômicas e sociais, associados ao preconceito e estigma “do louco” (AMORIM; SEVERO, 2019).

O estigma e a discriminação violam os direitos humanos básicos e afetam indivíduos, famílias, comunidades e sociedade, sendo persistentes e existem em todas as culturas, de forma que criam e fortalecem barreiras ao pleno exercício da cidadania e à participação social, incidindo negativamente sobre as pessoas com problemas de saúde mental; aprofundando danos que vão desde às perspectivas conjugais e o auto-estigma; exclusão social em relação à comunidade; perda de propriedade, herança e autonomia econômica; redução na qualidade de vida e no acesso a serviços estruturais como saúde, educação, assistência social, renda, alimentação (THORNICROFT et al., 2022). A promulgação de leis em defesa das pessoas com sofrimento e transtorno psicossocial caminha em direção ao combate à discriminação. Contudo, só a legislação não será por si só suficiente, é preciso executar um plano de ação que integre ações educacionais e midiáticas visando uma mudança de cultura, desnaturalizando o estigma e a discriminação relacionados à saúde mental.

A hora de agir para erradicar o estigma e a discriminação relacionados à saúde mental é agora. Essas formas de exclusão social simplesmente não são mais

aceitáveis. O Plano de Ação Abrangente da OMS 2013–30 afirma claramente: A visão do plano de ação é um mundo em que a saúde mental seja valorizada, promovida e protegida, as condições de saúde mental sejam prevenidas e as pessoas afetadas por essas condições sejam capazes de exercer toda a gama de direitos humanos e acesso a cuidados de saúde e assistência social de alta qualidade e culturalmente apropriados em tempo hábil para promover a recuperação, a fim de alcançar o mais alto nível possível de saúde e participar plenamente na sociedade e no trabalho, livre de estigmatização e discriminação (THORNICROFT et al., 2022, p.1472).

Desta forma, pode-se afirmar que o preconceito e o estigma relacionados à saúde mental muitas vezes são fortes barreiras para o acesso e manutenção dos sujeitos nos sistemas formais de trabalho e ensino, barreiras estas capazes de cercear e invalidar direitos humanos vastos. Historicamente, a relação entre trabalho e cuidado em saúde mental se situa em tempos históricos diversos e ao mesmo tempo co-existem: em um primeiro momento, articula-se o trabalho como instrumento de ocupação que propiciaria o retorno à forma produtiva do sujeito para a sociedade, o que evitaria a desordem social; em um segundo momento, pressupõe-se o trabalho como prática curativa, prescrita pelo médico, seguindo com o entendimento da capacidade de trabalhar como indicativo de adequação social; por fim, em um terceiro momento apresenta-se o trabalho como produção de vida, alicerçando a relação trabalho e saúde mental a partir dos paradigmas da reforma psiquiátrica brasileira (SANTIAGO; YASUI, 2011) .

A experiência sindêmica aponta a urgência na construção de caminhos que possibilitem o rompimento do isolamento dos sujeitos em sofrimento psíquico, por meio de ações de inserção social a partir do trabalho e da arte, sendo estes, possíveis “vetores de existencialização”, capazes de reconectar pontos nos planos do desejo e da criação de vida (RAUTER, 2000). Estas ações de reinserção social, conforme paradigmas da RP, trazem em seu bojo o desafio de construir alternativas que garantam aos sujeitos o exercício da cidadania, a livre circulação na vida social, transformando projetos terapêuticos em projetos de vida (AMORIM; SEVERO, 2019).

As tabelas abaixo (*Tabela 1 e Tabela 2*) apresentam os dados sobre recebimento de auxílio governamental e/ou não governamental cruzados com a faixa de renda mensal dos usuários(às) acompanhados nos CAPS Adulto do Município de Aracaju. Para facilitar a apresentação dos dados, os auxílios foram agrupados de acordo com a origem, governamental e/ou não governamental, e de acordo com a modalidade, temporário e/ou contínuo. Constituem a categoria *auxílio governamental temporário* os auxílios/benefícios de natureza governamental, considerados de curto prazo ou com necessidade periódica de nova avaliação para renovação ou suspensão, sendo eles: auxílio emergencial, auxílio alimentação, cesta básica, seguro-desemprego, auxílio doença e auxílio moradia.

Já a categoria *auxílio governamental contínuo* é constituída por auxílios/benefícios de

natureza governamental, com avaliação de periodicidade à médio ou longo prazo, ou sem necessidade de nova avaliação, sendo eles: benefício de prestação continuada (BPC), aposentadoria, pensão e bolsa família. A categoria dos *auxílios não governamentais*, por sua vez, é de natureza diversa, somente apresentam a modalidade temporária, visto que podem ser cessados a qualquer momento ou constituem uma ação pontual. São eles: doação financeira ou de alimentos, realizadas por familiares, associações ou iniciativas voluntárias, cesta básica e outras fontes de renda sem vinculação. Cabe ressaltar que, em algumas famílias, foi possível observar o recebimento de duas ou mais categorias diversas de auxílios, formando categorias híbridas.

Destaco aqui, o contexto da COVID-19 e o auxílio emergencial citado como um dos itens integrantes da categoria auxílio governamental, este visava atender de forma complementar a população que perdeu parte ou totalmente a renda para subsistência. São apontados como fatores dificultadores na “saga do auxílio emergencial”, como o cadastro realizado através de aplicativo ou site, não considerando as pessoas que não têm acesso a internet ou a celular; e os critérios de escalonamento que tinham como mês de referência o mês do aniversário - “em meio à lógica financeira, a fome não pode esperar” (BARRETO, 2021, p. 15). E pelos cantos das ruas, as vultuosas filas e aglomerações nas portas dos bancos para saque do auxílio: não se podia aglomerar dentro dos bancos, então, a aglomeração muitas vezes acontecia nas calçadas e ruas em frente aos bancos - e mais uma vez aqui a figura que habita esses cantos: a mulher, preta, mãe, periférica, com poucos ou nenhum recurso financeiro, era relegada às ruas; elas não podiam esperar dentro dos bancos, pois ali também eram consideradas “vetores de risco”. Nas ruas, desenham-se outras formas de sobrevivência, conseguindo renda na fila do banco ou nos corres.

Apesar das agendas neoliberais de desmonte das políticas públicas, após mobilização social, em abril 2020, foi regulamentado o Auxílio Emergencial, no valor de R\$600,00, inicialmente destinado a beneficiárias do então vigente Bolsa Família, famílias cadastradas no CadÚnico para Programas Sociais, trabalhadores informais ou contribuintes individuais da Previdência Social. Esse benefício social apesar de destinado a pessoas em situação de vulnerabilidade e extrema vulnerabilidade social, foi executado a partir de meios digitais, escolha que causou dificuldades no cadastramento (mais uma vez pela exclusão, dessa vez digital), acarretando em filas e aglomerações nas sedes da Receita Federal, agências bancárias, unidades de Referência de Assistência Social e lotéricas (MARINS, et al. 2021).

TABELA 1: Renda mensal estimada dos(as) usuários(as) acompanhados nos Caps Adulto do Município de Aracaju e recebimento de auxílio governamental e/ou não governamental.

		Faixa de renda mensal em reais									Total
		até 522,50	de 522,50 a 1.045,00	de 1.045,00 a 1.567,50	de 1.567,00 a 2.090,00	acima de 2.090,00	acima de 5.000,00	sem renda fixa	sem renda	não informado	
Recebem auxílio governamental e/ou não governamental	governamental temporário/ governamental contínuo	0,7%	0,5%	1,4%	0,7%	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,5%	4,3%
	governamental contínuo/não governamental temporário	0,5%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%	0,9%
	governamental temporário/não governamental temporário	0,2%	0,0%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%	0,5%
	governamental contínuo	4,5%	13,6%	8,8%	3,4%	1,8%	0,4%	0,2%	0,0%	1,4%	34,1%
	governamental temporário	4,8%	9,0%	10,4%	2,7%	0,7%	0,0%	0,2%	0,0%	1,4%	29,2%
	não governamental temporário	0,7%	1,1%	1,1%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%	0,2%	3,4%
	não recebe auxílio de qualquer natureza	1,4%	3,9%	2,9%	0,4%	0,4%	0,2%	0,9%	0,7%	0,7%	11,5%
	não informado	2,0%	3,8%	5,0%	1,6%	0,9%	0,2%	0,4%	0,0%	2,3%	16,1%
Total		14,9%	32,1%	29,7%	9,0%	4,1%	0,7%	1,6%	0,9%	7,0%	100%

Tabela 1: Tabulação cruzada entre faixa de renda mensal do(a) usuário(a) e recebimento de auxílio governamental e/ou não governamental. Fonte: Rede de Atenção Psicossocial de Aracaju/SE, 2021

De acordo com a Tabela 1, é possível observar maior incidência de recebimento de *auxílio governamental contínuo* (34,1%) e *auxílio governamental temporário* (29,2%). É importante ressaltar que 11,5% do total de usuários/as da RAPS não recebe auxílio de qualquer natureza e estão nas margens e recantos dos que não conseguem acesso aos direitos sociais mínimos, que deveriam ser garantidos pelo Estado. Daqueles que recebem auxílio governamental contínuo, 13,6% possuem renda média de R\$ 522,00 a R\$ 1.045,00, seguidos de 8,8% com faixa de renda de 1.045,00 a R\$ 1.567,50. Em relação ao auxílio governamental temporário, 10,4% possuem renda média de R\$ 1.045,00 a R\$ 1.567,50 e 9% têm renda média de R\$ 522,00 a R\$ 1.045,00. Com renda variando entre menos de meio a menos de um salário mínimo per capita, os usuários dos CAPS estão inseridos em classificações de definem extrema pobreza, insegurança alimentar e de exacerbação das desigualdades. Para os adultos entrevistados, ainda devemos considerar a frequência em que essa renda escassa ainda é direcionada à alimentação (ou não) das crianças do domicílio. “a fome das crianças costuma ser efeito da fome dos pais, visto que a manutenção do *status quo* é condicionante da permanência do capitalismo” (FURTUOSO; VIANA, 2021, p. 4).

TABELA 2: Renda mensal dos(as) familiares acompanhados nos Caps Infantil e recebimento de auxílio governamental e/ou não governamental.

		Faixa de renda mensal em reais						Total
		até 522,50	de 522,50 a 1.045,00	de 1.045,00 a 1.567,50	de 1.567,50 a 2.090,00	sem renda fixa	não informado	
Recebem auxílio governamental e/ou não governamental	governamental temporário/ não governamental temporário	5,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	5,7%
	governamental temporário/ governamental contínuo	3,8%	0,0%	1,9%	0,0%	0,0%	1,9%	7,5%
	governamental contínuo/ não governamental temporário	1,9%	0,0%	1,9%	0,0%	1,9%	0,0%	5,7%
	governamental temporário não governamental temporário	0,0%	1,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,9%
	governamental temporário, governamental contínuo, não governamental temporário	3,8%	1,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	5,7%
	governamental contínuo	11,3%	20,8%	7,5%	0,0%	0,0%	5,7%	45,3%
	governamental temporário	9,4%	1,9%	3,8%	0,0%	0,0%	0,0%	15,1%
	não recebem auxílio de qualquer natureza	5,7%	1,9%	3,8%	1,9%	0,0%	0,0%	13,2%
Total		41,5%	28,3%	18,9%	1,9%	1,9%	7,5%	100,0%

Tabela 2: Tabulação cruzada entre faixa de renda mensal do(a) familiar e recebimento de auxílio governamental e/ou não governamental. Fonte: Rede de Atenção Psicossocial de Aracaju/SE, 2021

De acordo com a Tabela 2, podemos observar, de maneira geral, maior incidência do recebimento de auxílio governamental contínuo (45,3%) e auxílio governamental temporário (15,1%), e 13,2% do total de familiares de usuários/as da RAPS que não recebem auxílio de qualquer natureza. Esse dado faz eco: mais uma vez, a história da mãe que interrompe o medicamento do seu filho, e de novo e de novo a experiência coletivizada em 13,2% das familiares, que via de regra são mulheres, negras, responsáveis pelo cuidado (e pela manutenção do cuidado em saúde mental), muitas que por serem responsáveis por esse cuidado não conseguem se ‘moldar’ ao exigido pelo mercado capitalístico, sem renda, cantam o canto dos excluídos, daquelas/es que nem ao mínimo acesso é permitido.

Daqueles que recebem auxílio governamental contínuo, 20,8% estão na faixa de renda mensal de R\$ 522,00 a R\$ 1.045,00, seguido de 11,3% com faixa de renda mensal de até R\$ 522,00. Dentre os familiares que recebem auxílio governamental temporário, 9,4% têm faixa de renda mensal até R\$ 522,00, seguidos de 3,8% com faixa de renda mensal de 1.045,00 a R\$ 1.567,50. Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua (IBGE, 2021), referente ao 1º trimestre de 2021, o rendimento médio dos trabalhadores de

Sergipe caiu de R\$ 1.921,00 para R\$ 1.738,00 (-2,9%), comparado ao 4º trimestre de 2020. Observa-se que a renda média dos entrevistados, mesmo aqueles que recebem algum tipo de auxílio, sobrevivem com rendimento médio abaixo da média dos trabalhadores de Sergipe, produzindo baixas vibrações de pulso de vida, sobrevivendo abaixo das linhas médias, os usuários dos serviços CAPS acessam por baixo das linhas, vagam pelos cantos, tropeçam em portas fechadas, esbarram na linha da fome e da urgência da canção da refeição seguinte.

A pesquisa Olhe para a fome (Vigisan, 2022) aponta que não só nos CAPS de Aracaju, mas Sergipe é o estado do nordeste com pior índice (76,5%), quando considera-se renda inferior a meio salário mínimo per capita como indicador de vulnerabilidade e maior propensão ao acesso inadequado de alimentos. Este indicador aponta que o estado de Sergipe terá uma maior tendência a miséria e suas agruras. O indicador sinaliza, mas o que faz o poder público? Com renda inferior a meio salário mínimo, as pessoas estão inseridas em diversas questões biopsicossociais derivantes do não atendimento de determinantes sociais mínimos. Há de se esperar que a tendência da redução da renda per capita continue, haja proporcionalmente a necessidade de ampliação do aparato público para suporte a essas pessoas, seja para geração de renda, seja para acesso a serviços de educação e saúde.

Sobre o desenvolvimento de atividades remuneradas, de natureza formal ou informal, é possível observar a maior incidência de usuários/as que não desenvolveram qualquer atividade remunerada nos últimos três meses (86,02%) e menor incidência de usuários/as que desenvolveram atividades remuneradas (8,24%)⁶⁹. Em relação ao desenvolvimento de atividades remuneradas por familiares e/ou responsáveis por usuários/as acompanhados no CAPS Infantil, 69,81% não desenvolveram, nos últimos três meses, atividade de qualquer natureza. 26,42% afirmaram que desenvolveram atividades remuneradas nos últimos três meses⁷⁰. Tanto usuários e familiares em sua maioria (86,02% e 69,81% respectivamente), estão à margem da geração de renda a partir de atividades remuneradas, contam suas histórias e articulam um canto capitalístico de ligação entre a dignidade e o poder de compra, poder de sustento básico da família, relacionando as inúmeras violências e o canto destinado aos loucos, o canto das pessoas que assim como o planeta, também passam por crises.

Îretí estava parado na janela e ouviu a música, ouviu os gritos femininos que se misturavam com ela. Entre uma pausa da música, um grito que se misturava a um lamento: Já trabalhei muito e continuo trabalhando. Eu tava vendendo Jequití do Silvio Santos e também produtos naturais, mas tive que deixar por causa de umas calúnias, perseguição, injúria, difamação, é tanto preconceito que não consigo continuar trabalhando. Mas trabalho desde os sete anos de idade e sigo insistindo.

⁶⁹ 5,57% dos entrevistados não responderam a este item.

⁷⁰ 3,77% dos entrevistados não responderam a este item.

Com muito trabalho, criei meus quatro filhos sozinha e com muita dignidade. Quando eu tô em casa, eu tenho crises de gritar muito, daí ligo som alto, a música faz meu grito virar outras coisas. Grito, grito para tirar a agonia daqui do peito, da barriga. A música voltou e ãretí já não conseguia ouvir a história, ouvia uma música que se borrava a voz que seguia lembrando, "dura caminhada, pela estrada escura"...⁷¹ (Trechos de contos bricolados de autoria própria, 2022).

Levando em consideração as informações divulgadas pelo IBGE (2021), através da pesquisa nacional de amostras por domicílio (PNAD), a taxa de desocupação brasileira foi estimada em 14,7%. Em relação à faixa etária da população classificada na referida taxa, os dois grupos com quantitativo superior de desocupação foram o grupo de pessoas de 25 a 39 anos, com 34,6% de incidência, e o grupo de 18 a 24 anos, com 29,0% de incidência. A pesquisa ainda ressalta que a taxa de desocupação nas regiões Norte e Nordeste apresentou grande aumento estatístico, enquanto as demais regiões mantiveram a estabilidade. Em Sergipe, o levantamento mostrou que aproximadamente 226 mil pessoas estão desocupadas, correspondendo a um aumento de 19,6% no período supracitado. Inferimos aqui que, sem ocupação e renda as vulnerabilidades ganham espaço - a fuga da renda e do poder de compra, abre as portas dos lares para a insegurança alimentar - fazendo ecoar as dores de quem grita para silenciar o oco das ausências (na barriga e na vida).

Embora os mecanismos que relacionam desemprego e transtornos mentais não estejam totalmente compreendidos, diversos estudos apontam que o risco de depressão e outros transtornos mentais relacionam-se ao desemprego, dificuldades financeiras - inter-relacionados às desigualdades de gênero, raça e classe; esses estudos conformam uma associação entre a informalidade das relações de trabalho e a saúde mental das mulheres, ilustrando a afirmação a partir de inquérito epidemiológico realizado no Brasil, sobre a prevalência de transtornos mentais comuns⁷², revelando que esta foi maior em trabalhadoras informais (54,4%) que entre as mulheres desempregadas que participaram da pesquisa (45,2%) (LUDERMIR, 2008).

Com a redução das fontes de renda nos domicílios, os jovens vão se inserindo cada vez mais cedo no mercado de trabalho. Contudo, de acordo com estudo realizado no primeiro trimestre de 2021, pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), intitulado "Olhar sobre a educação" (Education at a Glance, 2022), apontou que Brasil, Grécia, Itália e África do Sul apresentam a maior proporção de jovens com faixa etária entre 18 e 24 anos sofrem com

⁷¹ Inspirado na coletânea de textos Saúde Mental e Inserção Social (volume I). Organizado por Jamille Figueiredo. Autores: Maria Luiza Santos, Miraldo Cruz, Luciano Santos, Maria Virgínia de Jesus, Iêda Maria Correia, Antonieta dos Santos, Janete Virgínio, Edson Souza, 2015.

⁷² Os transtornos mentais comuns englobam quadros depressivos, ansiosos e somatoformes classificáveis nos manuais 71 diagnósticos, podendo se manifestar através de múltiplos sintomas, como: queixas somáticas inespecíficas, irritabilidade, insônia, nervosismo, dores de cabeça, fadiga, esquecimento, falta de concentração, dentre outros.(FONSECA, GUIMARÃES, VASCONCELOS, 2008). Para saber mais: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/14269/7719>

desemprego de longa duração - aproximadamente 5% dos jovens pesquisados não estudavam e estavam desempregados há pelo menos 12 meses. Essa situação, de acordo com o estudo, coloca esses jovens em maior risco de desligamento de longo prazo do mercado de trabalho formal. De acordo com o estudo, 35,9% dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos estão nessa condição, só ficando atrás da África do Sul, regiões de periferias do capitalismo⁷³. Assim, inavriavelmente esses jovens estarão mais suscetíveis a situações de “superexploração do trabalho, que consiste na remuneração abaixo do valor necessário para a reposição da força de trabalho e maior que a exploração física do trabalhador” (ALMEIDA, 2019, p.105), situações de produção direta de sofrimento mental.

Em um país onde 58,7% da sua população se encontra em insegurança alimentar em algum grau e 33,1 milhões de pessoas passam fome (insegurança alimentar grave), a merenda escolar é, muitas vezes, a única alimentação possível para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Reconhecendo o valor da alimentação nas escolas, a Lei nº 13.987 e a Resolução nº 2 (FNDE) autorizaram a distribuição de itens de alimentação adquiridos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar aos pais ou responsáveis dos alunos, durante o período de suspensão das aulas em decorrência da COVID-19. Tais normativas reconhecem que crianças não alimentadas adequadamente - em carência nutricional de qualquer nível ou em franca desnutrição - não poderão ter o desenvolvimento neuropsicomotor compatível com o modelo de “desenvolvimento saudável”, comprometendo o acompanhamento educacional e estando mais vulnerável a doenças, acarretando a necessidade de suporte a essas crianças, no período de afastamento das escolas e creches.

A responsabilidade de custeio da merenda é tripartite, apesar disso, o custeio federal tem grande relevância para a manutenção da oferta, especialmente em municípios menores e com menor arrecadação. Apesar de reconhecer a relevância do papel da merenda escolar, em 2022, o reajuste da verba com correção pela inflação, destinada para aquisição de gêneros alimentícios para escolares e creches, foi vetado pela presidência da República e depois não foi incluído no Projeto de Lei Orçamentária, o que deixa o custeio federal da merenda escolar com o mesmo valor desde 2017. Com a verba federal sem reajuste e a inflação dos alimentos no país, os veículos de comunicação começam a dar visibilidade a situações de racionamento e cortes de merenda, relatos impactantes de cortes drásticos nos itens básicos, com crianças impedidas de repetir a alimentação e um ovo

⁷³ Silvio Almeida (2019) utiliza o termo periferia do capitalismo, para designar regiões onde a lógica colonialista se intaurou e perpetua-se até os tempos atuais, reeditada através das práticas dos Estados contemporâneos e neoliberalismo. Essa periferia é formada em sua maioria por negros e populações tradicionais.

dividido para quatro crianças se espalham pelo país a fora⁷⁴.

De acordo com a pesquisa da VIGISAN (2022), de 2020 para 2022 a fome dobrou em famílias com crianças menores de 10 anos, passando de 9,4% para 18,1%. Na presença de três ou mais pessoas com até 18 anos de idade no grupo familiar, a fome atingiu 25,7% dos lares do país.

A partir do segundo semestre de 2021 outros desafios tornam-se persistentes, ligados à sindemia de COVID-19, dentre tantos, destaco o desafio do retorno gradual às aulas presenciais, que apesar do retorno gradual, observou-se ausências de professores e alunos, seja devido a infecções relacionadas a COVID-19 e/ou por falta de recursos para chegar a escola. O aprofundamento das desigualdades agora sobrepõem-se, prejudicando o processo de aprendizagem das gerações, especialmente as periféricas, que pela ausência de recursos para chegar as escolas, também perdem a possibilidade de realizar as refeições nestes ambientes.

O acesso à educação e renda impactam diretamente no acesso à alimentação, de acordo com o inquérito da VIGISAN (2022), em 22,3% dos domicílios com responsáveis com 4 anos ou menos de estudo, as pessoas estão em situação de fome (insegurança alimentar grave), em 2020, esse percentual era de 14,9%. O mesmo inquérito aponta dados alarmantes sobre o aumento no endividamento das pessoas, provocando o dado que aponta que dos entrevistados que informaram endividamento, 49,1% passaram por insegurança alimentar moderada e grave, havendo relatos deste grupo sobre venda de bens ou equipamentos de trabalho em 48,7% dos casos e 55,2% contam que precisaram parar de estudar para contribuir com a renda familiar.

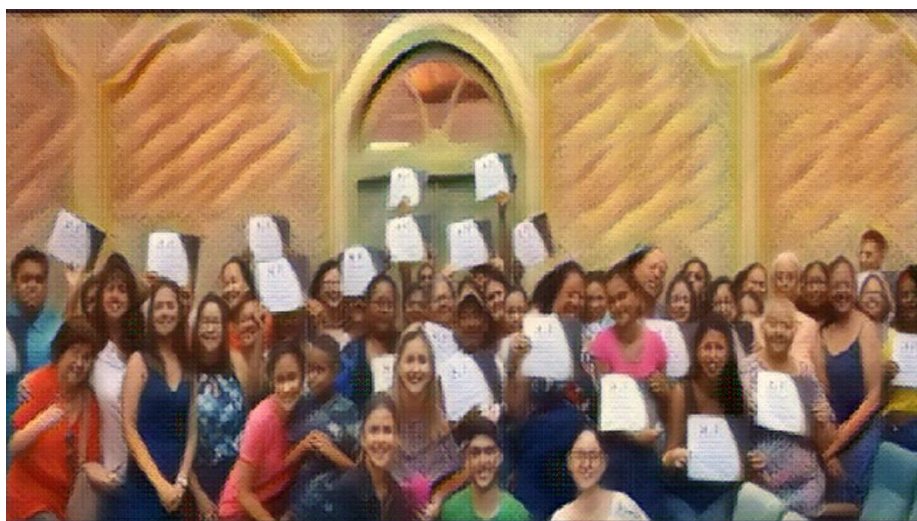
Estes dados sinalizam uma construção complexa de sentidos a partir da intercessão fome e educação, capaz de incidir na determinação dos destinos - o destino do sofrer, da insegurança alimentar, da submissão a trabalhos precarizados (por vezes análogos à escravidão), das patologias que seguem aqueles que não comem, o destino dos cantos, das ruas, dos serviços de saúde mental - que rondam aqueles sem acesso a renda, a educação, a seguridade social. Na guerra do rochedo contra o mar, entre acesso e determinantes sociais de destinos, muitos seguem habitando as frestas, germinando reações para “reagir ao sentimento de miséria [...], apatia, imobilidade e conformismo” (COSTA, 1996, p.s/n) e assim se “livrar o desejo de submissão a este nefasto destino”(ROLNIK, 2018, p. 25).

Desde antes do período pandêmico da COVID-19, em meados de 2019, as gestoras/trabalhadoras da Rede de Atenção Psicossocial buscavam gestar caminhos para ampliar a articulação entre os serviços de saúde mental e a Fundação para o Trabalho de Aracaju. A ideia naquele momento de 2019 era iniciar turmas específicas ou garantir vagas reservadas nos cursos de

⁷⁴ Para saber mais: <https://www.estadao.com.br/educacao/merenda-sem-reajuste-de-verba-da-uniao-faz-com-que-criancas-dividam-ate-ovo/>

capacitação profissional, destinando-as às/aos usuárias/os dos CAPS. Depois de um longo percurso burocrático para realizar um acordo de cooperação técnica entre as instituições, que previa além dos cursos de formação profissional, cursos de empreendedorismo e cooperativismo, o acordo foi formalizado e o último passo era a construção de um plano de trabalho. Neste ponto, este último passo tropeça no descompasso da limitação dos projetos pedagógicos das ofertas da Fundação para o Trabalho, uma vez que grande parte das ofertas exigiam no mínimo o ensino fundamental completo. Como comprovar a urgência de alinhar o compasso para ofertas direcionadas para os usuários dos serviços da RAPS, uma vez que muitos não conseguiram acessar o sistema de ensino formal?

Mesmo para cursos destinados à inserção no mercado formal de trabalho em vagas como auxiliar de limpeza ou pedreiro, e até no informal (como curso de marcenaria, doces e salgados), via-se inviabilizada a inserção dos/as usuários/as e familiares dos Centros de Atenção Psicossocial de Aracaju, em decorrência dos parâmetros utilizados na construção dos projetos pedagógicos dos cursos ofertados (sem haver, diga-se de passagem, abertura para problematização e reformulação). Como tornar viável e flexibilizar a proposta pedagógica dos cursos, de forma a tornar possível a inserção de usuários/as da RAPS? Naquele momento, não houve resposta positiva, apenas poucos/as usuários/as conseguiram se inserir nas ofertas, os poucos que atendiam às exigências de estudo formal, poucos receberam os certificados de conclusão dos cursos escolhidos - mas esses poucos muito celebraram e cantaram outras notas com novas possibilidades de acesso a sistemas de formação e geração de renda. Em 2020, com o advento da pandemia COVID-19, os cursos da Fundação para o Trabalho foram suspensos, retornando somente em meados do ano de 2021 e apenas no formato remoto, sobrepondo assim mais uma camada de exclusão - a exclusão digital



Buscando retomar os pequenos gestos construídos em 2019, a pesquisa realizada pela RAPS, intentou saber sobre o item estudo formal e escolaridade. Foi verificado que das 558 pessoas entrevistadas, 20,1% se declararam analfabetas e 40,3% possuíam ensino fundamental incompleto, o que nos leva a perceber que o acesso à educação escolar está em um canto, em outro canto os que não a acessam e acumulam exclusões - os que cantam contos/vivos de exclusão e encontram recanto nos serviços de saúde mental.

Escolaridade Formal
558 respostas

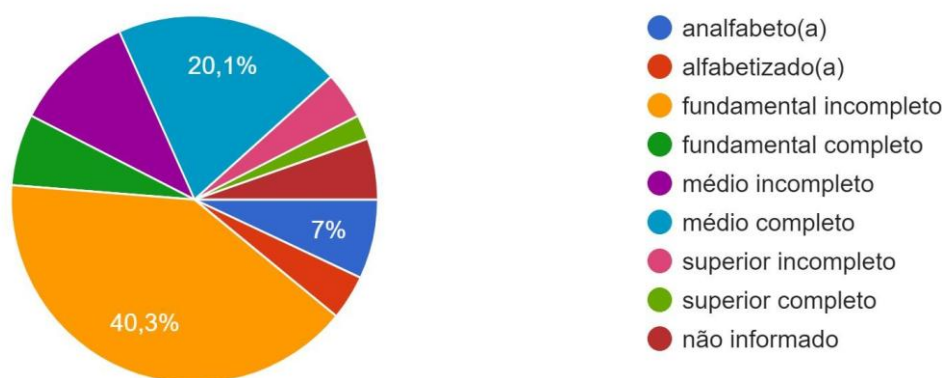


Imagem 07. Fonte: Rede de Atenção Psicossocial de Aracaju/SE, 2021

Angela Davis (2016) relembra-nos que se não fosse a educação formal (escolas e faculdades) destinadas à população negra, esta estaria fadada ao retorno à escravidão. O baixo nível de escolarização formal incide em pouca ou nenhuma expectativa de mobilidade social, reduzindo as oportunidades de trabalho e ampliando as possibilidades de baixas remunerações (ZANELLO; COSTA E SILVA, 2012). Ludermir (2008) sustenta-se em vários autores para construir uma associação inversa entre os anos de estudo e a saúde mental, de forma que a educação teria uma relação direta na saúde mental, traduzindo a ampliação das possibilidades de escolhas de vida, auto-estima e comportamentos saudáveis. Dessa forma, podemos afirmar que, para fazer cuidado em saúde mental, é imperativo pensar em construção de redes, capazes de atuar de forma

⁷⁵Para saber mais:

https://www.aracaju.se.gov.br/noticias/83757/prefeitura_certifica_70_usuarios_dos_caps_em_cursos_de_qualificacao.html

interconectadas para produzir vidas pulsantes, desejosas por mobilidade (pela cidade, de classes, de vidas, de destinos).

Partindo do pressuposto que as ações propostas pela RP inserem-se como práticas de inclusão social e tessitura de redes de apoio a vidas, “descobrir e ativar os recursos escondidos e estabelecer alianças representam mais que um grande desafio”(YASUI, 2006, p.154) para estabelecer um cuidado tramado por rede intersetorial, capaz de partir de um setor a demanda de construção coletiva de caminhos de ação, articulando saberes/fazeres fragmentados e isolados, visando à ampliação das formas de enfrentamento das situações singulares das pessoas e de seus problemas concretos.

As “portas fechadas” começam no acesso à própria educação formal, com turmas de Educação para Jovens e Adultos (EJA) somente no turno da noite, o que muitas vezes inviabiliza o deslocamento de usuários/as e familiares dos serviços de saúde mental; até o acesso a cursos de formação para geração de renda e trabalho. Não podemos esquecer aqui as dificuldades do acesso ao sistema formal de ensino (desde o letramento até o ensino superior).



Imagem 06. Fonte: acervo da REAPS/Aracaju. O letramento Primavera, 2021

A educação formal opera a partir de currículos que dividem, classificam, hierarquizam e separam os estudantes, de forma que “seja possível governá-los de acordo com determinados interesses em voga na contemporaneidade” (PARAÍSO, 2016, p. 225). “A educação não pode estar a serviço do modelo dominante, pois ela, em sua radicalidade, é a força motriz que possibilita enveredarmos e nos mantermos atentos e atuantes nos processos de descolonização” (RUFINO, 2021, posição 561). Assim, apesar da educação formal ser basilar para o acesso a direitos no atual modelo de sociedade, precisamos considerar as outras cosmovisões e outras formas de ensino,

convocando a educação como um radical de vida, capaz de dar passagem a um ‘vir a ser’ que surge no entremeio das experiências, saberes e tecnologias tradicionais/populares/ancestrais, “emanando uma diversidade de jeitos de sentir, vibrar e praticar o mundo com as coisas que por ele passam” (RUFINO, 2021, p. 64).

Transvalorar a educação formal pelo agenciamento com saberes populares e tradicionais, transvalorar os saberes em saúde pelo agenciamento com saberes populares e tradicionais, visando produzir outros valores e sentidos para o que passa à margem (do entendido como moderno/progresso/empreendedor). O que faz o artesanato vendido nas feiras hippies (cult!) da cidade ter mais valor que o produto fruto de oficinas terapêuticas dos CAPS ou das produções individuais dos sujeitos que usam os serviços dos CAPS? Como tornar um saber/ uma informação / um tipo de conhecimento em um instrumento de luta social? Alberto Acosta (2016) afirma que para abrir caminhos que levem a uma desconstrução da racionalidade capitalista, se faz necessário o reconhecimento e a valorização de outros saberes e práticas, associada a um outro entendimento da Natureza a partir de imaginários culturais, a fim de construir “uma nova racionalidade social, política, econômica e cultural indispensável para a transformação” (ACOSTA, 2016, p. 233). Neste sentido, indica-se aqui o encanto por uma produção de conhecimento, uma (re)inserção social e econômica moduladas pelos ideários das lutas sociais interesccionadas.

Os ecos que voam no vento, chegam para lembrar que a luta antimanicomial e a RP intentam vir a ser anticapitalistas, anticoloniais e antipatriarcais. Contudo, ainda pulsa por dentro dos saberes e práticas o julgo forte da cultura de especialismos, colonialista e patriarcal, sob forte influência do poder/saber médico centrado, patologizador e sob o olhar do mercado farmacológico. Para que os ideais reformistas imprimam mais fortemente ações que sejam decoloniais, anticapitalistas e antipatriarcais, é necessário uma mudança cultural, “uma educação que nos envolva em aprendizagens que recuperem, acionem e utilizem repertórios transgressores dos parâmetros coloniais” (RUFINO, 2021, posição 331).

5.1A mulher do fim do mundo no planeta fome⁷⁶



Imagem 08. Fonte: acervo pessoal da pesquisadora. II Conferência Municipal de Saúde Mental de Aracaju, 2022.

Das 558 pessoas entrevistadas, 329 se identificam com o gênero feminino (59%), 226 com o gênero masculino (40,5%) e 3 pessoas optaram por não informar (0,5%). Assim, pode-se dizer que nos serviços em que a entrevista foi aplicada a maioria das pessoas atendidas nos Centros de Atenção Psicossocial são mulheres, mulheres muitas vezes qualificadas, pela receita cultural, de “tristes, loucas ou más”⁷⁷. Este dado remete à pesquisa realizada por Zanello e Costa e Silva (2012) em dois grandes hospitais psiquiátricos do Distrito Federal, onde 70% das pessoas internas eram do ‘sexo’ feminino. Historicamente as mulheres tiveram seus corpos controlados pelos padrões socioculturais em voga, que reafirmam e naturalizam os valores patriarcais, colonialistas e subalternizantes, assim, a loucura nas mulheres foi relacionada a um “sexo frágil” e passível de domesticação e docilização dos seus corpos – seja por instituições religiosas, manicômios ou medicamentos.

A luta antimanicomial versa não só pelo desencarceramento das pessoas tidas como loucas,

⁷⁶ Livremente inspirado na vida e obra da cantora Elza Soares.

⁷⁷ Livremente inspirada na música Triste, louca ou má. Composição de Andrei Martinez Kozyreff / Juliana Strassacapa / Mateo Piracés-Ugarte / Rafael Gomes / Sebastián Piracés-Ugarte. Interpretada por Francisco, el Hombre. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lKmYTHgBNoE>

mas se constituiu como um movimento social com bases políticas de crítica ao autoritarismo e ao neoliberalismo, em defesa da liberdade e da multiplicidade de formas de vida circulantes da cidade, sob o signo dos direitos humanos (AMARANTE; TORRE, 2018). Assim, traz em seu bojo uma luta contra o modelo de sociedade capitalista, esta que traz em suas relações a lógica da homogeneização da vida razoável, o ideário higienista do afastamento e controle “dos corpos desviantes”. Dessa forma, pode-se compreender a luta antimanicomial como uma luta por uma sociedade livre de opressões e desigualdades, que vislumbra uma sociedade aberta à multiplicidade e à heterogênesse das formas de viver (ROCHA et al., 2019).

Nessa direção, os discursos feministas e antimanicomiais encontram-se ao afirmarem a possibilidade de construção de outras humanidades, outros modelos de sociedade, outros mundos, bem como na busca pela autonomia e visibilização das mulheres “tristes, loucas ou más”⁷⁸, das mulheres “enlouquecidas” pode desviarem de uma moral de gênero que articula a sina mulher-feminino-heterossexual-mãe, potencializando seus locais de fala, fazendo emergir a violência de constituir corpos como de mulheres, trazendo a louca como debate comum, evidenciando que, quando articuladas, as lutas feministas e as lutas antimanicomiais possuem diversos pontos de convergência (ROCHA et al., 2019).

A Reforma Psiquiátrica brasileira tem como grandes bases os fundamentos basaglianos, em especial o por a doença entre parênteses, permitindo deslocar a atenção para os sujeitos e suas experiências singulares (AMARANTE, 1996). Contudo, durante o processo de construção da Reforma Psiquiátrica brasileira, a relação saúde mental e mulheres passou invisibilizada, de acordo com Passos e Pereira (2017, p. 34-35), afirmam que “a doença mental e as instituições psiquiátricas estariam diretamente vinculadas às exclusões da sociedade e, logo, envolvidas nas questões de classe, gênero, raça/etnia, assim como as relações estabelecidas por questões relacionadas à sexualidade, identidade sexual, religião, dentre outros”, assim mesmo fundamentando as práticas nos ideários reformistas, os saberes e práticas ainda pouco relacionam e consideram os impactos diretos e indiretos agregados as questões gênero e raça/etnia na saúde mental.

Medeiros e Zanello (2018) também apontam a invisibilização dos debates de gênero na Reforma Psiquiátrica brasileira, evidenciado a afirmativa pela ausência de diretrizes diretas e abrangentes nas políticas públicas de saúde mental, de forma a contemplarem não somente o debate da ampliação dos modos de vida pela desinstitucionalização da loucura como uma transvaloração dos (nossos) modos de vida constituídos por normas regulatórias de gênero e, assim, adoecendo

⁷⁸ Livremente inspirada na música Triste, louca ou má. Composição de Andrei Martinez Kozyreff / Juliana Strassacapa / Mateo Piracés-Ugarte / Rafael Gomes / Sebastián Piracés-Ugarte. Interpretada por Francisco, el Hombre. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lKmYTHgBNoE>

formas de vida que desviam de tais normas. O debate sobre relações de gênero precisa ser incluído nas proposituras da RP, em especial para criação/revisão de diagnósticos e para atendimento nos serviços de saúde mental. As mesmas autoras ainda sinalizam que invisibilidade das questões de gênero reificam e biologizam o sofrimento mental, apartando-o de questões sociais, a exemplo das violências às quais as mulheres são um dos principais alvos.

Ao propormos a ampliação dos debates de gênero costurando com a RP, nessa pesquisa, entendemos gênero como “uma norma produtora, reguladora e normalizadora dos corpos [...] que produzem, reafirmam e naturalizam o que é masculino e feminino que, por sua vez, regulam as condutas de homens e mulheres” (PARAÍSO, 2016, p.3). Dessa maneira, não se trata de uma simples separação que diferencia materialmente, mas de uma diferença que opera através de práticas discursivas e não-discursivas, que “de um modo geral, têm como efeito, marcar, governar e subjetivar os corpos” em diferentes espaços e instituições (CAMPOS; PARAÍSO, 2015, p.2).

A fome talvez seja a violência com camadas mais sutis para o grande público, porém com efeitos devastadores na miudeza. Para a mulher que tem normalizado os ditames sobre seu corpo (se gesta ou não, se pode decidir fazer uma laqueadura ou não, em alguns casos, para conseguir precisa da autorização do marido), normalizada pela sociedade sexista a objetificação do corpo feminino, como pode a fome aparecer aos olhos daqueles operados e operadores de uma estrutura social que a constitui e só a vêem como “o outro do outro”⁷⁹? A fome no Brasil pode ser caracterizada como uma mulher, negra, de meia-idade, abandonada com muitas crianças e que vive em meio rural e/ou periférico (FURTUOSO; VIANA, 2021). Esse contorno nos leva de à “mulher do fim do mundo, aquela mesma que veio do planeta fome”⁸⁰. Como pensar em saúde mental de uma mulher que precisa escolher qual dos seus filhos irá se alimentar naquele dia? Como pensar em um PTS que inclua o risco de violência física, psíquica e econômica da mulher? Como não “enlouquecer” ao ver suas crianças chorando de fome? Esses questionamentos trazem ao texto outro fragmento de memória: mulher preta, mãe solteira, sobrevivente do cárcere, procura atendimento psicológico a queixa de estar enlouquecendo, pois tem tido desejo de matar os filhos; desempregada, já na primeira sessão alega desesperar por não ter nada na geladeira para os dois filhos comerem. Sintomas e causa se entrelaçam, retroalimentam, sinalizando a complexidade dos problemas apresentados, estes quando se apresentam nos serviços de saúde mental reafirmam a máxima que “CAPS sem rede é reedição dos manicômios”, que o cuidado em saúde mental não pode ser reduzido a uma sintomatologia fisiológica, nem tão pouco a um cuidado restrito ao cuidado

⁷⁹ Grada Kilomba (2019) tece uma argumentação, a partir de Beauvoir, construindo a ideia da mulher negra como o “outro do outro” (nem brancas nem homens), configurando-se o que ela chama de antítese da branquitude e masculinidade.

⁸⁰ Livremente inspirado na vida e obra de Elza Soares.

biomédico.

De acordo com o 2º Inquérito Nacional sobre segurança alimentar, no contexto da pandemia COVID-19 no Brasil⁸¹, a fome no Brasil tem lugar, gênero e cor - é a mulher, preta, do norte e nordeste - pois de acordo com o inquérito 64% dos domicílios com insegurança alimentar são comandados por mulheres; 65% dos domicílios com insegurança alimentar são comandados por pessoas pretas e pardas; 46,7% das famílias em insegurança alimentar estão no norte e nordeste do Brasil. Com esses dados, o país retorna a patamares equivalentes aos da década de 1990, de forma que Ana Maria Segall, pesquisadora da rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar - rede PESSAN⁸², alerta: “A pandemia surge neste contexto de aumento da pobreza e da miséria, e traz ainda mais desamparo e sofrimento. Os caminhos escolhidos para a política econômica e a gestão inconsequente da pandemia só poderiam levar ao aumento ainda mais escandaloso da desigualdade social e da fome no nosso país”.

Violências sobrepostas e, como resposta, corpos femininos hipermedicalizados, domesticados para não sentir, para não gritar (de dor, da dor da fome). Em muitos casos, a mulher que come por último, mesmo sendo ela a responsável pelo preparo do alimento nas refeições (quando estas são possíveis e quase impossíveis). Na ordem do patriarcado, primeiro o homem, depois as crianças, por último ela mesma. Sobrepoem-se histórias de violências físicas, feminicídios naturalizados, a decisão sobre o gestar, sobre o abortar, o corpo da mulher é um campo público, gerenciado pelo outro, “tudo estaria dominado por uma lógica [patriarcal e] capitalista singular” (TSING, 2022, p.120).

As violências que atingem as mulheres são letais, podendo ser agravadas quando sobrepostos a outros marcadores sociais da desigualdade naturalizada (CERQUEIRA et al., 2021), esse agravamento pode ser quantificado a partir dos dados do Atlas da violência, que em 2019, registrou 16.648 casos de mortes violentas por causa indeterminada, sendo que 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras. Ainda de acordo com o mesmo documento, no mesmo ano, Sergipe figurava como terceiro estado do país com maior risco relativo de violência letal de mulheres negras, ficando atrás somente do Rio Grande do Norte e Amapá.

Ìretí saiu da praça acompanhando um grupo que, com cartazes e tambores, adentrava em um auditório. Ali se seguiram cantorias, manifestos, dança, pessoas vibrando. Ìretí abaixou-se, para ouvir uma menina que abraçava uma mulher vestida de branco, a menina no abraço perguntou: quer saber porque escrevi no meu rosto isso? Ìretí percebeu então que a menina tinha escrito em seu rosto: NÃO É NÃO... A mulher

⁸¹ Para saber mais: <https://static.poder360.com.br/2022/06/seguranca-alimentar-covid-8jun-2022.pdf>

⁸² Fala da pesquisadora, durante entrevista realizada em 2022, vinculada ao site da rede de pesquisa em soberania e segurança alimentar e nutricional. Para saber mais: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-79-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>

assentiu com a cabeça e a menina pôs-se a contar: -Eu escrevi isso e falei no microfone porque eu já passei por coisas que nenhuma menina ou mulher deveria passar, foi por isso. Não importa a roupa, o tamanho da saia ou o que a pessoa faça, o corpo da mulher não pode ser tocado sem ela deixar, e eu vim aqui hoje para falar por mim e por todas as meninas e mulheres, hoje a gente tá aqui para lembrar do dia da luta antimanicomial, mas também para lembrar que a luta é pelo fim das violências, para lembrar que todas as mulheres merecem e devem ser respeitadas. A mulher apertou a menina no abraço, deixou que as lágrimas escorressem sem ser vistas pela menina... Ìretí sorriu, pois a força daquela menina - que tão jovem trazia seu corpo marcado pela dor transformada em cicatriz - a sua força iluminava o caminho de muitas outras, aquela dor não a definia, seu sorriso, ah, o seu sorriso a definia. A menina soltou-se do abraço, voltou para perto do palco pois logo iria voltar a se apresentar, ela queria dançar as suas dores. (Trechos de contos bricolados de autoria própria, 2022).

A menina que ali se manifestava, falava por si e por tantas, muitas viram estatística. Assim, entre março de 2020 e dezembro de 2021, foram registrados pela polícia civil 2.451 casos de feminicídio e 100.398 casos de estupro e estupro de pessoas em situação de vulnerabilidade do gênero feminino. A taxa de mortalidade por feminicídio foi de 1,22 mortes a cada 100 mil mulheres (BUENO et al., 2022). No ano de 2020, no Brasil, uma mulher sofreu estupro a cada 10 minutos, destacando que esse dado alarmante se refere apenas aos casos que chegaram a ser registrados pela polícia. O mesmo boletim sugere que, nos meses de maior intensificação das medidas de isolamento social, devido à COVID-19, houve uma redução nos registros de casos de estupro e violência contra as mulheres. Essa redução estaria relacionada à ampliação da dificuldade de acesso das mulheres às delegacias para registro de boletins de ocorrência (BUENO et al., 2022). A pandemia covid-19 trouxe impactos também na notificação de crimes sexuais nos EUA, evidenciado após cruzamento de banco de dados, revela-se que, em 2020 - primeiro ano da pandemia - apenas 22,9% das pessoas alvos de crimes sexuais e 41% das pessoas submetidas à violência por parceiro íntimo notificaram as autoridades (MORGAN; THOMPSON, 2021).

As violências física, sexual e psicológica favorecem o sofrimento psíquico e são fortemente relacionadas com diagnósticos de depressão, ansiedade, fobias, estresse pós-traumático, ideação e tentativa de suicídio, necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas, insônia, exacerbação de quadros e sintomas psicóticos, distúrbios alimentares, depressão pós-parto, transtornos de humor (HENRICA et al., 2008; ROSE et al., 2011; TREVILLON et al., 2014 apud MEDEIROS E ZANELLO, 2018). Os efeitos secundários da violência são evidenciados como diretamente relacionados à saúde mental das mulheres, destacando a medicalização (ampliação do uso tranquilizantes e antidepressivos) bem como sofrimento mental duradouro decorrente da vulnerabilidade às situações de violência (LUDERMIR, 2008). As formas de violência vão desde as letais, mensuráveis e ainda sim, subnotificadas; até as violências ‘invisíveis’, as que passam naturalizadas como a violência institucional, a financeira, a psicológica, incluindo a

hipermedicalização generificada.

Jurema Wernek (2016) aponta o racismo e o sexismo enquanto fatores estruturais, produtores da hierarquização social associada à vulnerabilidade em saúde. A COVID-19, que inicialmente foi anunciada como uma “doença democrática”, revelou-se mais letal nas populações negras e periféricas, redirecionando a estes corpos a classe de risco biológico (SILVA, 2020). Quem era o vírus? O que confere letalidade: o vírus à carne preta ou a carne preta ao vírus? Qual carne “que vai de graça pro presídio / e para debaixo do plástico/ e vai de graça pro subemprego / e pros hospitais psiquiátricos [?] / a carne mais barata do mercado é a carne negra [...] E esse país vai deixando todo mundo preto⁸³”. Nessa hierarquização dos corpos imposta pelo racismo e sexismo, segue permitindo a conformação das almas (...), “à extema violência a que populações inteiras são submetidas, que se naturalize a morte de crianças por “bala perdida”, que se conviva com áreas inteiras sem saneamento básico, sem sistema educacional ou saúde” (ALMEIDA, 2019, p.75).

A distribuição desigual de poder, desigualdades de acesso, discriminação (racial e de gênero) expressam facetas de uma violência estrutural, que atinge como alvo evidente a mulher negra. Uma violência capaz de atuar, por vezes, de forma silenciosa, sinuosa, continuada e que provoca o apagamento, também por desassistência e morte, das existências “desviantes”. Dentre tantas violências, a fome, também incide com maior intensidade em mulheres negras, com baixa renda (CAMPELO; BORTOLETTO, 2022). Diversas pesquisas reafirmam que a fome no Brasil tem cara e cor, assim “ignorar esse elemento durante a formulação de [políticas públicas] é a reafirmação da lógica racista [patriarcal e capitalística] que organiza a sociedade brasileira” (BELCHIOR; MOREIRA, 2022, p. 97).

As diversas camadas da população em situação de vulnerabilidade e já invisibilizadas são as que apresentam maiores manifestações de episódios das “violências do regime colonial-capitalístico” (ROLNIK, 2018, p.103), episódios de contaminações químicas, alto índice de morbimortalidade por causas evitáveis, desastres ambientais, militarismo, guerras e políticas desenvolvimentistas neoliberais; que resultam em uma violência lenta e destrutiva a serviço do capitalismo, produzindo assim sujeitos sacrificáveis em nome do progresso (CARVALHO, 2018). Arrisco dizer que essa violência não segue tão lenta assim.

Acelera-se o sacrifício, como tudo nesse momento de hiperconexão e pandêmico. As violências traduzem-se em mudanças forçadas nos modos de vida, restrição na participação em espaços decisórios, adoecimentos, desassistência ou assistência iatrogênica, produção de inúmeras incertezas sobre o futuro, percebendo-se ainda o apagamento de histórias e memórias atingidas

⁸³ A carne. Compositores: Seu Jorge / Ulises Capelleti / Marcelo Fontes do Nascimento. Interpretada por Elza Soares. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yktrUMoc1Xw>

(CARVALHO, 2018).

Apesar dos profundos efeitos gerados pela violência (relacionada ao gênero e à raça), a invisibilização e a naturalização das iniquidades produzidas permitem a atualização e manutenção das relações de poder machistas e racistas; reiterando “o abuso sustentado por um imaginário que projeta sobre o outro, reduzindo-o a objeto, uma suposta natureza inferior ou mesmo sub-humana. Tal projeção pode chegar a sua total invisibilização e inexistência e até levar a seu extermínio” (ROLNIK, 2018, p.116).

Nesse recanto, vemos que as violências e outras tantas formas insidiosas de adoecimento relacionadas ao gênero são pouco consideradas na construção dos projetos terapêuticos nos CAPS, de forma que as ações são fragmentadas e pouco direcionadas. É preciso reconhecer os gritos femininos que ecoam nos cantos da cidade, nos cantos dos CAPS, pois “se o grito de sofrimento das mulheres se faz pela implosão psíquica, é necessário buscar outras formas de empoderamento, que não as tolham em novo silenciamento como faz, na maioria das vezes, um tratamento baseado na medicação” (CAMPOS; ZANELLO, 2016, p.115).

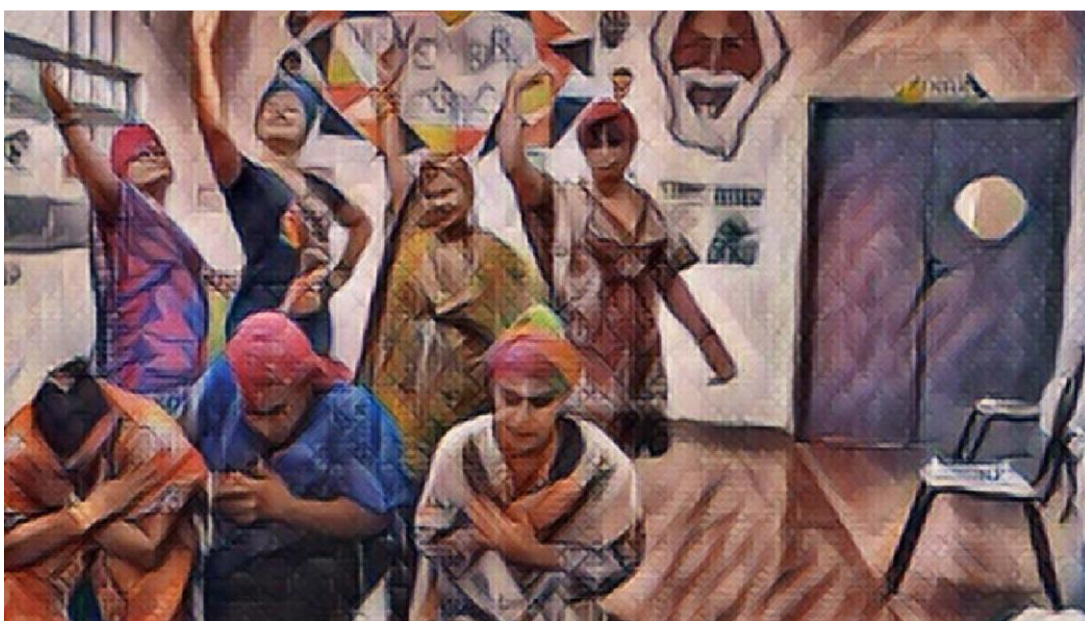


Imagem 09. Fonte: acervo de Laís Almeida. Oficina de dança conduzida por Maluh Andrade com temática voltada para o novembro negro, 2021

6.NÃO TE RENDAS

*Não te rendas, ainda há tempo
de alcançar e começar de novo,
aceitar tua sombra
enterrar os teus medos,
alargar o lastro,
retomar o voo.*

*Não te rendas que a vida é isso,
continuar a viagem,
perseguir os teus sonhos,
destravar o tempo,
arrumar os escombros,
e destapar o céu.
[...]⁸⁴*

Vivendo em tempos em que os escombros parecem sufocar o que resta da fagulha do sonho democrático construído pelos antepassados, é preciso lembrar que “o tempo é rei, [...] lembrar que a rua é nós, tudo, tudo, tudo que nós tem é nós”⁸⁵; é preciso seguir a viagem e destapar o céu, ainda que não vejamos o brilho do novo sol; é preciso alargar o lastro, alargar os passos, produzir comum entre heterogêneos, fabular povo, coletivizar e singularizar. Mbembe (2021, p. s/nº), ao refletir sobre os tempos pandêmicos, afirma que é na possibilidade do encontro com outros (único e honrado) que um em-comum se assenta, “o em-comum depende também da possibilidade, sempre retomada, da partilha se condições de algo absolutamente intrínseco, isto é, incontrollável, incalculável, e portanto estimável”. Esse em-comum nos fala de voltar as bases dos tempos de luta (de ativismo, protagonismo e participação social), retomar a capacidade de produção de redes solidárias para enfrentamento dos desafios que nos atravessam.

[...] devemos nos assumir como intelectuais orgânicos, acompanhando de perto as experiências concretas mais inovadoras, sistematizando e explicando realisticamente todos os seus desafios, e partir deles, ir criando junto com atores aliados que nele atuam, as estratégias de lidar com mais efetividade na resolução dos problemas (VASCONCELOS, 2021, p 28).

⁸⁴ Poema Não te Rendas atribuído ao poeta uruguaio Mario Benedetti.

⁸⁵ Principia. Composição: Leandro Roque de Oliveira, Vinícius Leonard Moreira. Intérpretes: Emericida, Fabiana Cozza, Pastor 83 Henrique Vieira e Pastoras do Rosário. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=h8gotN_Na28

Quando o Estado vai encolhendo, obedecendo as normativas das políticas neoliberais de desmonte das políticas públicas, a sociedade civil segue resistindo e produzindo outras respostas para as crises que se apresentam, como a crescente onda de pessoas em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar grave, respostas que buscam formas de resistir de forma insurgente, assim estas “resistências formam práticas de si relacionadas a processos de subjetivação que produzem diferenças em relação aos poderes e saberes vigentes, (...) implicando em uma reinvenção de si e do mundo” (NOBRE et al., 2018, p. 9), já “não basta resistir macropoliticamente ao atual regime é preciso [...] reapropriar-se da força de criação e cooperação - ou seja, atuar micropoliticamente” (ROLNIK, 2018, p. 35).

Nessa reinvenção, nascem, das ruínas do capitalismo, movimentos de agroecologia/agricultura familiar e cozinhas solidárias que têm se mostrado como grandes exemplos de fabulação de outros caminhos, outros possíveis mais justos e solidários. A agroecologia tem se destacado como um contraponto a um sistema de agricultura enraizado desde na monocultura e que ignora o conceito da função social estabelecido pelo Estatuto da Terra - utilizando em larga escala vários mecanismos de degradação dos ecossistemas, gerando comprometimentos da capacidade produtiva, das redes sociais e da saúde humana (FONSECA, 2021). A mesma autora afirma que apesar de um discurso (do agro que é pop) que enaltece uma produção agrícola capaz de teoricamente alimentar a população mundial, observa-se o alarmante aumento no número de famintos e obesos (devido a alimentos de baixa qualidade nutricional), uma vez que o produzido no país não se destina a alimentar a população, destina-se, em vez disso, a alimentar o mercado internacional de *commodities*.

Reforça-se a necessidade de promover, então, novos modelos e sistemas alimentares baseados nos princípios da agroecologia e agrobiodiversidade, destacando-se a agricultura familiar e agricultura urbana. A produção urbana de alimentos dobrou globalmente ao longo de pouco mais de 15 anos, ampliando estrategicamente o acesso a alimentos produzidos localmente (Altieri; NICHOLLS, 2020). Não se fala aqui de nada novo, apenas retornar ao básico, voltar para produção agrícola que atenda as necessidades das comunidades, das pessoas e não um mercado que se alimenta da fome dos outros com *commodities* e monoculturas globalizadas. Desde o séc. XIX há registros de iniciativas que visavam instituir formas comunitárias e democráticas para a organização da produção e consumo (GAIGER, 2003), formas que se organizam apesar do modelo capitalístico, como alternativas possíveis de subversão a este, sem feri-lo no coração, mas semeando outros pequenos caminhos.

Ecoam pelo Brasil, mais especificamente em alguns serviços de saúde mental o debruçar-se

em uma terapêutica que se alia a construção de pequenas hortas urbanas e investido em oficinas que garantem produção de alimentos (ainda que em uma escala irrisória) e compartilhamento de experiências junto à terra. Outros serviços, apostam em oficinas de jardinagem e hortas verticais, pequeninas sementes que mantêm vivo o sonho de ações emancipatórias intersetoriais - quem sabe germinar e florescer o acesso a cursos de jardinagem, a criação das hortas urbanas em praças, espaços públicos e serviços públicos, que sejam públicos de fato e que a produção das hortas possa garantir um acesso inicial a alimentos, ou quem sabe, até gerar renda para pequenos grupos, quem sabe, “porque se chamavam homens, também se chamavam sonhos e sonhos não envelhecem”⁸⁶.



Imagens 10 e 11. Fonte: acervo pessoal do psicólogo José Marcos Oliveira. CAPS JAEL Patrício: oficina horta urbana, 2019.

É também necessário desenvolver mecanismos que ampliem as oportunidades de mercados locais, com ênfase na criação de redes de sustentabilidade e resiliência, atreladas a uma economia solidária e circular (ALTIERI; NICHOLLS, 2020). A Economia Solidária tem se destacado dentro do campo de pesquisa das ciências sociais, especialmente em estudos e debates que versam sobre desigualdades, relações de trabalho, movimentos sociais e políticas públicas (Gaiger, 2020). A economia solidária se faz através de empreendimentos econômicos solidários (EES) que compreendem organizações de indivíduos que realizam atividades econômicas de produção de bens, prestação de serviços, fundos de créditos (cooperativas de crédito e fundos rotativos populares), de comercialização e consumo solidário (BALLAN, 2010).

O modelo que atualmente é denominado de economia solidária no Brasil, ficou por décadas

⁸⁶ Clube da esquina nº 2. Composição: Lo Borges, Márcio Borges, Milton Nascimento. Interpretação: Milton Nascimento. 84 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-83HClbrfWU>

borrado com outros termos como autogestão, cooperativismo, economia informal ou economia popular (LECHAT, 2002), contudo passou a ser fortemente associado às iniciativas que almejam gerar trabalho e renda, atrelando-os a maior qualidade de vida, reconhecimento e cidadania (GAIGER, 2020).

Durante o período pandêmico, a organização da sociedade civil, em suas organizações autogestionadas, contribuiu para o enfrentamento emergencial da fome, especialmente nos territórios das ruas periféricas (FURTUOSO; VIANA, 2021), assim alguns EES que ganharam destaque como as cozinhas solidárias do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST)⁸⁷ entre doações, editais de fomento e parcerias com pequenos agricultores, forneceram alimentos, promoveram atividades culturais e educativas, forneceram apoio jurídico e uma série de outras iniciativas que em 11 Estados e no Distrito Federal; são 24 cozinhas que fornecem, em cada uma, cerca de 560 marmitas semanais (RIBEIRO, 2022).

Em paralelo às cozinhas solidárias, que são iniciativas que emergem a partir da organização da sociedade civil e muitas vezes capitaneada por aqueles que vivem a experiência do sentir fome, deveriam existir as cozinhas comunitárias, dispositivos governamentais, que de acordo com informações presentes no site do Ministério da Cidadania⁸⁸, estariam atreladas ao programa vigente Cozinha Comunitária - uma política pública voltada a gerir os equipamentos públicos de produção de refeições gratuitas à população vulnerável, bem como responsável pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional que possuem capacidade mínima de 100 refeições diárias, funcionamento mínimo de cinco dias na semana e devem estar instaladas em locais estratégicos (próximo aos CRAS e outros equipamentos da Rede de assistência). As Cozinhas Comunitárias também deveriam desenvolver atividades de inclusão social produtiva, fortalecimento da ação coletiva e da identidade comunitária e ações de educação alimentar e nutricional. Porém o mapa de onde estão e como se dá o funcionamento em tempos pandêmicos não fica explícito no site do referido ministério. Assim, as cozinhas solidárias acabam por assumir as lacunas geradas pela inércia do poder público, nascendo em diversas regiões e contextos, são organizadas coletivamente pela ação popular em resposta a crise humanitária gerada pela fome (OLIVEIRA, 2022)⁸⁹.

⁸⁷ Para saber mais: <https://diplomatie.org.br/cozinhas-solidarias-sao-um-recurso-de-sobrevivencia/>

⁸⁸ Para saber mais: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/aceso-a-informacao/carta-de-servicos/desenvolvimento-social/inclusao-social-e-produtiva-rural/programa-cozinha-comunitaria>

⁸⁹ Em Aracaju, não há equipamentos como cozinhas comunitárias, nem residências inclusivas; ambos, equipamentos do SUAS que são de fundamental importância quando refletirmos sobre redes articuladas e promotoras de inclusão, autonomia e cidadania.



Imagens 12 e 13. Fonte: site da prefeitura de Aracaju. Bazar oficinas de geração de renda, 2019.

As cozinhas dos CAPS de Aracaju, pouco habitadas e sem o batuque das panelas⁹¹, possuem vocação nata para abrigar cozinhas solidárias, pois possuem estrutura física com cozinha, alguns serviços possuem estrutura de cozinha já vocacionada para oficinas de geração de renda através da culinária, assim, a vocação impressa nas paredes e bancadas das cozinhas nos convoca a marinar uma clínica com anseios de projetos de vida que comungam o comer, o alimentar-se, o produzir renda pelos cantos da cidade. Coaduno com Caroline Ballan (2010) para afirmar a forte relação entre a reforma psiquiátrica brasileira e os princípios da economia solidária:

A articulação entre a Reforma Psiquiátrica brasileira com a Economia Solidária possibilita a construção ativa de uma nova forma de sociedade, abre espaço para as pessoas que ficam do lado de fora da vida produtiva, traz contribuições para a reflexão sobre a necessidade de mudar o modelo hegemônico que domina o trabalho na vida das pessoas. Essa mudança implica uma vida menos regida pela lógica do mercado, pela obtenção de lucro, e mais centralizada na sustentabilidade da vida humana, na melhoria da qualidade de vida das pessoas, na valorização das capacidades, recursos e saberes. Esta é uma estratégia empreendedora de produzir coisas e consumir coisas, produzir encontros e consumir encontros, produzir saber e consumir saber, produzir afeto e consumir afeto, valor diferencial que se agrega aos produtos do trabalho solidário. (BALLAN, 2010, p.123)

90

Para

saber

mais:

<https://www.aracaju.se.gov.br/noticias/80956/prefeitura-de-aracaju-promove-inclusao-social-e-economia-solidaria-a-traves-de-bazar.html>

⁹¹ Os CAPS em Aracaju fornecem alimentação preparada por um prestador de serviços. A refeição chega aos serviços preparada, já em embalagens individualizadas juntamente com talheres descartáveis.

Assim, a resistência mora no não deixar morrer a semente de um dia germinar no chão dos CAPS de Aracaju: oficinas livres de culinária, oficinas de empreendedorismo, cooperativismo, economia solidária; semente que espera o tempo para florescer tal e qual seu primo-irmão “O Bar Bibitãntã”⁹². Este empreendimento de economia solidária nasce por dentro do CAPS Itaim Bibi e Butantã, conformando-se “como um instrumento para reconstrução de autonomia, protagonismo e ampliação do poder contratual” (BALLAN, 2010, p.115), fiando-se em uma organização participativa e solidária do trabalho e de produção, oportunizando diferentes condições de trabalho, apartadas daquelas determinadas no capitalismo, com espaço para a produção de outros sentidos e valores subjetivos. O coletivo de trabalhadores d'O Bar é composto por usuários do CAPS - homens e mulheres com perfil similar ao reconhecido nos CAPS de Aracaju - que se organizam nas atividades d'O Bar e *buffet* em eventos desde o ano de 2006.

Outro caminho a semear e não render-se, é o controle social, não apenas como instância fiscalizadora - que de forma essencial reivindica, monitora, cobra, expõe as mazelas do sucateamento em curso - mas também em uma instância ativista, para além das instâncias institucionalizadas e inevitavelmente cooptadas pelo feitiço neoliberal. Um controle social que nasça e de faça faceiro por dentro da associação de usuários e familiares dos serviços de saúde mental, capaz de reinventar-se em tantos modos que vão desde uma semear ideias de cooperativas, participação em feiras de economia solidária, até reinventar-se juridicamente para captar recursos de editais, emendas parlamentares e outras fontes para além do serviço público. Os desafios que foram reeditados com a sindemia, pedem que os olhos se voltem com coragem para a indispensável participação da sociedade, fortalecendo-se num en-comum, de forma a propiciar uma cooperação solidária de toda a sociedade, convergindo no contínuo processo de superação que é proposto pela Reforma Psiquiátrica Brasileira.

Florescer outros cantos de controle social, alimentar-se com projetos próprios, gestados e geridos pelo protagonismo dos usuários e familiares dos serviços de saúde e saúde mental, ousando superar os espaços institucionalizados, ganhar os quatro cantos da cidade, almejando imaginar produtos cheguem, e levem os sujeitos, para muito além dos muros dos serviços institucionais. Para semeadura, antes é necessário arar a terra, revolver aquilo que já não serve mais para estar na superfície, buscar novas inspirações que fertilizem o nosso chão, buscar parceiros para a caminhada, apoio e inspiração.

⁹² Para saber mais: <https://vimeo.com/29198009>

Dentre as inspirações que alargam nosso lastro, está a UNISOL Brasil⁹³ que traz em seu bojo de objetivos organizar, prestar assessorias, representar e articular cooperativas, associações e outros empreendimentos autogestionários da economia solidária, promovendo a igualdade social e econômica, a dignidade humana, o desenvolvimento sustentável, a melhoria socioeconômica, por meio da garantia de trabalho e renda com dignidade. Outra inspiração é o projeto de geração de renda GerAção-POA⁹⁴, componente da Rede de Atenção Psicossocial de Porto Alegre, desenvolve ações em saúde, trabalho, educação e inclusão, norteadas pelos princípios da Economia Popular Solidária; suas atividades visam contribuir para o resgate da autonomia dos sujeitos a partir de processos de trabalho autogestionados, onde os participantes podem reconhecer suas habilidades, competências, ampliando seu poder de contratualidade e possibilitando novas relações de trabalho e geração de renda. Além de ofertar oficinas de expressão, desenho, pintura, escrita, fotografia, serigrafia, a GerAção-POA oferta apoio e acompanhamento na inserção no mercado formal de trabalho ou aprendizagem, através da inclusão pela lei de cotas para pessoas com deficiência psicossocial⁹⁵.



Imagem 14. Fonte: Acervo da pesquisadora, 2021. É preciso buscar inspiração

Ainda há muito o que ser feito, pois “dentro desse mundo, há outro mundo”⁹⁶, a imaginação

⁹³ Para saber mais: <http://portal.unisolbrasil.org.br/unisol/#quem-somos>

⁹⁴ Para saber mais: <https://portfoliodepraticas.epsjv.fiocruz.br/pratica/geracaopoa> [http://www.capitolio.org.br/loja- 91 geracaopoa-cinemateca/](http://www.capitolio.org.br/loja-91-geracaopoa-cinemateca/)

⁹⁵ A saber, Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

⁹⁶ RUMI, Jalal-ud-Din. O mundo além das palavras. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lGxW7hEBiec>

inventiva e um caminho en-comum reafirma e conclama: não te rendas, “enquanto houver amor é possível mudar o curso da vida”⁹⁷. Se os desmontes políticos em curso balançam a fé, é preciso “manifestar-se como impulso de anunciar outros mundos por vir [...], mobilizar outros inconscientes por meio de ressonâncias, agregando outros aliados às insubordinações” (ROLNIK, 2018, p. 131) e assim, alargar o lastro e retomar o voo, retomar os ideários reformistas, retomar o brilho das estrelas, propor outros trajetos, buscar novos parceiros, novas inspirações, ouvir a encantaria presente no caminho, ouvir todos os seres que vieram antes, descolonizar saberes e práticas, recomeçar a construção cotidiana e seguir alicerçando as práticas em fundamentos anticapitalistas, antipatriarcais, anticoloniais, antiproibicionistas, revisitando os nossos olhares, buscando novos referenciais, validando outros saberes, outras formas de ser, habitar, produzir, consumir. Nada está dado ou consolidado, mas apesar de que “pelos campos há fome em grandes plantações, pelas ruas *[seguem]* marchando indecisos cordões *[delirantes que]*, ainda fazem da flor seu mais forte refrão e acreditam nas flores vencendo o canhão”⁹⁸.

⁹⁷ Livremente inspirado na música Principia. Composição: Leandro Roque de Oliveira, Vinícius Leonard Moreira. Intérpretes: Emicida, Fabiana Cozza, Pastor Henrique Vieira e Pastoras do Rosário. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=h8gotN_Na28

⁹⁸ Pra não dizer que não falei das flores. Composição: Geraldo Vandré. Interpretação: Charlie Brown Jr. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wM8Zwz2N7YY>

7. "DO POR VIR, EU VOU " ⁹⁹



Imagem 15. Fonte: Acervo CAPS Jael Patrício de Lima, 2021. Caminhada pela Vida.

O texto segue os ecos dos movimentos reformistas brasileiros e o próprio estado democrático, todos ainda inconclusos, assim em permanente estado de inconclusão textual, que só se dará concluso na medida que a leitora o lê, a proposta é seguir sinalizando para que possamos ser inspiradas a um delírio (individual e coletivo) para seguir fabulando pelas frestas, onde “pensar e insurgir-se tornam-se uma só e mesma prática” (ROLNIK, 2018, p. 38), capaz de abrir espaço a um por vir que opere desvios, não se rendendo à lógica capitalística. Um porvir capaz de uma revitalização das estruturas sociais no país, na esperança ativa de uma transição nos governos

⁹⁹ Livremente inspirado na música Principia. Composição: Leandro Roque de Oliveira, Vinícius Leonard Moreira. Intérpretes: Emicida, Fabiana Cozza, Pastor Henrique Vieira e Pastoras do Rosário. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=h8gotN_Na28

federal e estaduais, que possam representar alterações no cenário sindêmico em que nos aprofundamos dia a dia.

Deliramos por movimentações capazes de descongelar os orçamentos destinados às políticas públicas, de descristalizar os manicômios internos que, mesmo em serviços derivados da reforma psiquiátrica brasileira, seguem operando com lógicas patriarcais, capitalísticas e coloniais, de revolver as práticas, de “resistir ao regime dominante em nós mesmos” (ROLNIK, 2018, p.36). A partir daí, só então caminhar rumo a extinguir os muros, abrir as asas e alçar voos pela cidade, pousando em práticas de saúde e de liberdade que considerem os contextos sociais e econômicos para a construção coletiva de projetos de vida que façam a conversão em um projeto de sociedade em que queremos nos inserir e protagonizar - acessando todos os cantos de direitos fundamentais, todos os cantos da cidade, pois “a gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte, a gente não quer só comida, a gente quer saída para qualquer parte”¹⁰⁰.

Talvez essa dissertação esteja a gaguejar práticas de saúde que passem a pôr no centro da construção dos projetos terapêuticos e projetos de vida, nossas implicações que carregam e naturalizam os marcadores como gênero, raça/etnia, de classe. Nessa direção, mesmo sem saber o quê ou como fazer para cuidar da fome, ousamos olhar seu oco e escutar seu ronco, a considerar a experiência de sentir/viver com fome, seus efeitos visíveis e invisíveis. Tentando digerir o amargor de conhecer pessoas, dados e histórias que compõem os dados estatísticos/contos, como que em um “delírio do bom senso”¹⁰¹ (FONSECA, et al., 2010, p. 179) ou como o que uma trabalhadora de CAPS III sempre diz “numa briga diária pelo óbvio”, a tentativa é de fazer decantar o que nos assombra, assombro entendido como sintoma:

[...] sintomas são como pássaros que vêm bater seus bicos no vidro da janela. Não se trata de interpretá-los. Trata-se, isto sim, de situar sua trajetória para ver se eles têm condições de servir de indicadores de novos universos de referência, os quais poderiam adquirir uma consistência suficiente para provocar uma virada na situação” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 222-23).

Almejando essa virada, a aposta segue sendo incorporar o sentido ‘forte’ da RP como novos pactos no processo civilizatório, com relação direta com “o enfrentamento das desigualdades e opressões, o significa também perceber o silenciamento sistemático das narrativas que objetivam desconstruir [...] práticas hegemônicas que excluem diferentes formas, sujeitos e seus saberes,

¹⁰⁰ Comida. Composição: Marcelo Fromer, Arnaldo Augusto Nora Antunes Filho, Sergio De Britto Alvares Affonso. Interpretação: Titãs. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hOyt4cwjVns>

¹⁰¹ Fonseca et al (2010, p.179) engendra uma pesquisa em que a ficção que passa a ser fundamento do documental, [entre] a criação do dado e o delírio do bom senso: “O delírio está no fundo do bom senso, razão pela qual o bom senso sempre é segundo (DELEUZE, 1998, p.363)”

assim como outros projetos de sociedade” (PORTO et al., 2021, p. 155). A sindemia, associada a um contexto político de ultradireita, aprofundou as discrepâncias e as desigualdades sociais, em especial no tocante à insegurança alimentar, ao acesso ao sistema de ensino e de saúde, ao escancaramento do racismo, machismo e homofobia, que sobrepuseram-se, reduzindo as possibilidades de escolhas na vida (LUDERMIR, 2008), reduzindo também as possibilidades de estabelecer e melhorar conexões habitualmente existentes entre a produção desejante, a produção de vida e a produção de vida material (RAUTER, 2000) na população brasileira e aracajuana, em especial para aqueles corpos que a vida normalizada pelo patriarcado capitalístico insere nas periferias (mulheres, crianças, negros, acometidos de algum transtorno mental, população LGBTQIAP+, em situação de rua).

Apesar de existirem estudos que relacionam as desigualdades sociais a diagnósticos de depressão e outros tipos de transtornos mentais, verifica-se que pouco se analisa relações de renda, segurança alimentar, raça e gênero, da experiência de sentir/ter fome, quando esta análise parece ser fundamental no processo de cuidado em saúde mental. As necessidades sociais pouco são valoradas nos serviços de saúde, em especial, na formulação dos diagnósticos e nas condutas dos profissionais de saúde (LUDERMIR, 2008). Arelado a estes marcadores sociais (classe, raça, gênero), "a experiência do estigma da loucura se alia à questão da desigualdade social, que historicamente caminham juntas no mundo da exclusão” (AMORIM; SEVERO, 2019, p. 292). Num cenário de COVID-19, as vulnerabilidades e as desigualdades e exclusões ganharam uma atualização nos seus contornos, expondo “cidades pobres, [onde] solidão é um veneno¹⁰²,” que mata escancaradamente, batidas policiais nas favelas, pelo chão das ruas, os corpos que a partir de marcadores são considerados ‘matáveis’.

O contexto de sindemia, aprofundado com a COVID-19, traz junto consigo o imperativo de repensar os arranjos societários, "ampliarmos o olhar [...] nos lançarmos ao desafio de alterar nossas formas de intervir" (FONSECA, et al., 2010, p.172), fabulando gesto a gesto, outras relações com o outro (humano e não humano) e conosco mesmos, outras formas capazes de produzir arranjos societários pulsantes, de retirar tantas vidas dos cantos, colocá-las de barriga cheia, em pé de igualdade nos acessos e garantia de direitos básicos como alimentação, moradia, seguridade social, saúde e educação, retomando as práticas transversais do sentido "forte" da RP, para reencantar a esperança no outro e no outrar da vida, pois:

[...] talvez o desafio seja de abandonar a dialética do Mesmo e do Outro, da Identidade e da Alteridade, e resgatar a lógica da Multiplicidade. Não se trata mais apenas do meu direito de

¹⁰² Música: Convoque seu Buda. Interpretação: Criolo. Álbum: Convoque seu Buda, 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9_sNgjSsAQw

ser diferente do Outro ou do outro ser diferente de mim, preservando em todo caso entre nós uma oposição; nem mesmo se trata de uma relação de paziguada coexistência entre nós, na qual cada um está preso à sua identidade. [...] Trata-se de algo mais radical: assumir traços do outro e, com isso, às vezes, até diferir de si mesmo (Pelbart, 2019, p. 174).

Às vezes a falta de um grão (dessa) loucura e devaneio é que pode fazer padecer almas amareladas, mortas, famintas de encantamento e razão de viver (COSTA, 1996); ratificando uma "indissociabilidade ética, estética, política, crítica e clínica" (ROLNIK, 2018, p.197).

Outro desafio sindêmico é que os Centros de Atenção Psicossocial possam ser ponto de uma trama que conduz nossa imagin/ação em direção a outras formas de habitar a cidade em todos os seus dispositivos e possibilidades, delirando novas cidades, novos mundos, que devem ser vividos, antes de ser explicados¹⁰³; convocando a viver na fresta da encantaria, capaz de transmutar a exclusão, a invisibilidade e escassez (de tanto, de muitos, em muitos recantos) "em presenças vibrantes, pujantes de vivacidade, alargadoras de gramáticas e mundos" (RUFINO, 2021, posição 284), e assim, mais uma vez, re/encantar o pacto civilizatório proposto pelos movimentos reformistas.

"Somos mistura, [...] somos a cura, somos a mágoa dessa estrutura"¹⁰⁴ capitalista, pois o encanto se dá pelos dos cantos da cidade - em suas encruzilhadas e contradições - pelo encanto do sorriso da barriga cheia, encanto capaz de fazer ressoar microcosmos que ousam pautar uma comunidade (mesmo que temporária, recantada) anticapitalista, anticolonial e antipatriarcal, gestada em fagulhas de pequenos gestos que vibram outros tantos possíveis, outras racionalidades, outras sociabilidades, outros mundos, outros gestos, outras saúdes, outras subjetividades delirantes, que de longe se alegram ao ouvir o batuque das panelas preparando a refeição nas comunidades e o tilintar dos talheres nos centro dos lares, dos serviços assistenciais, dos serviços de saúde e pela cidade, que enunciam, mesmo que ainda longe, de maneira quase virtual, uma reafirmação da vida em seus múltiplos modos de existir.

¹⁰³ Frase de Alejo Carpentier, no prefácio do livro 'O bem viver' de Alberto Acosta, citado nas referências.

¹⁰⁴ Ogum Ogum. Autoria: Criolo. Interpretado por: Criolo participação Mayra Andrade. Álbum: Sobre Viver (2022). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iGlwfHFHbjE>

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Tradução: Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

AGAMBEN, G. **O que é contemporâneo? e outros ensaios**. Tradução: Vinícius Nastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

AHMED, N. et al. Relatório “A Desigualdade Mata”. **Oxfam Internacional**, 2022. Disponível em: <https://materiais.oxfam.org.br/relatorio-a-desigualdade-mata>

ALMEIDA, L. et al. Os sentidos da cozinha de Centros de Atenção Psicossocial e a inserção do nutricionista no cuidado em saúde mental. **Rev. Saúde em Debate**, 44(3): 292-304, 2020.

ALMEIDA, S.L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro Pólen, 2019.

ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. **A agroecologia em tempos de COVID-19**. Traduzido por: Souza, R. Centro Latino Americano de Investigaciones Agroecológicas, Berkeley, 2020. Disponível em: https://aba-agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2020/04/A-Agroecologia-em-tempos-de-COVID_P_ortugue%CC%82s.pdf

AMARANTE, P. **O homem e a serpente: outras histórias para a loucura e a psiquiatria**. Rio de Janeiro: Editora FioCruz, 1996.

AMARANTE, P. TORRE, E.H.G. “De volta à cidade, sr. cidadão!” – reforma psiquiátrica e participação social: do isolamento institucional ao movimento antimanicomial. **Rev.de Adm. Pública**. 52(6): 1090-1107, 2018.

AMORIM, A.K.A. et al. Direitos Humanos e População em Situação de Rua: investigando limites e possibilidades de vida. In: NOBRE, M.T. AMORIM, A.K.A, MEDEIROS, F.C. MATOS, A.C.

(Orgs.) **Vozes e resistências nas ruas: a vida pode mais!** [recurso eletrônico] Natal: EDUFRN, 2019, p. 121- 161.

ASANO, C. L., et al. (2020). Editorial. **Direitos na pandemia: mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

BALLAN, C. O livro de receitas d'O Bar Bibitã. **Conquistas e desafios na construção de um empreendimento econômico solidário na rede pública de atenção à saúde mental no Município de São Paulo**. Tese de Mestrado. Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo - USP, 2010. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7134/tde-11082010-094922/publico/Caroline_Ballan.pdf

BARRETO, A.C.J. Resistir para existir: a luta da população negra Brasileira contra a COVID-19. **Rev. Mundo Livre**, Campos dos Goytacazes, 7(1): 209-229, 2021.

BISPO JÚNIOR, J.P. SANTOS, D.B. COVID-19 como sindemia: modelo teórico e fundamentos para abordagem abrangente em saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, 37(10):e00119021, 2021.

BUENO. S. et al. **Anuário de segurança pública 2021 - Violência contra mulheres**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf>

CAMPELO, T. BORTOLETTO, A.P. (orgs) **Da fome a fome: diálogos com Josué de Castro**. São Paulo: Cátedra Josué de Castro; Zabelê Comunicação; Editora Elefante, 2022.

CAMPOS, C.A PARAÍSO, M.A. **Raciocínios que generificam, diferenciam e hierarquizam no currículo da alfabetização de crianças**. Anais 6º Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação/ 3º Seminário Internacional de Estudos Culturais e Educação, 2015. Disponível em: [http://www.2015.sbece.com.br/resources/anais/3/1430103421_ARQUIVO_ArtigoSBECECamilaM_arlucy.p df](http://www.2015.sbece.com.br/resources/anais/3/1430103421_ARQUIVO_ArtigoSBECECamilaM_arlucy.pdf)

CAMPOS, I.O. ZANELLO, V. Saúde mental e gênero: o sofrimento psíquico e a invisibilidade das violências. **Revista de Antropologia Vivência**, 48(1): 105-118, 2016.

CARMO, R. S. **Uma cartografia verde na engrenagem: narrativas em formação no entremeio psicologia e redução de danos** [dissertação de mestrado]. São Cristóvão: Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe, 2021.

CARVALHO, A. **Anúncios da violência lenta no desastre da Samarco (Vale/ BHP Bilinton) em Mariana, Minas Gerais**. Minas Gerais Revista Científica Foz, v. 2, n 2, p. 23-38, dez 2018.

CASTRO, E.V. O nativo relativo. **Mana** [online], 8(1): 113-148, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/ZcqxxhqhZk9936mxW5GRrhq/?lang=pt#>

CASTRO, J. **A geografia da fome: dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 10 Edição, 1984.

COMITÊ INVISÍVEL. **Aos nossos amigos - Crise e insurreição**. Tradução: Edições Antipáticas. São Paulo: N-1, 2016.

CONTRERAS, J. GARCIA, M. Segurança e Insegurança alimentar. In: CONTRERAS, J. GARCIA, M. **Alimentação, sociedade e cultura**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011, p.333-387.

COSTA, J.F. **A devoração da esperança no próximo**. Folha de São Paulo, caderno +mais, 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/9/22/mais!/11.html>

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**, 1972-1990. São Paulo: Editora 34, 1992.

DIAS, A.L.F. (org) Dados referentes ao fenômeno da população em situação de rua no Brasil - **Relatório técnico-científico** - Plataforma de Atenção em Direitos Humanos, Programa Polos de Cidadania, Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG: Marginália Comunicação, 2021.

DIAS, R. O. Imaginar. In: Fonseca. T.M.G. NASCIMENTO, M.L. MARASCHIN (orgs.) **Pesquisar na Diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2012, p. 125-128.

DIDI-HUBERMAN, G. **Quando as imagens tocam o real**. Tradução: CARMELLO, P.; NOVA, V.C. Pós: Belo Horizonte, 2(4): 204-219, 2017.

_____. **Que emoção! Que emoção?** São Paulo: Editora 34, 2016.

DINIZ, D. GEBARA, I. **Esperança Feminista**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

FANON, F. Excerto do livro: **Alienação e Liberdade - Escritos Psiquiátricos: capítulo 2 da parte 3 – Encontro entre a sociedade e a psiquiatria** (1959-60). [livro eletrônico] Traduzido por: NASCIMENTO, S. Ubu Editora, 2020.

FERREIRA, I. M. F.; AVARCA, C. A. C.; AMORIM, A. K. M. A.; VICENTIN, M. C. G. (2021). Gestão autônoma da medicação em caps-ad: fronteiras e borrações entre drogas prescritas e proscritas. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, v. 13, n. 34 (pp. 31-53)

FERREIRA, I. M. F.; FEITOSA, C., AMORIM, A. K. M. A.(2020). Gestão Autônoma da Medicação (GAM) comodispositivo grupal: uma experiência de pesquisa-intervenção. **Rev. Polis e Psique**, 2020; 10 (2): 225-226.

FONSECA, H.T. **Agroecologia, caminho para combater a fome em tempos de pandemia COVID-19**. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Agroecossistemas. Centro de Ciências Agrárias. Universidade Federal de Santa Catarina, 2021.
Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/224335>

FONSECA, T.M.G. et al. O delírio como método: a poética desmedida das singularidades. **Rev. Estudos e Pesquisas em Psicologia** - UERJ. 10(1):169-189, 2010.

FREITAS, M.C.S. **A agonia da fome**. Salvador: EDUFBA / FIOCRUZ, 2003.

FURTUOSO, M.F.P. VIANA, C.V.A Quem inventou a fome são os que comem: da invisibilidade à enunciação - uma discussão necessária em tempos de pandemia. **Interface** (Botucatu). 2021, 25:e20025

GAIGER L.I. Empreendimentos Econômicos Solidários. In. **A outra economia**. Cattani, AD [org]. Porto Alegre: Editora Veraz; São Paulo: Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho, 2003.

_____. Economia Solidária, ativismo sociopolítico e democracia. Cadernos do CEAS: **Revista Crítica de Humanidades**. Salvador, 45(249): 83-110, 2020. Disponível em: <https://base.socioeco.org/docs/573-1640-2-pb.pdf>

GALINDO, E. et al. **Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil**. Berlin, 2021. Disponível em: https://refubium.fuberlin.de/bitstream/handle/fub188/29813/WP_%234_final_version.pdf?sequence=2&isAllowed=y.

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, B.S. MENESES, M.P. (orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2013.

HARAWAY, D. Saberes Localizados: a questão da ciência e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, São Paulo, 2009, (5) p. 07-41. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>.

HORTON R. Offline: COVID-19 is not a pandemic. **Lancet**. 2020 Sep 26;396(10255):874. doi: 10.1016/S0140-6736(20)32000-6. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)32000-6/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)32000-6/fulltext)

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2021). **Indicadores IBGE: Indicadores IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Primeiro Trimestre de 2021**. Brasília: 2021.

JESUS, Carolina Maria. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2005

KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. **Psicologia & Sociedade**; 19(1): 15-22, jan/abr. 2007.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. 1. Ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, A. **A vida não é útil**. 1. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LARROSA, J. **Tremores: escritos sobre a experiência**. Tradução Cristina Antunes, João Wanderley Geraldi. 1º edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

LIMA, S. “**Você não é você quando está com fome**” Projeto Pandemia Crítica. São Paulo: N-1 edições, 2021. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/135>

LUDERMIR, A.B. Desigualdades de Classe e Gênero e Saúde Mental nas Cidades. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 18 (3): 451-467, 2008.

LUDGERO, L. **Sob a pele: relatos sobre os efeitos do racismo na saúde mental** [livro eletrônico]. Brasília: Universidade de Brasília, 2017.

LUSSI, I. A. O. **Trabalho, reabilitação psicossocial e rede social: concepções e relações elaboradas por usuários de serviços de saúde mental envolvidos em projetos de inserção laboral**. 2009. Tese (Doutorado em Enfermagem Psiquiátrica) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009. doi:10.11606/T.22.2009.tde-29102009-135550.

LUSSI, I. A. O.; MATSUKURA, T. S.; HAHN, M. S. (2011) Reabilitação psicossocial: oficinas de geração de renda no contexto da saúde mental. **O Mundo da Saúde**, São Paulo: 2011;35 (2) :185-192.

MARINS, M.T. et al. Auxílio Emergencial em tempos de pandemia. **Revista Sociedade e Estado**. 36(2):699-691, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/xJ7mwmL7hGx9dPDtthGYM3m/?format=pdf&lang=pt>

MATTA, G.C., REGO, S., SOUTO, E.P., and SEGATA, J., eds. Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021, 221 p. **Informação para ação na Covid-19 series**. ISBN: 978-

MBEMBE, A. **O direito universal à respiração**. Tradução: Ana Luiza Braga. Projeto Pandemia Crítica. São Paulo: N-1 edições, 2021. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/53>

MEDEIROS, M.P. ZANELLO, V. Relação entre a violência e a saúde mental das mulheres no Brasil: análise das políticas públicas. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro, 18(1): 384-403, 2018.

MIRANDA, H. SANTOS, R. **Cadastro Único e os direitos socioassistenciais no contexto da política de assistência**. Trabalho de Conclusão de Curso [Graduação Serviço Social], Universidade Potiguar, 2022. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/22834>

NOBRE, M.; MORENO, N.; AMORIM, A.; SOUZA, E. Narrativas de modos de vida na rua: Histórias e Percursos. **Psicologia & Sociedade**, 30, e175636, 2018.

NUNES, M.O. et al. Reforma e contrarreforma psiquiátrica: análise de uma crise sociopolítica e sanitária a nível nacional regional. **Ciência & Saúde Coletiva**, 24(12): 4489-4498, 2019.

OECD (2022), **Education at a Glance: OECD Indicators**. OECD Publishing, Paris, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/3197152b-en> .

OLIVEIRA, G.N. **O Projeto terapêutico como contribuição para a mudança das práticas de saúde**. Dissertação [mestrado]. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Ciências Médicas, 2007. Disponível em: https://unasus2.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/35093/mod_resource/content/1/un5/pdf/dissertacao_GNOliveira-PTS.pdf

OLIVEIRA, S. **O estômago é um órgão político: resistência, combate à fome e vínculos de solidariedade em cozinhas solidárias na pandemia COVID-19**. Monografia. Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2022. Disponível em: https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/27566/1/Samia%20Oliveira_samia%20oliveira.pdf

PARAÍSO, M.A. Currículo e relações de gênero: entre o que se ensina e o que se pode aprender.

Revista Linhas. Florianópolis, 17(33): 206-237, 2016.

PASSOS, R.G.; PEREIRA, M.O. Luta antimanicomial, feminismos e interseccionalidades: notas para o debate. In: PASSOS, R.G.; PEREIRA, M.O. (orgs.) **Lutas Manicomiais e feminismos: discussão de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica Brasileira.** Rio de Janeiro: Autografia, 2017, p. 25-51.

PATROCÍNIO, S. **O reino dos bichos e dos animais é o meu nome Stela Patrocínio.** Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2001.

PELBART, P.P. **Ensaio do Assombro.** São Paulo: N-1 edições, 2019.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2021. Brasília: 2021.

PIMENTA, L. et al. A escrevivência de Conceição Evaristo como estratégia político-discursiva de resistência: uma leitura da tessitura poético-corporal-negra em Olhos d'agua. **Letras de hoje**, Porto Alegre. 56(2): 252-261, 2021

PORTO, M. F. ROCHA, D.F. FASANELLO, M.T. **Saúde, ecologias e emancipação: conhecimentos alternativos em tempos de crise(s).** 1. Ed. São Paulo: Hucitec, 2021.

RAUTER, C. Oficinas para quê? Uma proposta ético-estético-política para oficinas terapêuticas. In: AMARANTE, P. ,Org. **Ensaio: subjetividade, saúde mental e sociedade** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000. Coleção Loucura e civilização, p. 267-277.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR - PESSAN - II **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19** [livro eletrônico]: II VIGISAN: relatório final. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>

RIBEIRO, A.P. Cozinhas Solidárias: o combate à fome nos territórios e nas ocupações do MTST. In:

CAMPELO, T. BORTOLETTO, A.P. (orgs) **Da fome a fome: diálogos com Josué de Castro**. São Paulo: Cátedra Josué de Castro; Zabelê Comunicação; Editora Elefante, 2022.

ROCHA, P.C. et al. “E eu não sou uma mulher?”: Fragmentos de um discurso feminista antimanicomial ou sobre a necessária garantia de lugar de fala e escuta à mulher louca. In: **Estudos interdisciplinares sobre gênero e feminismo**. Organizadora: MONTEIRO, S.A.S. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.

ROLNIK, S. **Esferas da insurreição: Notas para uma vida não cafetinada**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

RUFINO, L. **Vence-demanda: educação e descolonização**. [livro eletrônico Kindle] Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2021.

SAFATLE, V. SILVA JÚNIOR, N., DUNKER, C. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SANTIAGO, E. YASUI, S. O trabalho como dispositivo de atenção em saúde mental: trajetória histórica e reflexões sobre a atual utilização. Rev. Psicologia da UNESP, 10(1): 195-210, 2011.

SANTOS. K.S. **Uma política em desmonte: os retrocessos ocorridos na política de assistência social nos anos de 2017 a 2019**. Monografia. Curso de Serviço Social. Escola de Ciências Sociais e da Saúde. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. 2020. Disponível em: https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1041/1/KEMILLY_Monografia%20final.pdf

SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2º Edição, 1999.

SCRAMIM, S. HONESKO, V. “Apresentação”. In AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

SEGATO, R. **Crítica a colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda**. Tradução: Daniel Jatobá, Danú Gontijo. 1 Ed. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

SIMAS, L.A. RUFINO, L. **Encantamento: sobre a política da vida**. [livro eletrônico Kindle] Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020.

SINGER, M., CLAIR, S. Syndemics and Public Health: Reconceptualizing Disease in Bio-Social Context. **Medical Anthropology Quarterly**, 17(4), 423–441, 2003. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3655345>

THORNICROFT G, et al. The Lancet Commission on ending stigma and discrimination in mental health. **Lancet**. 2022, 7:S0140-6736(22)01470-2. doi: 10.1016/S0140-6736(22)01470-2. Epub ahead of print. Disponível em: <https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S0140-6736%2822%2901470-2>

TSING, A.I. **Cogumelos no fim do mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo**. Tradução: Jorgge Menna Barreto, Yudi Rafael. São Paulo: n-1 Edições, 2022.

VASCONCELOS, E.M. Análise de conjuntura e o campo da saúde mental: retrocessos e brechas para resistir e avançar. In: VASCONCELOS, E.M. (org.) **Novos horizontes em saúde mental: análise de conjuntura, direitos humanos e protagonismo de usuários(as) e familiares**. São Paulo: Hucitec, 2021, p. 91-132.

VASCONCELOS, M.; SEFFNER, F. A pedagogia das políticas públicas de saúde: norma e fricções de gênero na feitura de corpos. **Cadernos Pagu** (44), 2015, p. 261-297.

YASUI, S. **Rupturas e encontros: desafios da Reforma Psiquiátrica Brasileira**. Rio de Janeiro, 2006. Tese de Doutorado em Ciências da Saúde. Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz.

ZANELLO, V. COSTA E SILVA, R.M. Saúde mental, gênero e violência estrutural. **Rev. Bioét** (Impr.) 20(2): 267-279, 2012.

ANEXO I

Formulário de coleta de dados utilizado na pesquisa desenvolvida pela RAPS Aracaju em 2021

Nº Prontuário: _____/2021

Resp. Preenchimento: _____.

Data coleta: ____/____/2021.

Serviço _____.

Período coleta: de 20/05 a 30/06.

FORMULÁRIO COLETA DE DADOS

PESSOAS

1) Idade (anos): _____

2) Gênero:

- ☐ Feminino
☐ Masculino
☐ Outros: _____

3) Etnia/cor

4) Escolaridade formal:

- ☐ Analfabeto(a)
☐ Alfabetizado(a)
☐ Fundamental incompleto
☐ Fundamental completo
☐ Médio incompleto
☐ Médio completo
☐ Superior incompleto
☐ Superior completo
☐ não informado

5) Estado civil

- ☐ casado (a)
☐ união estável (convivente)
☐ divorciado (a)
☐ solteiro (a)
☐ viúvo (a)
☐ outro _____
☐ não informado

6) Filhos

- ☐ NÃO
☐ SIM
☐ Quantidade(nº) _____
☐ Moram com usuário(a)
☐ não moram com usuário(a)
☐ não informado

SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA

7) Bairro Residência:

8) Moradia

- ☐ Casa própria
☐ Aluguel
☐ Cedida
☐ Invasão
☐ Ocupação
☐ Situação de rua
☐ Outro: _____

9) N° de pessoas por moradia

10) Das pessoas que compartilham moradia, alguém exerce atividade remunerada (formal ou informal)?

- ☐ SIM ☐ NÃO
☐ NÃO INFORMADO

11) O usuário exerceu trabalho remunerado nos últimos três meses?

- ☐ SIM ☐ NÃO
☐ NÃO INFORMADO

12) Média salarial/rendimentos mensais

- ☐ até R\$ 522,50
☐ de 522,50 a R\$ 1.045,00
☐ de 1.045,00 a R\$ 1.567,50
☐ de R\$ 1.567,50 a R\$ 2.090,00
☐ outro _____

13) Está inserido em algum programa de transferência de renda, aposentadorias, pensões, auxílios, outros rendimentos habituais:

- ☐ Auxílio emergencial
☐ Auxílio doença
☐ Auxílio alimentação
☐ Auxílio moradia
☐ BPC
☐ Bolsa família
☐ Doação
☐ Cesta básica
☐ Pensão
☐ não
☐ não informado
Outro: _____

14) Situação de Fome (De acordo com o formulário IBGE, Pesquisa de Orçamentos Domiciliares 2017-2018)

a) Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?

- ☐ SIM ☐ NÃO
☐ NÃO INFORMADO

b) Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou?

- ☐ SIM ☐ NÃO
☐ NÃO INFORMADO

c) Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio realizaram, ao menos, três refeições por dia com alimentos variados?

- ☐ SIM ☐ NÃO
☐ NÃO INFORMADO

d) Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?

- ☐ SIM ☐ NÃO
☐ NÃO INFORMADO

e) Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?

- ☐ SIM ☐ NÃO
☐ NÃO INFORMADO